

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**

**MARY HELLEN DE ITOZ DEBASTIANI**

**INTER-RELAÇÕES DE MULHERES, TRABALHO E PANDEMIA DE COVID-19**

**PATO BRANCO**

**2023**

**MARY HELLEN DE ITOZ DEBASTIANI**

**INTER-RELAÇÕES DE MULHERES, TRABALHO E PANDEMIA DE COVID-19**

**INTERRELATIONSHIP OF WOMEN, WORK, AND THE COVID-19 PANDEMIC**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) Orientadora: Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona.  
Coorientadora: Dra. Josiane Carine Wedig.

**PATO BRANCO**

**2023**



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Atribuição – Uso Não Comercial (CC BY-NC) - Permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre a obra licenciada, sendo vedado o uso com fins comerciais. As novas obras devem conter menção ao autor nos créditos e também não podem ser usadas com fins comerciais. Porém as obras derivadas não precisam ser licenciadas sob os mesmos termos desta licença.



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Campus Pato Branco



MARY HELLEN DE ITOZ DEBASTIANI

### **INTER-RELAÇÕES DE MULHERES, TRABALHO E PANDEMIA DE COVID-19**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Data de aprovação: 25 de Julho de 2023

Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Giovanna Pezarico, - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Josiane Carine Wedig, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Regina Stela Correa Vieira, Doutorado - Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 21/09/2023.

Dedico esta dissertação às mulheres, àquelas que me fizeram chegar até aqui, às que me acompanham na jornada diária e, principalmente às que se dispuseram a compor esta pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Retribuir tanto com palavras parece pouco, e de fato é pouco, mas que essas palavras reverberem no coração de cada pessoa, como um calor reconfortante que invade o coração. Gostaria que também se sentissem abraçadas e abraçados, de forma carinhosa. Desejo que a ordem dos agradecimentos não seja vista como uma hierarquia de importância. Que nossos afetos quebrem as hierarquias impostas e nos permitam sentir-nos interconectadas e interconectados, em uma rede fluida de relações.

Agradeço as interlocutoras, todas as mulheres que compõem esta dissertação. Agradeço pelo tempo, pela atenção e pela disponibilidade em responder ao questionário de pesquisa, pois foram vocês as responsáveis por tornar esta dissertação possível.

Agradeço ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres de Pato Branco – PR (CMDDHM) pelo espaço de inserção e aproximação com as mulheres, por ser um local de resistência e luta pela garantia dos nossos direitos. Ao Gesta, agradeço por me permitir fazer parte e contribuir para minha trajetória de lutas pelo respeito às mulheres.

Expresso meu agradecimento as minhas orientadoras, que me mostraram caminhos lindos a percorrer. A Professora Hieda Maria Pagliosa Corona, que foi minha orientadora na graduação e no mestrado, muito obrigada pela forma sempre gentil, carinhosa e afetiva como me orientou. Agradeço por problematizar as questões e me desafiar a pensar além. A Professora Josiane Carine Wedig, conhecer você provocou uma linda revolução em minha vida. Obrigada! Desejo que muitas outras pessoas tenham a oportunidade de estar perto de você.

Agradeço as professoras que compuseram minhas bancas de avaliação: Professora Andrea Moreira Arrué, Giovanna Pezzarico e Regina Stela Corrêa Vieira. Suas contribuições foram valiosas. Sinto-me muito feliz por fazerem parte desse percurso da minha vida.

Agradeço as demais professoras e professores do PPGDR por todo o conhecimento compartilhado! Também expresso meu agradecimento as pessoas, servidoras(es), que compõe esse programa de pós-graduação tão diverso e especial. Agradeço a todas e todos colegas do mestrado e do doutorado com as(os) quais

compartilhei momentos de aulas remotas e presenciais, bancas, seminários e palestras. Agradeço as minhas amigas e amigos que sempre estiveram por perto, mesmo que, por vezes, geograficamente distantes, e que me proporcionaram momentos felizes que levarei para a vida toda. A Luana Santos, a Larisse Medeiros Gonçalves, ao Brendo Henrique da Silva Costa, ao Luis Gustavo Rios, ao Wesley Emmanuel e ao André Luiz Simonetti. Obrigada também a Adriane Rodrigues Zboralski, que me ensina tanto sobre a vida, sobre abelhas e sobre flores, e ao Mauricio Mezzomo, que encheu minha vida de arte.

Agradeço as pessoas que compõem os grupos de pesquisa Ariadne e Artemis, grupos que proporcionaram momentos de troca de conhecimentos e afetos. Em especial, agradeço a Simone Alves de Almeida (Chica), que, lá da floresta, da montanha, me inspira a me conectar com a vida.

Agradeço a minha mãe, Loreni Carmem De Itoz, ao meu pai (em memória) Norberto Raimundo De Itoz e ao meu irmão, Wellithon De Itoz. Também agradeço a Rosangela Pereira Debastiani (Janja), ao Ivo Debastiani e a Ana Paula Debastiani. Agradeço ao Julio Artur Debastiani, a Helena De Itoz Debastiani e a Joana De Itoz Debastiani por comporem minha família, minha rede de apoio, o lugar onde sou acolhida como sou, em fases boas e ruins, em dias de chuva ou de sol. Agradeço por suportarem minha ciclicidade, por me amarem apesar dos dias de mau humor, de cara fechada, de desespero. Vocês me dão suporte, me ensinam e conhecem a Mary em todos os momentos: dormindo, acordada, chorando, rindo, irritada, triste ou feliz. Obrigada. As minhas filhas Helena e Joana, é também por vocês que luto, para que sejam o que quiserem, como quiserem, e para que possam ocupar os espaços que desejarem de forma livre.

Agradeço a minha família estendida, que conforme bell hooks (2021, n.p) “é um bom lugar para aprender o poder da comunidade”. A família das amizades é um presente valioso em minha vida. Agradeço a "bolha" pelos "sacos de sal" compartilhados. A Angela Zolet Palma, ao Rafael Ricieri Viecieli, a Judite Palma Viecieli, ao Antônio Palma Viecelei, a Rachel Muylaert Locks Guimarães, ao Craig-David Rogers e ao Roque Muylaert Guimarães Rogers, que são família não sanguínea, mas que percorrem as veias e artérias da minha vida. Agradeço a Alessandra Cristina de Souza Lourenço Lima, ao Marcos André Lima e a Alicia Vitória Lourenço Lima, amigas e amigo, vizinhas e vizinho, que entendem a distância mesmo estando próximos, que acolhem as necessidades, brindam as conquistas e

compartilham bons momentos da vida! Vocês são as famílias que eu escolhi fazer parte! Agradeço também a tantas outras pessoas que compõem uma rede linda e potente de trocas e afetos, como os grupos "mulheres", "subversivas", e o "vem L". De acordo com hooks (2021, n.p.) "amizades amorosas nos dão espaço para experimentarmos a alegria da comunidade [...] aprendemos a processar problemas, lidar com diferenças e conflitos enquanto nos mantemos vinculados".

Agradeço a UTFPR - Campus Pato Branco, por contribuir significativamente para o meu caminho como pesquisadora. Sou grata por ter tido a oportunidade de fazer parte dessa instituição.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001. A qual agradeço pela bolsa de estudos para a realização do mestrado.

“[...] A noite não adormecerá  
jamais nos olhos das mulheres  
pois do nosso sangue-mulher  
de nosso líquido lembradiço  
em cada gota que jorra  
um fio invisível e tônico  
pacientemente cose a rede  
de nossa milenar resistência” (20-26)  
(EVARISTO, 1996).

## RESUMO

Essa dissertação foi realizada no município de Pato Branco – Paraná e teve como objetivo analisar as inter-relações entre mulheres, trabalho e a pandemia de Covid-19, bem como as resistências das mulheres neste contexto. A justificativa se baseia na necessidade de compreender as diversas realidades e desigualdades enfrentadas pelas mulheres, especialmente durante a pandemia, apontando dados que forneçam subsídios para a construção de uma compreensão mais abrangente de desenvolvimento, que promova políticas públicas mais efetivas e inclusivas. A metodologia utilizada foi quanti-qualitativa a partir de uma perspectiva feminista decolonial a fim de compreender as complexidades das inter-relações analisadas. Envolveu a participação de 131 mulheres, acessadas por meio de entidades ligadas ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos da Mulher (CMDDHM). Foram identificadas características diversas das mulheres, como idade, cor/raça, condições socioeconômicas, escolaridade e maternidade. A análise abordou as condições de trabalho antes e durante a pandemia, tanto no espaço doméstico quanto profissional, destacando as desigualdades e dificuldades enfrentadas pelas mulheres, como alterações nas condições de trabalho e sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados. Também os impactos diretos da pandemia na saúde das mulheres e violências sofridas. No entanto, também foram identificadas resistências e redes de apoio criadas por elas para enfrentar esse período desafiador. Os resultados evidenciam a necessidade de políticas públicas, sensíveis às diversidades que permeiam a vida das mulheres e também a valorização do trabalho doméstico e de cuidados. A conclusão ressalta a importância de fortalecer as redes de apoio, reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres e implementar políticas públicas efetivas para atender as mulheres, principalmente em períodos de crise, como o da pandemia de Covid-19.

Palavras-chave: Feminismo decolonial; Inter-relações; Diversidades; Redes de solidariedade.

## **ABSTRACT**

This study was carried out in the municipality of Pato Branco – Paraná and aimed to analyse the interrelationships between women, work and the Covid-19 pandemic, as well the resistance of women in this context. The justification for this study was based on the need to understand the different realities and inequalities faced by women, especially during the pandemic, and to identify data that provide support for the construction of a more comprehensive understanding of development, which can promote more effective and inclusive public policies. The methodology used a quantitative approach from a decolonial feminist perspective in order to understand the complexities of the interrelationships analysed. It involved the participation of 131 women, accessed through entities linked to the Municipal Council for the Defence of Women's Human Rights (CMDDHM). Various characteristics of women were identified, such as age, colour/race, socioeconomic condition, education and motherhood. The analysis addressed the working conditions before and during the pandemic, both in domestic and professional spaces, highlighting the inequalities and difficulties faced by women, such as changes in working conditions and overload of domestic and care work. Also the direct impacts of the pandemic on women's health and the violence suffered were noted. Further to this, resistance and support networks created by them to face this challenging period were also identified. The results highlight the need for public policies that are sensitive to the diversities that permeate women's lives and also the valorisation of domestic and care work. The conclusion highlights the importance of strengthening support networks, recognising and valuing women's work and implementing effective public policies to serve women, especially during periods of crisis, such as the Covid-19 pandemic.

Keywords: Decolonial feminism; Interrelationships; Diversities; Solidarity networks.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1 MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO-PARANÁ.....</b>	<b>30</b>
<b>FIGURA 2 CURSOS PROFISSIONALIZANTES DE CORTE E COSTURA E SALÃO DE BELEZA.....</b>	<b>34</b>
<b>FIGURA 3 CEU DAS ARTES DE PATO BRANCO - PARANÁ .....</b>	<b>36</b>

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 CATEGORIAS DE ANÁLISE .....	29
QUADRO 2 ENTIDADES QUE COMPÕE O CMDDHM .....	33
QUADRO 3 PRESENÇA DE ALTERAÇÕES OU LIMITAÇÕES NA CONDIÇÃO DE SAÚDE DAS FILHAS(OS).....	52

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 POPULAÇÃO TOTAL, MULHERES E IDENTIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL.....	31
TABELA 2 DISTRIBUIÇÃO DE MULHERES POR FAIXA ETÁRIA .....	45
TABELA 3 DISTRIBUIÇÃO DE MULHERES POR RENDA MÉDIA DOMICILIAR..	47
TABELA 4 ACESSO À RENDA ATRAVÉS DE POLÍTICAS SOCIAIS.....	48
TABELA 5 DISTRIBUIÇÃO DA RESPONSABILIDADE PRINCIPAL PELA RENDA NO DOMICÍLIO .....	49
TABELA 6 DISTRIBUIÇÃO DA ESCOLARIDADE POR GRAU DE INSTRUÇÃO ..	54
TABELA 7 SITUAÇÃO DE TRABALHO ANTES DA PANDEMIA DE COVID-19 ...	64
TABELA 8 SITUAÇÃO DE TRABALHO NA PANDEMIA DE COVID-19 .....	69
TABELA 9 MODALIDADE DE TRABALHO REMUNERADO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19.....	73
TABELA 10 PROFISSÕES OU OCUPAÇÕES DAS MULHERES.....	76
TABELA 11 PERCEPÇÃO DA CARGA DE TRABALHO DOMÉSTICOS E DE CUIDADOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19.....	79
TABELA 12 RESPONSABILIDADE PELO CUIDADO DAS(OS) FILHAS(OS) .....	81
TABELA 13 COMPARTILHAMENTO DOS CUIDADOS.....	81
TABELA 14 DIFICULDADES FINANCEIRAS ENFRENTADAS NA PANDEMIA....	92
TABELA 15 ACESSO À POLÍTICAS SOCIAIS DURANTE A PANDEMIA .....	93
TABELA 16 PERCEPÇÃO QUANTO AO ESTADO DE ÂNIMO NA PANDEMIA DE COVID-19.....	102
TABELA 17 ACESSO A REDES DE APOIO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 .....	113

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
ABEP	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
ARIADNE	Rede de Estudos da Diversidade Socioambiental
ARTEMIS	Grupo de pesquisa Gênero, Juventude e Cartografias da Diferença
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CEPAD	Centro de Pesquisa e Apoio ao Desenvolvimento Regional
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEU	Centro de Artes e Esportes Unificados
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMDDHM	Conselho Municipal dos Direitos Humanos da Mulher
COAS	Centro de Orientação e Apoio Sorológico
COVID-19	Coronavirus disease
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FADEP	Faculdade de Pato Branco
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIA+	Lésbicas; Gays; Bissexuais; Transexuais, travestis e transgêneros; Queer; Intersexo; Assexuais e outras
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
PROUNI	Programa Universidade Para Todos

SOF	Sempre Viva Organização Feminista
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
WHO	World Health Organization (Organização Mundial da Saúde)

## CONVENÇÕES DO TEXTO

Essa pesquisa segue uma perspectiva que pretende reconhecer e dar visibilidade, principalmente, a produção científica de mulheres. Assim, optamos por mencionar o primeiro nome das autoras e autores seguidos de seus sobrenomes na primeira vez em que aparecem no texto.

Para destacar algumas observações de campo com as experiências e diálogos vivenciados durante as conversas presenciais, utilizamos *boxes*, caixas, de destaque no texto. Essas caixas possuem bordas externas pretas, estão sombreadas em um tom de cinza claro e possuem fonte alternativa, para se destacarem. É importante ressaltar que essas caixas não devem ser lidas desvinculadas do texto corrido, pois fazem parte da sequência escrita.

Também utilizamos o estilo da fonte em *itálico* para evidenciar as falas das interlocutoras e para diferenciar termos em idioma estrangeiro. Aspas são utilizadas para expressões, sentimentos.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>22</b>
<b>2 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>26</b>
2.1 A COMPOSIÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	26
2.2 LÓCUS DE PESQUISA .....	30
2.3 ESCOLHA DAS MULHERES PARTICIPANTES DA PESQUISA .....	36
<b>3 MULHERES .....</b>	<b>41</b>
3.1 A IMPOSIÇÃO DE OPRESSÕES COLONIAIS CONTRA AS MULHERES 41	
3.2 DIVERSIDADE DAS MULHERES INTERLOCUTORAS .....	45
<b>4 TRABALHO .....</b>	<b>56</b>
4.1 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A NATURALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS .....	57
4.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS MULHERES ANTES E DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO .....	63
4.2.1 Condições de trabalho remunerado .....	63
4.2.2 Condições de trabalho não-remunerado.....	78
<b>5 PANDEMIA DE COVID-19.....</b>	<b>87</b>
5.1 A PANDEMIA DE COVID-19 – COLONIZAÇÃO DA NATUREZA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS .....	87
5.2 COTIDIANO NA PANDEMIA.....	91
5.2.1 Impactos na renda domiciliar e o acesso a políticas sociais e serviços públicos 92	
5.2.2 Impactos diretos da pandemia de Covid-19 na saúde das mulheres .....	97
<b>6 RESISTÊNCIAS.....</b>	<b>108</b>
6.1 RESISTÊNCIAS CONTRA OS PROCESSOS DE OPRESSÃO.....	108
6.2 REDES DE APOIO MÚTUO E DE RESISTÊNCIA COLETIVA .....	112
<b>7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>119</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>124</b>
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA COM TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	135
ANEXO A - ATA PÚBLICA DE REUNIÃO ORDINÁRIA N. 10/2021 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS DA MULHER DE PATO BRANCO PR.....	148

## APRESENTAÇÃO

Antes de mais nada gostaria de me situar nesta pesquisa. Apresento algumas experiências de vida que me conduziram às temáticas que envolvem mulheres, trabalho e a pandemia de Covid-19. Nasci de uma mulher que saiu de casa, para trabalhar, aos nove anos de idade, que aos 16 se tornou minha mãe e que aos 29 estava viúva e com dois filhos para criar. Uma mulher, que por sua vida toda, foi trabalhadora doméstica, babá, cozinheira, que exerceu e exerce cuidados. Que sempre acolheu e ajudou pessoas que estavam em condições de vulnerabilidade. Uma mulher que sofreu violência em um relacionamento abusivo, depois de viúva, com os filhos assistindo as agressões físicas e verbais. Uma mulher que ainda segue em um ciclo de violência velada e naturalizada. Que segue trabalhando dentro e fora de casa, mesmo com dores físicas por esforço repetitivo e lesões, mas que vive sorrindo, sonhando e se reinventando. Essa é uma das mulheres que me compõe.

A mulher que sou, saiu mais tarde de casa para trabalhar fora, não foi aos nove anos, foi aos 14. Mudei de cidade, morei na casa de uma família em que eu desempenhava serviços de babá e algumas tarefas domésticas. Trabalhando e morando em uma cidade maior fiz o ensino-médio em colégio público, no Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET) – Campus de Pato Branco. No espaço de trabalho/casa sofri abuso sexual e “abandonei” o trabalho em função deste fato, deixando a família “na mão”<sup>1</sup> por não retornar mais àquela casa depois do abuso. Fui coagida, junto com minha mãe, pelo abusador, pois se abrissemos a boca não iriam acreditar na nossa versão, afinal éramos mulheres e de classe inferior. O que era a nossa palavra diante da dele? Em quem a esposa dele acreditaria? Homem, branco, classe alta, de renome na sociedade patobranquense, empresário (e que, infelizmente, ainda esbarro pela cidade). Calamo-nos!

Nessa violência, ficam explícitos os atravessamentos de gênero e classe. Sou uma mulher branca que não sofre racismo, e, portanto, vejo que além das violências que sofri, outras mulheres ainda são também atravessadas por questões de racismo e outros marcadores de desigualdade.

---

<sup>1</sup> Usei as aspas, pois foram essas palavras que ouvi da minha ex-chefe, ela disse-me que eu havia abandonado o trabalho e que não deveria ter deixado ela na mão.

Fiz cursinho pré-vestibular, pago pela minha mãe com a renda de muito trabalho doméstico e de cuidados. Cursei duas graduações, uma de Enfermagem, na Faculdade de Pato Branco (FADEP), por meio da política pública de acesso à universidade PROUNI, com bolsa 100%, e ao final recebendo mérito pelo melhor trabalho de conclusão de curso (TCC). E outra, de Administração, na UTFPR (antigo CEFET). Nesta última, encontrei professoras maravilhosas como a Hieda Maria Pagliosa Corona, Marlize Rubin-Oliveira, Maria de Lourdes Bernartt e o professor Edival Sebastião Teixeira, que me mostraram o caminho para a iniciação científica e me despertaram o sonho de estar no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR). Como estagiária, bolsista do Centro de Pesquisa e Apoio ao Desenvolvimento Regional (CEPAD), eu estava junto com essas e outras(os) professoras(es) quando o programa foi pensando e estruturado, e com isso, passei a sonhar em fazer parte dele e continuar minha jornada dentro da universidade.

Na primeira vez que tentei ingressar no mestrado eu não passei, mas entendi que não era o meu momento. Na mesma época, eu estava com o pensamento focado na constituição de uma família, casar e depois ser mãe, que seria o ápice de realização de um dos maiores sonhos de uma mulher, no contexto em que eu vivia, em uma religião impositiva e que me alienou por muito tempo. Apesar das grandes decepções que tive nesse meio, casei com uma pessoa que me apoia e que constituiu comigo uma família, que entre outros, compõe minha rede de apoio.

Trabalhei muito, dentro e fora de casa, fiz um curso de especialização em Auditoria e Gestão em Sistemas de Saúde (unindo, assim, minhas duas áreas de formação), me tornei mãe, me doei totalmente. Sofri violências obstétricas<sup>2</sup> nos dois nascimentos das minhas filhas e sigo com cicatrizes e dores físicas, causadas por uma episiotomia<sup>3</sup> desnecessária, e com as cicatrizes e dores emocionais de um parto não respeitoso. E nesses caminhos de vida, encontrei pessoas que foram suporte,

---

<sup>2</sup>Conforme a Lei n. 19701 de 20/11/2018, do Estado do Paraná, a violência obstétrica se configura como “qualquer ação ou omissão que cause à mulher morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico; a negligência na assistência em todo período gravídico e puerperal; a realização de tratamentos excessivos ou inapropriados e sem comprovação científica de sua eficácia; a coação com a finalidade de inibir denúncias por descumprimento da lei. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=369582>. Acesso em: 5 mai. 2023.

<sup>3</sup>Episiotomia é um corte realizado no períneo da gestante no momento expulsivo do parto, feito historicamente com a intenção de evitar lacerações naturais e facilitar a passagem do bebê. Porém, não há evidências que corroborem para a realização do corte. Ele já se configura como uma laceração/trauma e não provou ser capaz de prevenir outras lesões.

inspiração e que me oportunizaram adentrar em espaços de luta pelos direitos das mulheres, entre eles o Gesta<sup>4</sup> e o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos da Mulher (CMDDHM)<sup>5</sup>, ambos do município de Pato Branco – PR. Espaços em que atuo de forma voluntária.

Anos depois voltei a pleitear uma vaga no PPGDR, o sonho de cursar o mestrado tinha se intensificado. Fui aprovada no processo de seleção e consegui a bolsa de estudos, entrei no mestrado com muito amor e vontade de pesquisar com as mulheres e suas condições de trabalho. Me desafiando a pensar sobre aquilo que era muito caro pra mim e compunha minha realidade de vida cotidiana, de militância, de identidade e de formação acadêmica, aspectos que não estão dissociados.

A pandemia do Covid-19, em meio a esse caminho, atravessou o mundo de forma assustadora, causando impactos devastadores. As mulheres foram diretamente atingidas pelo cenário de crises, de diferentes formas, de acordo com os atravessamentos vividos por cada uma delas em seus cotidianos. Neste momento, me senti sobrecarregada, com trabalho remoto, com trabalho doméstico aumentado, com trabalho de cuidados, com crianças sem irem para a escola, com medo do que poderia acontecer, com incertezas e muitos outros sentimentos. Tive uma rede de apoio e permaneci em casa durante todo o isolamento social, em relativa segurança, porém, sem deixar de me sensibilizar e propor alianças com mulheres em situações distintas de vulnerabilidade.

Propondo pesquisar sobre temáticas cotidianas, que também fazem parte da minha realidade de vida, me posiciono contra a lógica da Ciência hegemônica, moderna e colonial, que foi construída sobre uma visão masculina, branca e universalizante. Me inspiro no pensamento de Donna Haraway (1995) que destaca que a ciência e a tecnologia devem ser construídas a partir de perspectivas parciais, com a consideração dos saberes localizados. As mulheres, principalmente por seus atravessamentos de raça, gênero e classe, geralmente são excluídas das

---

<sup>4</sup> O Gesta Pato Branco, do qual faço parte, e represento, junto ao CMDDHM, é um grupo de apoio ao parto ativo, amamentação, puerpério e cuidados com os bebês. Ele é composto por mulheres de diferentes áreas de formação profissional que, de forma voluntária, atuam na disseminação de informações, com base em evidências científicas, sobre a humanização dos nascimentos. O grupo é apoiador do CMDDHM desde o ano de 2017 e envolve-se de forma ativa nas lutas, movimentos e ações desta entidade. É possível conhecer um pouco sobre o trabalho do Gesta por meio de sua página no *Instagram*. Disponível em: <https://www.instagram.com/gestapatobranco/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

<sup>5</sup> Maiores detalhes sobre o CMDDHM serão explicitados no Capítulo 2 desta dissertação. É possível acessar a página do Conselho no *Instagram*. Disponível em: <https://www.instagram.com/conselhodamulher.patobranco/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

perspectivas científicas hegemônicas, porém, seus saberes, são essenciais para construção das ciências, em uma compreensão mais abrangente, crítica e justa do mundo.

Assim, segui com as inquietações e com a intenção de pesquisa que tinha no coração ao entrar no mestrado, com isto a minha trajetória no PPGDR foi sendo construída. Minhas orientadoras foram fundamentais para a caminhada, além dos grupos de pesquisa, troca entre amigas(os), colegas, professoras da banca de qualificação, eventos e outros tantos espaços e pessoas que conheci durante o trajeto. As discussões dos grupos de estudo dos quais faço parte, o Ariadne (Rede de Estudos da Diversidade Socioambiental) e o Artemis (Grupo de pesquisa Gênero, Juventude e Cartografias da Diferença), grupos coordenados, respectivamente, pelas minhas orientadoras Hieda e Josiane, me proporcionaram, além de conhecimentos, coragem, incentivo e inspiração.

Em virtude do exposto, de minha história de vida, inquietações e atravessamentos da pandemia de Covid-19 surge essa dissertação.

## 1 INTRODUÇÃO

Diretamente aliada com as características do mundo capitalista, do seu modelo de produção, circulação de mercadorias e de pessoas de forma globalizada, a Covid-19 avançou rapidamente por todos os continentes. Após o primeiro caso, identificado na China, em novembro de 2019, em pouco mais de dois meses a doença já havia sido diagnosticada no Brasil. De acordo com Andreia Verdélio (2020), a primeira morte no país aconteceu em 12 de março de 2020, a vítima foi uma mulher<sup>6</sup> de 57 anos que trabalhava como empregada doméstica. Esta crise sanitária, humanitária e ambiental<sup>7</sup>, produziu e produz impactos que recaem de formas distintas sobre pessoas marcadas, principalmente, pelas imposições de poder que perpassam gênero, raça e classe, e outros marcadores de desigualdades. As mulheres – já inseridas em processos anteriores de opressão, subordinação, violência, misoginia, racismo, silenciamentos, condições de subemprego, de trabalho não remunerado e de cargas exaustivas –, vivenciaram, neste momento histórico, a intensificação destas condições de precariedade.

Além dos efeitos diretos da doença, houve ainda as medidas de distanciamento social e as alterações significativas no mundo do trabalho, que impactaram, particularmente, a vida das mulheres, uma vez que estão mais vulneráveis ao desemprego e à informalidade. O aumento das cargas de trabalho não remunerado (doméstico e de cuidados) também ficou evidente. As demandas se sobrepuseram, incluindo a educação escolar das crianças, enquanto as escolas e creches permaneciam fechadas, pois em sua maior parte, ficou sob responsabilidade das mulheres. E ainda, o cuidado de membros da família doentes ou dos idosos durante a pandemia.

Além disso, enfrentaram dificuldades no que diz respeito à saúde, como a falta de acesso a serviços de saúde, como os de assistência sexual e reprodutiva e impactos psicológicos. O aumento da violência doméstica em decorrência do isolamento social, e a convivência, forçada, com parceiros violentos tornou mais difícil para as mulheres denunciarem ou escaparem dos abusos (OPAS, 2022). Ademais,

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/rosana-aparecida-urbano/>. Acesso em 8 mai. 2023.

<sup>7</sup> Nilsa Trindade Lima, Paulo Marchiori Buss e Rômulo Paes Sousa (2020) caracterizam a pandemia como “uma crise sanitária e humanitária”. Bruno Latour (2020), Jean Segata, Luiza Beck e Luísa Muccillo (2020) como uma mutação ecológica, um evento multiespécie

foram as mais afetadas pela à fome e insegurança alimentar, principalmente as que são chefes de família e/ou responsáveis pelo cuidado de crianças e idosos. A situação ficou agravada pela crise econômica e pelo aumento dos preços dos alimentos, afetando de forma desproporcional as mulheres negras e de baixa renda (SCHALL, *et al.* 2022). Frente a esta situação, as mulheres, em diferentes contextos, desenvolveram estratégias de resistência diante da pandemia, incluindo ações de organização coletiva e criação de redes de solidariedade, para suprir as necessidades de suas vidas cotidianas.

Em vista disto, essa pesquisa se constrói diante deste contexto, de sobreposição de crises que afetam as mulheres em suas diversas realidades. Quais são as características das mulheres participantes da pesquisa? Como estas mulheres vivenciaram o momento pandêmico? Suas condições de trabalho se alteraram? Como resistiram e resistem diante disso? Estes são alguns dos questionamentos. A pesquisa foi desenvolvida com mulheres do município de Pato Branco, acessadas a partir do CMDDHM. A intenção foi alcançar a maior quantidade de mulheres possível através das entidades que compõem o CMDDHM, contando com suas inserções em diferentes espaços na sociedade, inicialmente com questionário *on-line* e, posteriormente, de forma complementar, com aplicação do questionário de forma presencial com mulheres de bairros periféricos.

A pesquisa teve como objetivo geral analisar como se configuram as inter-relações de mulheres, trabalho e pandemia da Covid-19, e como se revelam as resistências das mulheres a este cenário. Para tal, os objetivos específicos foram: a) identificar as características das mulheres; b) conhecer condições de trabalho, antes e durante a pandemia, tanto no espaço doméstico como no profissional; e c) identificar resistências e redes de apoio acessadas ou criadas pelas mulheres.

Os estudos com mulheres contribuem para o alcance de um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que é o objetivo número 5, que prevê o alcance da igualdade de gênero e inclui, entre outros, a eliminação das formas de discriminação e violência, o reconhecimento e ações que envolvem o trabalho não remunerado doméstico e de cuidados, acesso à renda e tecnologia e aos direitos reprodutivos (ONU BRASIL, 2023). No Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da UTFPR Pato Branco, os estudos de gênero têm ganhado espaço e aberto a possibilidade de diálogo da temática, somado ao desenvolvimento da região. Um exemplo é a pesquisa, apresentada como dissertação

de mestrado, de Rachel de Souza Fonseca Iagnecz (2021), intitulada “Ser mulher, mãe e trabalhadora: a interseccionalidade na vivência da maternidade”. A autora se propôs a analisar como a interseccionalidade de gênero, classe e raça, opera no contexto da maternidade de mulheres-mães-trabalhadoras em Pato Branco. Ela destaca que são pertinentes e necessários ao aprofundamento de estudos que envolvam “a desigualdade de gênero em relação à divisão sexual do trabalho doméstico e de cuidados [...] o excesso de horas dedicadas ao trabalho como limitador de oportunidades e do exercício de cidadania das mulheres que têm filhas (os)” (IAGNECZ, 2021, p.154).

Desta forma, a pesquisa que desenvolvemos tem a intenção de dar continuidade aos estudos que vêm sendo elaborados no âmbito do PPGDR, e contribuir para as análises das relações entre gênero e trabalho, fornecendo subsídios para as discussões que envolvem a construção de uma compreensão mais abrangente de desenvolvimento, que considere estas questões como centrais. A partir dela podem surgir novas pesquisas que abordem a temática e que poderão contribuir – junto com outros estudos – para a elaboração de políticas públicas de gênero, principalmente, considerando demandas colocadas pelas mulheres que participaram dessa pesquisa.

Em relação à base teórica, essa dissertação está estruturada com base em um referencial que aborda as discussões sobre mulheres, trabalho e pandemia de Covid-19, a partir da perspectiva do feminismo decolonial. A escolha não deixa de tecer alianças com outras perspectivas críticas que ajudam a pensar os temas propostos, como as de outros feminismos, a exemplo, as contribuições de Donna Haraway e Silvia Federici. Trazer autoras do feminismo decolonial é uma forma de descolonizar a estrutura que se mantém nas produções acadêmicas, fortemente influenciadas por autores homens, brancos e euro-norte centrados. A presente abordagem, reconhece a existência de múltiplas formas de opressão e exploração, incluindo gênero, raça, classe, sexualidade, entre outras, que se inter-relacionam e se sobrepõem.

A perspectiva decolonial se apresenta como uma possibilidade de pensamento e ação política, que visa dismantellar a lógica hegemônica da sociedade moderna, composta por estruturas de dominação e racionalidade única. Como crítica a esta racionalidade moderna, a perspectiva decolonial e feminista, possibilita analisar diferentes aspectos que se entrelaçam e compõem a vida das mulheres. Conforme

Heloisa Buarque de Hollanda (2020) o feminismo decolonial, como um movimento vindo principalmente de intelectuais latino-americanas, se posiciona contra o imperialismo euro-norte centrado e propõe uma revisão epistemológica radical das teorias feministas eurocentradas e contra os processos relacionados ao colonialismo racial, patriarcal e hegemônico que persiste até hoje. Neste sentido, e considerando a diversidade das mulheres, é que essa pesquisa foi se constituindo com o entendimento de que existem múltiplas formas de opressão e que, ao identificá-las é possível considerar múltiplas experiências, levando em conta a complexidade e heterogeneidade das mulheres.

A dissertação está organizada em sete capítulos, sendo que nesta introdução apresentamos a pesquisa de forma geral. Na sequência, no capítulo dois, indicamos os caminhos metodológicos, abordando o método, os instrumentos utilizados e os lócus em que a pesquisa foi realizada, além das escolhas e estratégias adotadas no decorrer da pesquisa.

No capítulo três, abordamos a categoria de análise "mulheres" e contextualizamos como o colonialismo impôs opressões contra as mulheres. Também apresentamos as características de diversidade das interlocutoras da pesquisa.

No capítulo quatro, apresentamos a categoria de análise "trabalho" e discutimos a divisão sexual do trabalho, bem como os trabalhos não remunerados, domésticos e de cuidados. Realizamos a análise destes indicadores, abordando os tipos de trabalho realizados pelas interlocutoras da pesquisa e as mudanças ocorridas no contexto da pandemia de Covid-19.

No capítulo cinco, realizamos uma reflexão sobre a colonização da natureza e as mudanças climáticas. Analisamos as consequências que a pandemia de Covid-19 teve sobre as mulheres e apresentamos os indicadores do cotidiano feminino durante este período.

No capítulo seis, contextualizamos a resistência das mulheres por meio dos movimentos feministas, e apresentamos as redes de apoio mútuo e de resistência coletiva das mulheres durante a pandemia.

Por fim, no capítulo sete, apresentamos as considerações finais, que fazem um apanhado geral da pesquisa e deixam reflexões sobre possíveis caminhos que possam auxiliar as mulheres em períodos de crise, como a da pandemia de Covid-19.

## 2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentamos os caminhos metodológicos percorridos para o desenvolvimento da pesquisa. O texto inicia com a descrição do método e dos instrumentos utilizados, além da estrutura construída para orientar a análise. Em seguida, são expostas as escolhas e estratégias adotadas para atender aos objetivos propostos. Prosseguimos com a apresentação dos locais de pesquisa e, por fim, discorremos sobre a seleção das mulheres interlocutoras.

### 2.1 A COMPOSIÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Esta pesquisa é descritiva e analítica, de cunho quanti-qualitativo, que, segundo Roberto Jarry Richardson (2012) possuem complementaridade e dão aporte um ao outro, integrando pontos de vista e técnicas para enfrentar o desafio proposto pela pesquisa social. A intenção não era fazer uma análise estatística, com técnicas de correlação, especificando médias, desvio padrão e coeficientes, mas considerar o quantitativo como aporte para a análise qualitativa das informações geradas. De acordo o autor, a pesquisa qualitativa explora particularidades do campo devido à propriedade com que penetra na complexidade de um problema. Conforme Maria Cecília de Souza Minayo (1994), esta forma de pesquisa, a qualitativa, carrega em si essa complexidade, já que considera o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, processos e fenômenos, permitindo abranger o problema investigado em suas múltiplas dimensões.

Para a coleta de dados, utilizamos um questionário (APÊNDICE A) composto por 52 questões, divididas em duas seções principais: informações individuais e socioeconômicas; e cotidiano durante a pandemia de Covid-19. O recorte temporal considerou as condições das mulheres antes do decreto da pandemia pela OMS, ou seja, antes de 11 de março de 2020, até a data em que responderam o questionário, entre o final do ano de 2022 e o início de 2023. O questionário combinou perguntas fechadas, com respostas fixas e preestabelecidas, e perguntas abertas, que possibilitaram liberdade para que as mulheres aprofundassem suas respostas. Como apontado por Richardson (2012), uma das vantagens da utilização de questionários é obter informações de um grande número de pessoas de forma simultânea. Esta

vantagem está alinhada com uma das metas da nossa pesquisa, que é alcançar o maior número possível de mulheres. As respostas obtidas por meio do questionário nos permitiram, entre outros aspectos, reunir dados em forma de tabelas, transformando-os em informações úteis que caracterizaram as mulheres. Estes dados nos possibilitaram descrever aspectos amplos sobre as mulheres e também destacar, a partir de características de diversidade, as mulheres que foram impactadas de forma distinta pela pandemia.

Nossa pesquisa considera aspectos éticos fundamentais, priorizando o respeito e a privacidade das mulheres participantes. Para garantir isso, utilizamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), como parte integrante do questionário. O texto de apresentação do questionário esclareceu os objetivos da pesquisa e garantiu que a participação era espontânea, além de assegurar que a identificação das participantes seria mantida em sigilo. Na pergunta inicial, de número 1, as mulheres tiveram a oportunidade de expressar seu consentimento em participar da pesquisa. Respeitando o que foi estabelecido, todas as mulheres que optaram por participar terão seus nomes mantidos em sigilo, garantindo assim a confidencialidade e a proteção de suas informações pessoais. Mediante a esse cuidado ético, buscamos conduzir nossa pesquisa de forma responsável e respeitosa, valorizando a participação e a contribuição das mulheres envolvidas.

Em função das restrições impostas pela pandemia, que limitavam o contato direto com as mulheres, optamos, em um primeiro momento, por realizar a pesquisa de forma *on-line*. Assim, por meio do aplicativo *Google Forms*<sup>8</sup>, enviamos o questionário através do *WhatsApp*. Após o aumento da cobertura vacinal e a possibilidade de ter contato direto com as mulheres, realizamos a inserção em campo e aplicamos o questionário de forma presencial. Conforme Richardson (2012), a aplicação de questionários de forma presencial pode ser feita de maneira individual ou coletiva, que permite explicar e discutir os objetivos da pesquisa, responder a dúvidas e também possibilita a observação da pesquisadora. Com auxílio da observação, é possível obter informações importantes para a pesquisa e descobrir novos problemas a serem investigados, bem como identificar questões relacionadas

---

<sup>8</sup> O Google Forms é uma ferramenta que permite a construção de formulários eletrônicos que podem ser compartilhados *on-line*. As pessoas que acessam pesquisas neste formato recebem um *link* que pode ser acessado por meio de celular, *tablet* ou computador, com acesso à internet. Foi uma ferramenta útil e importante que permitiu alcançar uma quantidade significativa de mulheres. O link gerado e compartilhado com a colaboração do CMDDDHM foi: <https://forms.gle/JnCkxwHDGhF9uj8WA>.

ao método ou aos instrumentos adotados. A observação em campo, juntamente com anotações e gravações, foram instrumentos qualitativos utilizados nesta pesquisa.

A pretensão, era desenvolver esta pesquisa em duas etapas principais:

- Na primeira etapa, planejamos aplicar um questionário, seja de forma presencial ou *on-line*, de acordo com as restrições impostas pela pandemia, buscando alcançar o maior número possível de mulheres por meio das entidades que compõem o CMDDHM. O objetivo era conhecer suas características individuais, socioeconômicas e compreender o cotidiano durante a pandemia, levando em consideração as relações de trabalho e as redes de apoio;
- Na segunda etapa, tínhamos a intenção de selecionar algumas mulheres para serem entrevistadas, levando em conta as principais diferenças encontradas a partir dos resultados do questionário. Esta etapa visava investigar, de forma mais detalhada, as inter-relações entre mulheres e trabalho no contexto da pandemia, além de identificar resistências e redes de apoio destas mulheres.

No entanto, estas estratégias de pesquisa precisaram ser alteradas ao longo do processo, devido às restrições impostas pela pandemia em relação ao trabalho de campo presencial e a falta de tempo para realizar a segunda etapa de coleta de dados. Decidimos encerrar a pesquisa após a conclusão da primeira etapa, sem avançar para a segunda etapa prevista no projeto. Essa segunda etapa exigiria um segundo contato com as mulheres, além das entrevistas e transcrições, gerando uma quantidade de material que não seria possível analisar em tempo hábil de concluir a dissertação.

Considerando o feminismo decolonial como perspectiva utilizada, destacamos que as diversidades são centrais para reconhecer que as experiências das mulheres não são homogêneas e que suas vivências são marcadas por raça, classe social, gênero, sexualidade, entre outros marcadores de desigualdades. De acordo com María Lugones (2008), é necessário levar em conta as diversidades entre as mulheres, reconhecendo que a experiência de opressão pode variar de acordo com a posição social, étnico-racial e histórica de cada uma. Tendo isto em vista, nos desafiamos a ir contra as ideias universalizantes, como a de que "somos todas(os) iguais" ou que "estamos todas(os) no mesmo barco" ao considerar a pandemia, pois tais noções ignoram as desigualdades e hierarquias existentes, perpetuando formas de opressão. Com este objetivo em mente, construímos o Quadro 1 para orientar as

análises, levando em consideração as inter-relações entre mulheres, trabalho e a pandemia de Covid-19, bem como as resistências das mulheres. Orientadas pelas categorias gerais, observando a heterogeneidade das experiências e a diversidade entre as mulheres.

**QUADRO 1 CATEGORIAS DE ANÁLISE**

	<b>Categorias gerais</b>	<b>Objetivos específicos</b>	<b>Indicadores</b>
<b>INTER-RELAÇÕES</b>	Mulheres	Identificar as características de diversidade das mulheres	Informações individuais e sócio-econômicas: Idade; Autodeclaração de cor/raça; Classe (renda, políticas sociais); Maternidade; Escolaridade.
	Trabalho	Conhecer as condições de trabalho antes e durante a pandemia	Divisão sexual do trabalho; Tipos de trabalho: Remunerado e Não-remunerado (doméstico e de cuidados); Mudanças ocorridas.
	Pandemia de Covid-19		Acesso a políticas emergências de renda; Acesso a serviços públicos; Doença Covid-19; Vacina; Diagnósticos e tratamentos realizados; Gravidez e nascimento na pandemia; Percepção do estado ânimo.
	Resistências	Identificar resistências e redes de apoio acessadas ou criadas pelas mulheres	Redes de apoio mútuo; Resistências coletivas.

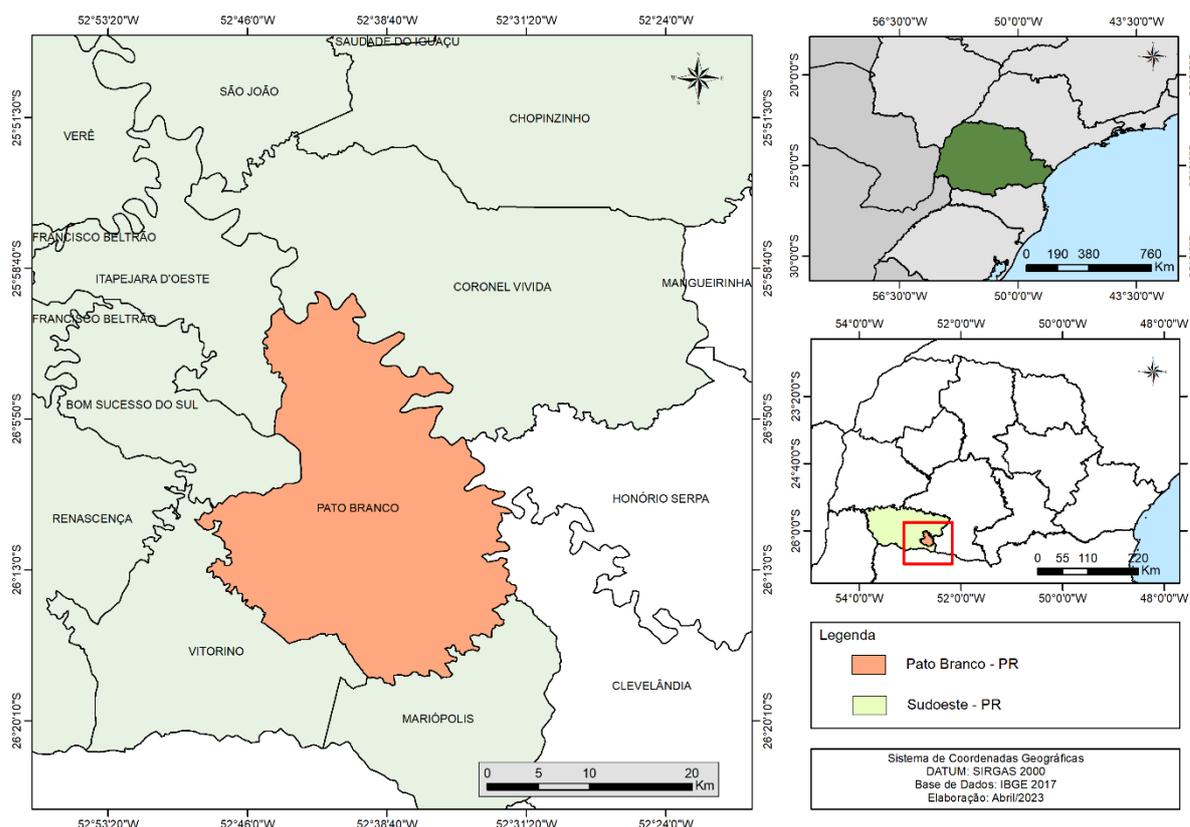
**Fonte: Autoria própria (2023)**

Destacamos que, além de servir como base para a condução das análises, o Quadro 1 nos auxiliou a identificar situações que revelavam as vivências qualitativas das mulheres. As tabelas geradas a partir dos dados quantitativos nos permitiram destacar diversidades entre as mulheres, alinhando-se aos objetivos da pesquisa ao explorar as inter-relações entre trabalho e pandemia, bem como revelar resistências por meio das experiências individuais de cada mulher. As respostas escritas pelas mulheres nas perguntas abertas, as transcrições das falas de duas mulheres que tivemos a oportunidade de gravar, juntamente com as observações e anotações de campo, também desempenharam um papel fundamental na condução da análise.

## 2.2 LÓCUS DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada no município de Pato Branco, localizado na região Sudoeste do estado do Paraná. A Figura 1 apresenta um mapa da localização.

**FIGURA 1 MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO- PARANÁ**



**Fonte: Base de dados do IBGE (2017), feito por Pedro Monteiro (2023) através do Software Qgis**

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2023), Pato Branco foi instituído como município por lei em 14 de dezembro de 1952. Possui uma área territorial de 537,746 km<sup>2</sup>, com 45 bairros e 34 comunidades rurais. Os principais setores econômicos e fontes de renda concentram-se na indústria, comércio, serviços e agropecuária. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023b, n.p.), em relação ao trabalho e renda no município, em 2020, 43,8% da população estava empregada e a média salarial mensal para os habitantes de Pato Branco era de 2,4 salários mínimos.

Quanto ao número de habitantes, segundo o Censo do IBGE (2010), o município possuía 72.370 habitantes, sendo 37.386 mulheres, correspondendo a

51,66% da população. As faixas etárias mais predominantes entre essas mulheres são: 15 a 19 anos, 20 a 24 anos e 25 a 29 anos. Do total de habitantes, 68.091 residem na área urbana do município (94%) e 4.279 no meio rural, dos quais 2.105 são mulheres. Em 2022, a estimativa prévia da população de Pato Branco, com base nos resultados do Censo Demográfico (IBGE) até 25 de dezembro de 2022, é de 94.239 habitantes (IBGE, 2023a). No site oficial do município, que apresenta dados atualizados até o ano de 2020, a população estimada total era de 83.843 habitantes, dos quais 37.376 são mulheres (PATO BRANCO, 2023a).

No que se refere a auto declaração de habitantes de acordo com cor-raça, cabe apresentar, além dos números do município, os números do Brasil, da região Sul e do estado do Paraná. Na Tabela 1, estão especificados os números correspondentes à população total das áreas citadas, assim como os totais da população branca e não-branca<sup>9</sup>, com destaque para a quantidade e percentual de mulheres neste enquadramento. No contexto da perspectiva teórica, adotada nessa pesquisa, é fundamental destacar o entendimento das mulheres não-brancas segundo a perspectiva de Lugones (2008). De acordo com a autora, as mulheres não-brancas são vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade do gênero. Ao longo da história, é possível testemunhar a exclusão histórica e teórico-prática das mulheres não-brancas nas lutas libertárias travadas em nome da mulher. As mulheres colonizadas, não-brancas, foram subordinadas e destituídas de poder, tornando evidente a necessidade de entender as opressões que elas enfrentam.

**TABELA 1 POPULAÇÃO TOTAL, MULHERES E IDENTIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL**

Áreas	Hab. total	Hab. Mulheres	%*	Hab. total Branca	%	Hab. Mulheres Brancas	%	Hab. total Não-branca	%	Hab. Mulheres Não-brancas	%
Brasil	190.755.799	97.348.809	51,03	91.051.646	47,73	47.399.158	48,69	99.697.545	52,26	49.947.759	51,31
Região Sul	27.386.891	13.950.480	50,94	21.490.997	78,47	11.056.389	79,25	5.895.638	21,53	2.893.958	20,74
Paraná	10.444.526	5.313.532	50,87	7.344.122	70,32	3.790.573	71,34	3.100.328	29,68	1.522.924	28,66
Pato Branco	72.370	37.386	51,66	55.287	76,39	28.942	77,41	17.083	23,61	8.444	22,59

**Fonte: Autoria própria (2023) com base nos dados do IBGE (2010).**

Nota-se, de acordo com a Tabela 1, que as mulheres representam a maioria da população do país, com 51,03%, o que também é observado no município de Pato

<sup>9</sup> Quando escrevemos “não-brancas(os)” estamos nos referindo às pessoas que se identificaram como pretas, pardas, indígenas e/ou amarelas.

Branco, no qual 51,66% são mulheres. No Brasil, a população autodeclarada como branca é menor, correspondendo a 47,73% do total de habitantes. Já na região Sul, este grupo é majoritário, com 78,47%, e no estado do Paraná também é superior à média nacional, com 70,32%. Em Pato Branco, 76,39% das pessoas se autodeclararam brancas, enquanto 23,61% se identificam como não-brancas. Ao analisar especificamente a população de mulheres do município, as brancas representam 77,41%, enquanto as mulheres não-brancas correspondem a 22,59% (IBGE, 2010).

Além disso, é relevante observar que a população não-branca no Brasil representa 52,26% do total de habitantes, enquanto na região Sul esse percentual é de 21,53%. No Paraná, a população não-branca corresponde a 29,68% da população total, e em Pato Branco representa 23,61%. No contexto das mulheres não-brancas, elas compõem 51,31% da população de mulheres do Brasil, 20,74% na região Sul, 28,66% no Paraná e 22,59% em Pato Branco (IBGE, 2010). Estes dados ressaltam as diferenças étnico-raciais presentes na população, evidenciando a importância de considerar a diversidade nas análises de gênero. Reconhecer as particularidades vividas por mulheres não-brancas, historicamente invisibilizadas, é fundamental para compreender as dinâmicas sociais e enfrentar as desigualdades que as afetam.

O percentual maior de pessoas brancas se relaciona, diretamente, com a história da colonização do Sul do Brasil, fomentada pelo Estado, mais intensamente no século XIX, a partir da concessão de terras para imigrantes brancos europeus, em detrimento da população indígena, negra e cabocla que já habitava os territórios e era considerada oposta ao modelo civilizatório que era instaurado. Uma política de branqueamento da região foi executada, sob a justificativa de promover o progresso e o desenvolvimento, o que implicou na invisibilização de coletivos indígenas e caboclos, que antes habitava o local, substituindo-os por imigrantes de origem europeia. (SEYFERTH, 2002).

No município de Pato Branco a pesquisa contou com a colaboração do CMDDHM. Este Conselho foi criado por meio da Lei Ordinária n. 3905 de 20 de agosto de 2012, e possui diversos objetivos, incluindo a defesa dos direitos das mulheres, a ampliação do acesso a programas sociais, a promoção da equidade de gênero, o estímulo a participação das mulheres na vida social e política da comunidade, e o incentivo à criação de redes de apoio às mulheres (PATO BRANCO, 2012).

A escolha do CMDDHM como parceiro para a realização da pesquisa se deu por uma decisão pessoal, em virtude da minha atuação na entidade, por intermédio

da representação do grupo Gesta. Mediante esta inserção no Conselho, e considerando a diversidade de entidades que o compõem, vislumbrei a possibilidade de encontrar mulheres com diferentes realidades e experiências. Na gestão atual (2021-2023) o CMDDHM é composto por dezoito (18) entidades, divididas entre: governamentais e não governamentais; como pode ser observado no Quadro 2.

**QUADRO 2 ENTIDADES QUE COMPÕE O CMDDHM**

<b>Não governamentais</b>	<b>Governamentais</b>
APP – Sindicato dos trabalhadores em Educação Pública do Paraná – Núcleo Sindical de Pato Branco	Secretaria de Administração e finanças
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Pato Branco/PR	Secretaria de Educação e Cultura
NUCRESS Pato Branco– Conselho Regional de Serviço Social 11ª Região	Secretaria de Saúde
Ligas acadêmicas de medicina da UNIDEP	Secretaria de Assistência Social
Artemis – Grupo de Pesquisa em Gênero, Juventude e Cartografias da Diferença - UTFPR	Secretaria de Planejamento Urbano
Leia Mulheres Pato Branco	Secretaria da Agricultura
Rotary Club Pato Branco Guarani/ Rotary Club Pato Branco	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Gesta Pato Branco – Grupo de Apoio à Gestante e ao Parto Ativo	Secretaria do Meio Ambiente
Maternar Pato Branco – Grupo de apoio à maternidade	Secretaria de Engenharia e Obras

**Fonte: Autoria própria (2022)**

A partir da escolha do CMDDHM e levando em consideração as restrições de contato pessoal impostas pela pandemia, optamos por iniciar a pesquisa no formato *on-line*, sendo este o nosso primeiro lócus de pesquisa. Esta abordagem nos permitiu dar início a coleta de dados mesmo sem o contato presencial com as mulheres, priorizando a segurança diante da situação pandêmica. O convite para participação na pesquisa, contendo o *link* de acesso ao questionário, foi enviado por meio do *WhatsApp* para dois grupos do CMDDHM, além de ser enviado individualmente para as representantes de cada entidade. De forma colaborativa as mulheres envolvidas espalharam o questionário *on-line* para um público maior.

Considerando o avanço na cobertura vacinal contra a Covid-19 e a possibilidade de estabelecer contato presencial com as mulheres, direcionamos nossa pesquisa para o segundo lócus: a Secretaria Municipal de Assistência Social. Esta secretaria é uma das entidades que compõem o CMDDHM, o que nos permitiu aplicar os questionários com as mulheres que são atendidas pela entidade, e que participam dos cursos de Corte e Costura e Salão de Beleza<sup>10</sup>, promovidos por ela (conforme pode ser observado na Figura 1, em que ocorreu a inserção em campo).

A estrutura física da secretaria está localizada no bairro Sambugaro e abrange o setor de gestão, salas destinadas a cursos profissionalizantes e atendimento ao público. Além disso, a Secretaria Municipal de Assistência Social é responsável pelo atendimento aos dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município, localizados nos bairros Alvorada e São João. Ela também engloba o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), os Serviços de Convivência do Idoso, Família Acolhedora, as Casas de Acolhimento Proteger e de Passagem, o Conselho Tutelar, bem como projetos e ações sociais. A missão desta secretaria é promover a proteção social e o desenvolvimento de indivíduos e famílias, por meio da efetivação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, garantindo e promovendo direitos. Além disso, busca ser reconhecida pela contribuição à melhoria dos indicadores sociais, com redução das desigualdades, ampliação das oportunidades, controle social e gestão descentralizada (PATO BRANCO, 2023b, n.p.)

## **FIGURA 2 CURSOS PROFISSIONALIZANTES DE CORTE E COSTURA E SALÃO DE BELEZA**

---

<sup>10</sup> Os cursos fazem parte do projeto “Trilhas do Amanhã” promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social que busca ser fonte de “geração de trabalho e renda” e tem como público alvo, entre outros, “adultos, com prioridade aos que estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais; beneficiários do programa Bolsa Família em descumprimento das condicionalidades [...]” (PATO BRANCO, 2023b, n.p.).



Fonte: Autoria própria (2022).

Por fim, o terceiro lócus de pesquisa ocorreu por meio da inserção em campo, pelo Leia Mulheres, uma das entidades não-governamentais que compõe o CMDDM, e da minha orientadora Hieda, responsável pelo JoArte<sup>11</sup>. Através dessa entidade, passei a me aproximar do CEU das Artes de Pato Branco.

O CEU das Artes<sup>12</sup>, foi inaugurado no município de Pato Branco em 21 de dezembro de 2012 e está localizado no bairro Sudoeste. Ele faz parte da estrutura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e tem como objetivo “promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social nas cidades brasileiras” (BRASIL, 2023a, n.p.). Cada CEU possui um espaço físico destinado a diversas

<sup>11</sup>O JoArte é um evento anual, que já teve 6 edições, em prol da arte e literatura. Oferece oficinas gratuitas, além de concursos de poesias, entre outros. Ele surgiu em homenagem a artista Joana Corona e é organizado por Hieda Maria Pagliosa Corona e Luiz Antônio Corona, em parceria com o CEU das Artes de Pato Branco. A biblioteca do CEU das artes leva o nome da artista (JOARTE, 2020).

<sup>12</sup>O programa CEU foi projetado, inicialmente, entre os anos de 2001 e 2004, em São Paulo-SP, pela então prefeita da época, Marta Suplicy. Posteriormente, em 2010, foi incorporado como programa nacional no governo de Luís Inácio Lula da Silva ao Ministério da Cultura, em parceria com outros ministérios e prefeituras municipais. Ao longo de sua trajetória, o programa passou por diversas mudanças de nome: Praças do PAC; Praças dos Esportes e da Cultura (PEC); Praças das Artes; e Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU). Em junho de 2019, no governo de Jair Messias Bolsonaro, o programa foi rebatizado como Estação Cidadania – Cultura, passou a agregar o Ministério do Turismo, através da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Cultural, e em maio de 2021, passou por outra mudança de nome sendo chamado de Pracinhas da Cultura (RATTES, 2022).

atividades, incluindo programas culturais, ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação profissional, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital. É importante ressaltar que, na região sudoeste do Paraná, Pato Branco é a única cidade que conta com a estrutura deste programa. A gestão dos CEU é compartilhada entre a prefeitura municipal e a comunidade (BRASIL, 2023a). Na Figura 3 podemos observar uma foto da estrutura física do espaço, que abrange uma área de 3000m<sup>2</sup>, com quadra de esportes, pista de skate, biblioteca, salas de cursos, entre outros.

**FIGURA 3 CEU DAS ARTES DE PATO BRANCO - PARANÁ**



**Fonte: Brasil, Governo Federal, Pracinhas da Cultura, PR/Pato Branco (2014).**

### 2.3 ESCOLHA DAS MULHERES PARTICIPANTES DA PESQUISA

Nossa intenção na pesquisa era encontrar a maior quantidade possível de mulheres que tivessem de alguma forma relação com as entidades que compõem o CMDDHM ou que pudessem ser alcançadas por auxílio delas. A Secretaria de Assistência Social, por exemplo, poderia oportunizar o contato com mulheres assistidas que se encontram em situações de vulnerabilidade econômica e social. Já a APP Sindicato, por exemplo, poderia nos aproximar de professoras da rede pública e privada de ensino que tiveram alterações em suas rotinas e modalidades de trabalho, devido à pandemia de Covid-19. Nesse aspecto, entendemos que a construção da pesquisa contou com a colaboração e o apoio do Conselho, por meio de suas entidades, para que pudéssemos alcançar a maior quantidade possível de mulheres em condições diversas.

Nossa intenção de pesquisa foi apresentada ao CMDDHM no ano de 2021. Em 21 de setembro, realizamos uma reunião com a presidenta do Conselho para explicar a proposta, na qual ela sugeriu que apresentássemos o projeto às entidades. Assim, em 14 de outubro, apresentamos a proposta durante uma reunião ordinária, e as entidades demonstraram apoio e foram unânimes em colaborar (conforme

registrado na ata pública n.010/2021, disponível no ANEXO A). Após a apresentação e a aprovação da colaboração do Conselho, entramos em contato com cada uma das representantes das entidades, por meio de mensagens de texto via aplicativo *Whatsapp*, buscando uma maior aproximação.

Após este processo, iniciamos a pesquisa no primeiro lócus, *on-line*, disponibilizando o questionário para as entidades. O questionário *on-line* permaneceu aberto para respostas de setembro a novembro de 2022, e obtivemos 108 registros de acesso. Dentre eles, 107 mulheres concordaram em responder à pesquisa, sendo que apenas uma recusou. É importante destacar que duas mulheres, das 107 participantes, residiam em municípios vizinhos, e foram excluídas da amostra, uma vez que o objetivo era pesquisar com mulheres de Pato Branco-PR. Portanto, consideramos um total de 105 respondentes no lócus de pesquisa *on-line*.

Ao analisar os dados obtidos inicialmente, percebemos que o questionário, aplicado de forma *on-line*, possuía limitações para alcançar o que era essencial para a pesquisa e para a perspectiva teórica adotada, ou seja, mulheres de diversas realidades. A maioria das respostas apresentava semelhanças em relação a raça, renda e escolaridade, por exemplo, indicando que as mulheres participantes viviam em condições de privilégio estrutural (essa análise será desenvolvida no capítulo 3). Esses privilégios, provavelmente, influenciaram a forma como enfrentaram a pandemia, diferentemente das mulheres em situação de maior vulnerabilidade. Diante disto, surgiu o questionamento: quais mulheres têm acesso a pesquisas *on-line*? Quais recursos essas mulheres têm disponíveis para acessá-las? Também nos questionamos sobre o alcance do CMDDHM com a ajuda de suas entidades, isto é, quais mulheres têm conseguido ser alcançadas? As redes sociais do Conselho e as informações disponibilizadas *on-line* conseguem atingir a qual público?

Diante deste contexto, e considerando também o avanço na cobertura vacinal contra a Covid-19 e um cenário mais favorável para o contato pessoal, devido à flexibilização das medidas de distanciamento social, nos propusemos a realizar inserções em campo de forma presencial. Buscando entidades que estivessem mais próximas de mulheres em diferentes contextos de vida. Assim, em novembro de 2022, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, tivemos acesso a 20 mulheres que participavam dos cursos gratuitos de Corte e Costura e Salão de Beleza oferecidos pelo município. A coordenadora destes cursos foi extremamente receptiva e nos deixou à vontade para conhecer as turmas e conversar com as mulheres, de

forma coletiva em suas salas de aula. Fui bem recebida pelas professoras e pelas estudantes, me apresentei, expliquei sobre a pesquisa, li o texto de apresentação com os objetivos e o TCLE e, em seguida distribuí os questionários e canetas, além de me colocar à disposição para tirar dúvidas. Todas as mulheres foram unânimes em aceitar participar. Embora, este formato de aplicação do instrumento tenha apresentado algumas limitações, a experiência de estar próxima das mulheres, observar, fazer anotações em diário de campo e estar disponível para conversar com elas, de modo notável fez toda a diferença na jornada e para as análises dessa pesquisa.

Entre as limitações encontradas, destacou-se o fato de que o questionário era extenso, ademais cada mulher possuía um ritmo próprio de leitura, escrita e interpretação. Além de que, ao contrário do questionário *on-line*, o formato em papel não tornava as respostas obrigatórias, permitindo que as participantes transitassem entre as questões. Como resultado, algumas mulheres não responderam a todas as perguntas, outras enfrentaram dificuldades na leitura e interpretação, e eu as auxiliiei neste processo. Algumas participantes também consideraram cansativo responder o questionário até o final. Durante a observação, percebi que quando uma mulher concluía suas respostas, as demais tentavam acelerar o processo para que também pudessem entregar seus questionários. Considerando tais limitações, na minha percepção, a aplicação de um questionário coletivo talvez fosse mais eficiente se ele fosse reduzido e composto por apenas perguntas fechadas. No entanto, foi importante estar em contato presencial com as mulheres e estar disponível para conversar, a fim de obter respostas que apresentassem diferenças em relação às mulheres que responderam *on-line*. Estas diferenças estavam relacionadas a questões como raça, renda, condições de trabalho, escolaridade, entre outras.

Realizamos mais uma inserção em campo, desta vez no terceiro lócus de pesquisa, o CEU das Artes de Pato Branco, por meio do qual tivemos a oportunidade de aplicar o questionário com seis mulheres. Tive a chance de conhecer as trabalhadoras do espaço, que foram muito receptivas a pesquisa e permitiram que eu conversasse com as mulheres. As conversas foram individualizadas, o que me possibilitou fazer as perguntas do questionário, anotar as respostas e as minhas percepções, além de realizar observações. No início de dezembro de 2022, consegui conversar com quatro mulheres. Durante o decorrer deste mesmo mês, o CEU entrou em recesso de final de ano e retomou suas atividades no final de janeiro de 2023. Foi neste momento que pude retornar ao campo e conversar com mais duas mulheres. O

retorno foi muito importante, pois tive a oportunidade de visitar a casa de uma delas. Com a autorização dela, pude gravar nossa conversa. Com a outra mulher, conversei nas dependências do CEU e também obtive permissão verbal para gravar parte de nossa conversa.

Considerando os três lócus de pesquisa, um total de 131 mulheres participaram da pesquisa, o que gerou um volume significativo de dados a serem analisados. É importante ressaltar que nem todas as mulheres responderam a todas as questões propostas. Portanto, nas tabelas que apresentadas, nem sempre o número total de respostas corresponderá a 131 mulheres. Os totais nas tabelas refletem o número de mulheres que responderam a questão específica que a tabela se refere, não sendo representativos da totalidade das mulheres que compuseram a pesquisa.

A fim de destacar observações e percepções de campo, com algumas experiências e diálogos vivenciados durante as conversas presenciais, utilizamos os *boxes*, caixas, de destaque no texto. É importante salientar que essas caixas não devem ser lidas desvinculadas do texto corrido, pois fazem parte da sequência escrita.

Para preservar a privacidade e o sigilo dos nomes das mulheres, utilizamos nomes fictícios<sup>13</sup> que foram escolhidos a partir do projeto "Mulheres Cabulosas da História"<sup>14</sup>, da fotógrafa Isis Medeiros<sup>15</sup>, que retrata mulheres marcantes na história mundial. Das 131 mulheres que participaram da pesquisa, destacamos as respostas, falas e vivências de 22 mulheres que, em nossa análise, apresentaram aspectos relevantes de diversidade para a análise das inter-relações entre mulheres, trabalho, pandemia de Covid-19 e resistências. Embora não seja possível detalhar as características de cada participante da população total de mulheres, as tabelas nos

---

<sup>13</sup>A ideia de utilizar nomes fictícios recorrendo ao projeto de Isis Medeiros veio de Angela Zolet Palma, uma grande amiga que faz parte da minha trajetória e que considero como família. Angela é fotógrafa e está engajada em movimentos de luta social, incluindo os direitos das mulheres.

<sup>14</sup>O projeto "Mulheres Cabulosas da História" foi realizado entre os anos de 2016 e 2018 e consistiu em releituras fotográficas que destacam 100 mulheres, que foram invisibilizadas pelas hierarquias de poder nas narrativas históricas. As fotos foram interpretadas por mulheres do movimento social Levante Popular da Juventude. Disponível em: <https://www.instagram.com/mulherescabulosasdahistoria/>; <https://www.mulheresluz.com.br/rede/isis-medeiros/>; <https://testemunhaocular.ims.com.br/2022/05/21/isis-medeiros/>; <https://www.ffparanapiacaba.com.br/isis-medeiros/>; <https://medium.com/@LevanteBH/mulherescabulosas-da-hist%C3%B3ria-c7f1bb8b71ea>. Acesso em: 24 jun. 2023.

<sup>15</sup> Isis é uma fotógrafa popular dedicada ao fotojornalismo e à fotografia documental. Ela é autora de vários projetos, que buscam denunciar a negligência e violência do Estado e as violações dos direitos humanos. Um de seus trabalhos destaque é com os impactos devastadores da mineração, nas tragédias de Mariana e Brumadinho.

auxiliam a visualizar o universo, enquanto as 22 mulheres representam detalhamentos mais aprofundados. Os nomes fictícios escolhidos priorizam mulheres que fizeram parte da história do Brasil e da América Latina, e que foram associados às mulheres da pesquisa, de acordo com as características identificadas nas 22 mulheres, são eles: *Carolina Maria de Jesus; Luiza Mahim; Luz del Fuego; Iara Iavelberg; Dandara dos Palmares; Nísia Floresta; Tereza de Benguela; Tarsila do Amaral; Ísis Dias de Oliveira; Carmen da Silva; Taira Kayapo; Frida Kahlo; Vilma Espim; Patrícia Rehder Galvão (Pagu); Celia Sanchez; Elza Soares; Maria Bonita; Anita Garibaldi; Mercedes Sosa; Clarice Lispector; Chiquinha Gonzaga e Olga Benário.*

A partir dos caminhos metodológicos apresentados, avançamos para as análises da pesquisa. No próximo capítulo, abordaremos a diversidade das mulheres, considerando suas informações individuais e socioeconômicas que desempenham papel fundamental de complexidade em suas experiências.

### 3 MULHERES

Neste capítulo abordamos a diversidade de situações que permeiam a vida das mulheres, tendo como base de análise o feminismo decolonial e o diálogo com outras autoras da perspectiva crítica. O capítulo está organizado em duas seções. Na primeira, contextualizamos o colonialismo e a imposição de opressões desse sistema contra as mulheres. Na segunda seção, apresentamos as interlocutoras da pesquisa, destacando as características de diversidade encontradas, alicerçados nos indicadores de raça, classe (renda, políticas sociais), maternidade, escolaridade e idade.

#### 3.1 A IMPOSIÇÃO DE OPRESSÕES COLONIAIS CONTRA AS MULHERES

Desde o período colonial foram estabelecidas opressões de gênero que passaram a colocar as mulheres em lugares subalternizados. Estas opressões estão permeadas também por práticas racistas, sexistas, genocídios e epistemicídios, anulando corpos, territórios e saberes. Este modelo foi instituído mediante a violência, de uma hegemonia masculina, branca, europeia, cristã e heteronormativa.

Para compreender estes aspectos é importante considerar como se inicia o colonialismo e quais as suas consequências. Conforme Aníbal Quijano (2005), no processo de colonização da América, foi instituído um novo padrão de poder, que impôs a noção de raça como fator principal de classificação das pessoas de acordo com supostas características fenotípicas, como a cor da pele, por exemplo. Os colonizadores se colocaram de forma hierárquica como superiores, exercendo violência sobre os outros povos, que já habitavam estas terras há milhares de anos antes de sua chegada. A violência colonial se amplia e incide intensamente sobre os povos africanos, que foram escravizados. Estima-se que 12 milhões de africanas(os) foram arrancados de seus territórios e passaram por um processo de desumanização. Novas identidades sociais foram estabelecidas e os povos foram racializados e denominados indígenas, negros e mestiços, e classificados como irracionais, animalizados e sem humanidade. A partir da racialização ocorreu também o controle sobre o sexo, sobre os corpos, territórios, força de trabalho, intersubjetividades e assim por diante. Povos explorados e outros seres transformados em recursos, em

produtos, riquezas usurpadas para a composição de um mercado internacional do sistema do mundo moderno colonial (WALLERSTEIN, 2001; QUIJANO, 2005).

Os colonizadores impuseram a violência colonial sobre a terra e os corpos, perpetrando o genocídio de povos indígenas, e executando o extrativismo das riquezas da América. Com isto, a Europa constitui-se como o centro de um novo padrão de poder e de organização do mundo, que tem como base o eurocentrismo, ou seja, o modelo de vida europeu, como marca de civilização. O padrão de poder, colonial, capitalista e moderno instituiu também a divisão racial, sexual e social do trabalho (conforme discutiremos no capítulo 4), estabelecendo que renda/salário é para os brancos e burgueses, enquanto negros são escravizados e indígenas submetidos à servidão. Estas relações de dominação se perpetuam através das colonialidades, que não se encerraram com a independência dos países colonizados, mas continuam a marcar a nossa história atual. A matriz colonial, instituída pela ideia de raça, perpassa o cotidiano e opera em forma de domínio e exploração. Os que foram transformados em “outros”, racializados e considerados pobres, subdesenvolvidos, do terceiro mundo, se tornam dependentes da política, da cultura, do desenvolvimento e das riquezas usurpadas de seus territórios. Tal padrão de poder da modernidade difunde uma racionalidade específica, que constitui as colonialidades do poder, do saber, do ser e da natureza, que operam cotidianamente na sociedade e em nosso inconsciente coletivo, como um espelho que reflete uma imagem distorcida, formada pelos padrões impostos pela colonização (WALLERSTEIN, 2001; QUIJANO, 2005; WALSH, 2019).

Esta lógica moderna de mundo estabeleceu outros inúmeros dualismos, como a imposição das classificações sexuais, que define como norma as relações heterossexuais e diferencia, hierarquicamente, homens e mulheres, lhes atribuindo papéis sociais de gênero que reforçam as desigualdades. As mulheres foram subalternizadas por um sistema que Lugones (2008) chamou de “sistema moderno-colonial de gênero”, indissociável do padrão colonial imposto pela ideia de raça, tornando-se mais um instrumento de dominação que opera por interferência das colonialidades. Desta forma, se perpetuam relações de poder hegemônicas, estabelecidas pela lógica patriarcal, branca, heterossexual e cristã, compondo o cotidiano das relações em nossa sociedade. Para Lugones (2008 p. 67; 68) “ainda que na modernidade eurocêntrica capitalista sejamos todos/as racializados/as e um gênero nos seja atribuído, nem todos/as somos dominados/as ou minimizados/as por

esse processo”. O padrão que se instituiu dominante em termos de gênero atribuiu a categorização de mulher às “mulheres burguesas, brancas e heterossexuais”. As mulheres de outros povos foram definidas como fêmeas e animalizadas. Neste sentido, nem todas são submetidas às mesmas condições de domínio e exploração. A colonialidade de gênero se reproduz de forma mais intensa sobre as mulheres não-brancas, as quais desde a colonização tiveram seus corpos, territórios e modos de vida negados e usurpados. A respeito disto, autoras do feminismo negro como Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), apontam para o conceito de interseccionalidade, como uma abordagem teórica, política e prática, além de instrumento analítico, que reconhece a complexidade das formas de opressão que afetam as mulheres negras e não-brancas. A interseccionalidade busca entender as relações de poder, domínio e exploração que interagem e se reforçam de forma mútua, principalmente as relacionadas a gênero, raça e classe.

Ainda de acordo com Lugones (2014), no colonialismo, as mulheres não-brancas sofreram processos ainda mais violentos, pois seus corpos foram atravessados pelo racismo e pelo sexismo. Elas não eram consideradas suficientemente humanas, sendo submetidas à posição de animalidade e, por conseguinte, expostas a diferentes formas de opressão. Quando violentadas, sexualmente, eram reduzidas a sua condição biológica de reprodutoras, de força de trabalho. Mantidas escravizadas, nos sistema de *Plantations*<sup>16</sup>, eram açoitadas e humilhadas, mesmo se estivessem grávidas ou com filhas(os) junto aos seus corpos. Também eram vítimas de diversos outros tipos de abusos. Suas(seus) filhas(os) eram separadas(os) delas ainda pequenas(os) e vendidas(os) (DAVIS, 2016).

Esta estrutura de opressões e violências impostas pelo colonialismo continuou se reproduzindo, e, foi responsável pela morte e silenciamentos de muitas mulheres. Para Catherine Walsh (2019), as estruturas de opressão persistem mesmo após o fim do período colonial. A colonialidade é uma dimensão inerente ao sistema mundial moderno-colonial e abrange questões políticas, econômicas, aspectos sociais, culturais e epistêmicos. A colonialidade do poder perpetua hierarquias raciais, de gênero, de classe e outras formas de opressão.

---

<sup>16</sup>Para Grada Kilomba (2019), as *Plantations*, plantações, eram um cenário colonial e opressivo, no qual pessoas negras eram escravizadas, retratadas exóticas, como outras/os. As plantações servem como uma lembrança dolorosa de um passado marcado por relações desiguais de poder, de escravização, opressão racial, insultos, humilhação e dor continua. Para a autora, esta estrutura colonial é reencenada por meio do racismo cotidiano.

Silvia Federici (2017) retrata o período que ficou conhecido como caça às bruxas na Europa, que ocorreu entre os séculos XV e XVII, no contexto de transição do período feudal para o capitalismo. Nesta transição, aconteceram os cercamentos de terra, nos quais as comunidades camponesas foram destituídas de seus territórios e se iniciou o processo de exploração capitalista. Neste contexto, as mulheres foram sendo retiradas da participação social e restringidas ao ambiente doméstico com a função de reprodução que serviria de base para manter e gerar a mão-de-obra para o sistema que estava nascendo. E aqui, eram as mulheres brancas, ou seja, havia uma hierarquia entre mulheres nobres e as camponesas, não uma hierarquia de raça, mas de lugar nos estamentos sociais. Mulheres, denominadas bruxas, foram abusadas, estupradas e silenciadas, mortas queimadas vivas nas fogueiras. Elas detinham conhecimentos, eram idosas, viúvas, parteiras, curandeiras, entre outras. Tal extermínio “educou” a lógica segregadora e violenta praticada no processo colonial. O mesmo processo de silenciamentos se reproduziu na colonização da América Latina, por meio do genocídio indígena e escravizando povos africanos, que tiveram seus territórios invadidos e seus corpos e saberes silenciados. As mulheres foram vistas como uma ameaça, consideradas “seres selvagens, mentalmente débeis, de desejos insaciáveis, rebeldes, insubordinadas, incapazes de autocontrole”. Tanto na Europa como na América Latina “a caça às bruxas foi, sobretudo, um meio de desumanização e, como tal, uma forma paradigmática de repressão que servia para justificar a escravidão e o genocídio” (FEDERICI, 2017, p. 205; 381).

As mulheres (e as comunidades camponesas), neste enquadramento, foram perdendo o direito sobre suas terras e seus corpos, e que passaram a ser controlados como máquinas<sup>17</sup> de (re)produção do sistema. Os conhecimentos das curandeiras, parteiras, conhecedoras de ervas medicinais, entre outros, foram silenciados através da eliminação de seus corpos e da classificação deles como irracionais. As mulheres, de sábias e independentes, passaram a ser vistas como servas do diabo, bruxas, condenadas a fogueira. Este foi um processo violento de dominação que constituiu a formação do sistema moderno, colonial e capitalista, no qual a discriminação contra

---

<sup>17</sup>Federici (2017, p. 251) relembra que o padrão mecanicista e cartesianismo entende o corpo, principalmente das mulheres, como máquina inerte, destituído de qualidades racionais, como uma matéria bruta que “não sabe, não deseja, não sente”, desta forma, passível de ser (in)utilizado.

as mulheres foi construída baseada em diferenças sexuais, servindo a novas funções sociais (FEDERICI, 2017).

As imposições coloniais sobre as mulheres e as opressões em relação aos seus corpos, conhecimentos e práticas ainda não foram superadas, e, continuam operando nos dias atuais em forma de colonialidades. Elas enfrentam desigualdades estruturais que, somadas a pandemia de Covid-19, se intensificam e se sobrepõe impactando em seus cotidianos de vida. Ao adentrar nas análises, das características de diversidade das mulheres da pesquisa, é possível visualizar algumas das múltiplas dimensões de opressão que as atravessam.

### 3.2 DIVERSIDADE DAS MULHERES INTERLOCUTORAS

As mulheres, interlocutoras da pesquisa, estão na faixa etária de 15 a 69 anos, sendo que a maioria das participantes está entre 25 e 49 anos (Tabela 2).

**TABELA 2 DISTRIBUIÇÃO DE MULHERES POR FAIXA ETÁRIA**

<b>Faixa etária</b>	<b>Quant. Mulheres</b>
De 15 a 19	1
De 20 a 24	3
De 25 a 29	13
De 30 a 34	15
De 35 a 39	30
De 40 a 44	22
De 45 a 49	10
De 50 a 54	9
De 55 a 59	9
De 60 a 64	5
De 65 a 69	2
<b>Total</b>	<b>98<sup>18</sup></b>

**Fonte: Autoria própria (2022).**

Estes números sugerem que as mulheres que compuseram a pesquisa são, principalmente, mulheres adultas, em idade reprodutiva e de força de trabalho. Por outro lado, as faixas etárias, de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos, têm poucas mulheres representadas, com apenas uma e três mulheres, respectivamente. A menor idade

<sup>18</sup>O total de 98 mulheres se justifica pelos seguintes fatos: das 105 mulheres que responderam o questionário *on-line*, 11 delas colocaram os anos de 2021 e 2022 como anos de nascimento, o que impossibilitou o cálculo de suas idades, pois não havia informação sobre o ano em que nasceram. Além disso, no campo da Assistência Social, uma das mulheres não respondeu à pergunta.

relatada na pesquisa foi de uma mulher de 19 anos. Além disso, a quantidade de mulheres nas faixas etárias, acima de 50 anos é relativamente baixa. Sendo que na faixa etária de 65 a 69 anos, tiveram apenas duas mulheres representadas.

Sobre a identificação das mulheres em relação a cor-raça, 92 delas (70,23%) se auto identificaram como brancas, enquanto 39 mulheres se auto identificaram não-brancas (29,77%). Destaca-se que a característica da história colonial da região Sudoeste do Paraná, consequentemente de Pato Branco, é marcada pelos projetos de colonização estatal com imigrantes de descendência europeia, tornando este território, majoritariamente, composto por pessoas brancas, conforme já destacado no item 2.2 dessa dissertação. A maioria das mulheres brancas acessou o questionário em caráter *on-line*.

Já no campo presencial, que possibilitou contato com 26 mulheres, com o auxílio da Assistencial Social e CEU das Artes, 73,08% delas eram não-brancas. Isto demonstra que, nos espaços mais periféricos da cidade de Pato Branco, nos quais as entidades atuam, habitam mais as mulheres não-brancas, o que demonstra como o racismo estrutural se revela também na forma de organização espacial da cidade, o que também é visível em outras cidades do país. Estes são aspectos importantes de considerar, pois, dentre as mulheres não-brancas está a população negra, que sofreu com os processos de escravização e mesmo após o ano de 1888 não tiveram acesso a terra garantida pelo Estado brasileiro, e, não foram implementadas medidas efetivas para reparar as injustiças históricas sofridas por esta população. Conforme Lélia González (2020) um dos legados da escravidão é a distribuição geográfica da população negra, que está localizada de forma periférica em relação às regiões e setores hegemônicos.

Como adentramos na questão da organização espacial da cidade, é importante citar onde as mulheres da pesquisa estão localizadas, de acordo com os bairros e comunidades rurais em que residem. Dos 45 bairros de Pato Branco, as mulheres que compõe essa pesquisa, moram em 29 deles e em quatro das 34 comunidades rurais. Das mulheres que responderam o questionário *on-line* a maioria é residente dos bairros localizados na zona norte, leste e central do município, nos bairros considerados de classe média-alta. Já as mulheres que fazem parte do campo da Assistência Social e CEU, em sua maioria, moram na zona sul e oeste do município, regiões com predominância de bairros considerados periféricos. Indicadores de raça e classe já se apresentam interligados nestes resultados. Mulheres brancas

compõem, em sua maioria, as que residem em bairros mais centrais, enquanto mulheres não-brancas estão na periferia do município e são atravessadas por condições precárias de renda, como apresentamos a seguir.

Na Tabela 3 estão expostos os dados da distribuição das mulheres conforme a renda média domiciliar. Utilizamos os estratos socioeconômicos da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), recorrendo ao Critério de Classificação Econômica do Brasil<sup>19</sup>, que classifica os estratos socioeconômicos de acordo com as estimativas de renda domiciliar mensal, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) (ABEP, 2020).

**TABELA 3 DISTRIBUIÇÃO DE MULHERES POR RENDA MÉDIA DOMICILIAR**

<b>Estrato Socioeconômico</b>	<b>Renda Média</b>	<b>Quant. Mulheres</b>
<b>A</b>	Até R\$22.716,99	13
<b>B1</b>	Até R\$10.427,74	37
<b>B2</b>	Até R\$5.449,60	34
<b>C1</b>	Até R\$3.042,47	24
<b>C2</b>	Até R\$1.805,91	14
<b>DE</b>	Até R\$813,56	7
<b>Total</b>		<b>129</b>

**Fonte: Autoria própria (2023).**

Observando a tabela, é possível notar que há desigualdades socioeconômicas entre as mulheres que compuseram a pesquisa, o que também se inter-relacionam com o indicador de raça. O estrato socioeconômico "A" apresenta a maior renda média domiciliar, com um valor significativamente mais alto em comparação aos demais. As 13 mulheres pertencentes a este estrato têm acesso a recursos financeiros superiores, o que pode sugerir que tenham melhores condições de vida, acesso à educação de qualidade, serviços de saúde, entre outros. Os estratos "B1" e "B2" também possuem uma renda média domiciliar relativamente alta e neles estão incluídas 71 mulheres, ou seja, 55%, que informaram suas rendas, estão nestes estratos, indicando que a maioria das mulheres que compuseram essa pesquisa encontram-se em uma situação socioeconômica mais favorável em comparação aos estratos subsequentes. Nos estratos "C1", "C2" e "DE" há diminuição na renda média domiciliar, sugerindo que as mulheres nestes estratos enfrentam desafios socioeconômicos maiores, incluindo dificuldades financeiras, menor acesso a

<sup>19</sup>Foram utilizados os valores de referência do Critério Brasil 2020. Atualmente, no site da ABEP é possível acessar o Critério Brasil 2021 e 2022.

oportunidades educacionais e menor acesso a serviços básicos. Ao focar nas 21 mulheres que possuem rendas de até R\$813,56 e até R\$1.805,91 (estratos C2 e DE) são em sua maioria não-brancas (61,90%), principais responsáveis pela renda domiciliar (57,14%), são residentes de bairros periféricos do município, e acessaram a pesquisa através da minha inserção presencial em campo. Segundo González (2020) a desigualdade racial em nosso país está intrinsecamente ligada à distribuição de renda.

Ainda considerando aspectos relativos à classe, a Tabela 4 apresenta a distribuição das mulheres de acordo com acesso à renda por meio de políticas sociais.

**TABELA 4 ACESSO À RENDA ATRAVÉS DE POLÍTICAS SOCIAIS**

<b>Tipo</b>	<b>Quant. Mulheres</b>
Não	105
Sim, aposentadoria	10
Sim, Auxílio Brasil	12
Sim, pensão	4
<b>Total</b>	<b>131</b>

**Fonte: Autoria própria (2023).**

Com base nos dados apresentados, é possível concluir que a maioria das mulheres (80,15%) não acessa renda por meio destas políticas. Entre as 26 mulheres que acessam, a aposentadoria e o Auxílio Brasil<sup>20</sup> são as mais comuns, enquanto a pensão é menos prevalente. Das que acessam o Auxílio Brasil, 10 são mulheres com as quais tivemos contato via o campo presencial de pesquisa, 90% delas mora nos bairros periféricos, são não-brancas e estão nos estratos “C2” e “DE” de renda.

Na Tabela 5 apresentamos como é distribuída a responsabilidade pela renda nos domicílios das mulheres. Importa aqui frisar que aproximadamente 69% delas vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a). Destacamos que o questionário não abordou questões relacionadas à identidade de gênero das mulheres, o que é um aspecto importante a ser considerado em pesquisas futuras. É fundamental reconhecer que o padrão imposto pelo colonialismo estabeleceu a cis-

<sup>20</sup>O Auxílio Brasil, uma política social de transferência de renda, foi criado com o objetivo de garantir uma renda básica mínima para pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. Instituído pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, ele substituiu o programa Bolsa Família. Inicialmente, o valor mínimo do Auxílio Brasil era de R\$400,00 reais por família, e em agosto de 2023, temporariamente, aumentou para R\$600,00. O programa teve sua vigência encerrada no início de 2023, quando o Bolsa Família foi restabelecido por meio da Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023. O programa passou a garantir o valor de R\$600,00 por família, com um adicional de R\$150,00 por criança de até seis anos. (BRASIL, 2021a; 2023a).

heteronormatividade como norma dominante. Isso significa que mulheres que não se identificam estritamente com seu gênero atribuído ao nascer, ou que se envolvem em relações afetivas não normativas, enfrentam outros tipos de opressão e desigualdades sobrepostas.

**TABELA 5 DISTRIBUIÇÃO DA RESPONSABILIDADE PRINCIPAL PELA RENDA NO DOMICÍLIO**

Sem especificação de quem é o responsável	25
É a principal responsável	53
Cônjuge/companheiro(a)	40
Igualmente responsáveis	5
Mãe/pai	5
Filha aposentada por problemas de saúde	1
<b>Total</b>	<b>129</b>

**Fonte: Autoria própria (2023).**

De acordo com a Tabela 5, 53 mulheres são as principais responsáveis pela renda familiar. Este número representa, aproximadamente, 41,09% do total das mulheres que responderam a questão, indicando um número significativo. Dentre as mulheres brancas que participaram da pesquisa 41,30% são as chefes dos seus domicílios, enquanto entre as não-brancas esse número representa 33,33% delas como as principais responsáveis pela renda.

Em conformidade com informações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) a maioria dos domicílios no Brasil é chefiada por mulheres. Dos 75 milhões de lares analisados em 50,8% as mulheres eram as principais responsáveis pela renda, o que equivale a aproximadamente 38,1 milhões de famílias. Por outro lado, as famílias com chefia por homens totalizaram 36,9 milhões. É interessante ressaltar que, no 3º trimestre de 2022, as mulheres negras lideravam 21,5 milhões de lares, o que corresponde a 56,5% do total, enquanto as mulheres brancas lideravam 16,6 milhões de lares, representando 43,5% do total DIEESE (2023a).

Também no 3º trimestre de 2022, os domicílios de casais com e sem filho apresentaram as maiores rendas médias domiciliares. Em média, estes domicílios registraram valores de R\$ 4.987 e R\$ 4.898, respectivamente. Por outra perspectiva, os domicílios monoparentais com chefia de mulheres e os unipessoais, também de mulheres, apresentaram os menores valores, com médias de R\$ 2.833 e R\$ 2.913, respectivamente (DIEESE, 2023a).

Das 53 mulheres interlocutoras, responsáveis pela renda domiciliar, 22 são mães e vivem sem a companhia de cônjuge ou companheiro(a), isto é, estão em uma composição monoparental. Destas, 63,64% estão nas 3 menores faixas de renda, de acordo com os estratos socioeconômicos já apresentados. Já 9 mulheres vivem em domicílio unipessoal, não têm filhas(os) e também em sua maioria estão nos 3 últimos estratos socioeconômicos. Portanto, apesar do número relevante de mulheres que são as chefes de família, isto não significa necessariamente uma superação das desigualdades de gênero, principalmente em relação à renda.

Para o DIEESE (2023a), as mulheres chefes de família enfrentam desafios específicos no mercado de trabalho e na economia domiciliar. Muitas vezes, estas mulheres precisam conciliar múltiplas responsabilidades, como trabalho remunerado, trabalho doméstico e de cuidados, entre outras demandas. A participação das mulheres na responsabilidade pela renda no domicílio destaca a necessidade de políticas públicas e ações voltadas para a promoção da equidade de gênero, enfrentamento das desigualdades e fortalecimento do acesso a renda para as mulheres.

Além disso, 40 mulheres mencionaram que seus cônjuges ou companheiros(as) são responsáveis pela renda. No entanto, é importante observar que uma parte significativa (25) não especificou quem é a(a) responsável. Estes dados revelam duas dinâmicas em relação a renda. A primeira é que as mulheres historicamente têm sido restritas ao ambiente e trabalho doméstico, enquanto os homens assumem a responsabilidade pela renda nos espaços públicos. A segunda revela tanto a necessária inserção da força de trabalho feminina pelas demandas do sistema de mercado, quanto resulta das lutas feministas pelos direitos igualitários neste mercado, configurando aspectos de resistências. Entretanto, se há uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, isto não ocorre com o trabalho doméstico e de cuidados em relação a figura masculina, o qual continua sendo de responsabilidade das mulheres, mesmo quando a compartilham com os homens, sobrepondo funções e obrigações que resultam em exaustão e opressões.

Finalmente, apenas 5 mulheres indicaram que a responsabilidade pela renda é compartilhada igualmente com seus/suas parceiros/as. Este compartilhamento pode indicar uma divisão mais igualitária das tarefas e da geração de renda. Destaca-se ainda que, das 39 mulheres não-brancas da pesquisa, 14 delas são as principais responsáveis pela renda e 10 delas não vivem com parceiras(os). Estas mulheres

enfrentam sobreposições estruturais de raça, gênero e classe e sozinhas são chefes de família, reforçando as colonialidades e desigualdades estruturais. Isso se relaciona ao que González aponta, de como as mulheres negras têm sustentando moral e economicamente todas as pessoas do seu convívio (GONZÁLEZ, 2020).

Em relação ao indicador maternidade também presente na identificação das características de diversidade das mulheres, das 131 que participaram da pesquisa, 105 delas têm filhas(os), o que representa 80% do total. A maioria destas mulheres (77%) possui de 1 a 2 filhas(os), mas é significativo destacar que há cinco mulheres que têm 5 ou mais filhas(os). Entre elas, a que tem o maior número possui 9, enquanto outra tem 7 filhas(os). Estas 2 mulheres são atendidas pelo CEU das Artes, são mulheres não-brancas, não vivem com um cônjuge ou companheiro/a e pertencem ao estrato socioeconômico C2, com renda média domiciliar de até R\$1.805,91, inferior à média nacional evidenciada pelo DIEESE. Os dados também sinalizam para questões interseccionais de raça, classe, gênero e se inter-relacionam diretamente com indicadores de escolaridade, além de condições de trabalho e impactos enfrentados na pandemia de Covid-19, ambos aspectos que ainda serão discutidos no decorrer da dissertação.

Ainda em encadeamento sobre a maternidade, conforme Flávia Biroli (2016), as expectativas e julgamentos relacionados a condição materna não afetam todas as mulheres da mesma maneira. Questões materiais e ideológicas envolvendo as mães são alteradas e experimentadas de forma distinta, com base na classe social, raça e outros marcadores. Para Iagnecz (2021) as experiências maternas das mulheres são atravessadas por fatores particulares interseccionais, como gênero, classe e raça. Estas formas de opressão têm impactos diversos na vida das mulheres e de suas/seus filhas(os), tornando ainda mais evidentes as ideias universalizantes de ser mulher e mãe, como já é reconhecido nos estudos de gênero e maternidade.

Na seção do questionário de pesquisa que contemplava as perguntas relativas à maternidade, as mulheres foram questionadas em relação a possíveis alterações nas condições de saúde das(os) filhas(os) e 21 delas mencionaram condições específicas. Algumas respostas tiveram mais de uma ocorrência e outras contemplaram mais de uma condição (Quadro 3), em sua maioria se referem a alterações neurológicas. É evidente que as mulheres, cujo filhas(os) apresentam alterações de saúde, são atravessadas por desafios adicionais. Acessar tratamentos e medicamentos adequados torna-se ainda mais difícil para aquelas que estão em

situação de baixa renda. Para mais, o cuidado especial necessário para estas crianças/adolescentes/jovens/adultos tem um impacto significativo no cotidiano das mães, refletindo diretamente no trabalho de cuidados (que será discutido no próximo capítulo).

**QUADRO 3 PRESENÇA DE ALTERAÇÕES OU LIMITAÇÕES NA CONDIÇÃO DE SAÚDE DAS FILHAS(OS)**

Condições (n. ocorrências)	Descrição simplificada
Alterações de Tireoide (1)	Produção deficiente ou excessiva de hormônios, ou alterações na estrutura da glândula.
Arritmia cardíaca (1)	Frequência anormal dos batimentos cardíacos, pode ser irregular, acelerada ou lenta.
Bronquite (1)	É uma inflamação da parte interna dos tubos que transportam o ar para dentro e fora dos pulmões.
Câncer (1)	Divisão desordenada de células que destroem os tecidos do corpo.
Comprometimento visual (1)	Alterações das condições de visão.
Diabetes (1)	Grupo de doenças que resultam acúmulo de açúcares no sangue.
Depressão (1)	Doença crônica. Conjunto de alterações que interferem, principalmente, em aspectos emocionais.
Doença Celíaca (1)	Doença que torna o intestino intolerante ao glúten.
Doença de Crohn (1)	Doença inflamatória do sistema digestivo.
Epilepsia (5)	Distúrbio cerebral crônico que causa crises epiléticas recorrentes e espontâneas e que afetam o funcionamento do cérebro.
Hidrocefalia (1)	Acúmulo de líquido no cérebro.
Hiperplasia adrenal congênita (1)	Distúrbio genético das glândulas dos rins.
Infecção renal (1)	Infecção que atinge os rins.
Mielomeningocele (1)	Malformação da coluna vertebral.
Problemas respiratórios (1)	Condições que interferem na respiração.
Síndrome de Pitt Hopkins (1)	É uma doença rara que afeta o funcionamento neuropsicomotor
Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH (2)	Doença crônica que envolve dificuldade de atenção, hiperatividade e impulsividade.
Transtorno do Espectro Autista - TEA (4)	Condição que pode incluir alterações motoras, de linguagem e comportamentais.

**Fonte: Autoria própria (2023)**

A diversidade de condições de saúde das(os) filhas(os) reflete a complexa realidade que as mulheres enfrentam como mães. Além das angústias e preocupações em relação ao bem-estar das crianças, elas também enfrentam desafios diários relacionados ao cuidado, renda, questões raciais e outros. Acesso a informações e evidências científicas compressíveis é fundamental para auxiliar na tomada de decisões sobre tratamentos, o que também está ligado à instrução formal (que será discutida adiante). Entre as nossas interlocutoras destacamos uma mulher que é mãe de uma adolescente com câncer, cuja experiência nos ajuda a refletir sobre a multiplicidade de desafios que as mulheres enfrentam.

Carolina, foi uma das mulheres que tive contato pessoal e que me permitiu gravar a nossa conversa, que foi na varanda de sua casa alugada, de madeira e de cor verde com a tinta descascada, no verão de janeiro de 2023. Ao chegar lá me deparei com algumas crianças, todas sorridentes e com olhares curiosos. Carolina, no início, parecia um pouco receosa, mas conforme fomos conversando ela demonstrou estar se sentindo à vontade e trocamos muitos sorrisos. Ela é uma mulher que não sabe ler e nem escrever, ela se declarou parda e tem 47 anos. Quando perguntei sobre sua data de nascimento ela não soube dizer o ano em que tinha nascido. Tem nove filhas(os) e, contou que a mais nova tem quatro anos e o mais velho tem 29, neste intervalo de idades me falou de outras(os) de 9, 14, 18, 23 e 25 anos. Apenas as filhas de 4, 9 e 14 anos frequentam a escola. Carolina disse que 5 (cinco) filhas(os) moram com ela e mais uma nora, ou seja, 7 (sete) pessoas residem no domicílio. A principal fonte de renda da família vem através da adolescente de 14 anos, inclusa em política assistencial de renda por invalidez. Essa filha possui um tipo câncer, que ela não soube especificar, mas disse que afeta o fígado e o sistema respiratório. Além disso, a renda também é composta por mais 600 reais de Auxílio Brasil, a renda média domiciliar da família é de até R\$1.805,91, estrato socioeconômico “C2”. Carolina me contou que o tratamento da filha com câncer é feito em Curitiba-PR, mas que já faz um ano que não iam até lá “*agora estou esperando chegar os papéis dela para ver quando iremos de novo*”. Perguntei a ela sobre os custos do tratamento e de precisar ir até a capital e ela me respondeu:

*Eles levam e trazem, só que os gastos para ela comer e coisas assim, a gente tem que tirar do bolso. [...] O ideal seria que lá tivesse um lugar para dormir, tipo uma pensão. [...] Para dormir e comer também. Só que a comida para ela tem que ser mais...[cuidadosa]... Quando eu vou para lá tem que ser comprada, porque as comidas que oferecem ela não pode comer. [...]. Ela faz um monte de exames quando está lá. Fez exames do fígado também, tiraram um pedaço do fígado dela! Só que ele se recompôs, mas se recompôs com um tumor de novo” (Carolina, interlocutora, 2023).*

As condições de vida de Carolina destacam a sobreposição das opressões de gênero, raça e classe, além do número de filhas(os) e condição de doença de uma delas, questão esta que não pode ser negligenciada, pois têm um impacto profundo na vida da família. O acesso a recursos e suporte adequados são fundamentais para garantir que esta adolescente receba os cuidados necessários e tenha melhores condições de vida. Além de Carolina, outras mulheres têm filhas(os) com alterações nas condições de saúde e são afetadas de forma distinta de acordo com as suas realidades de vida. No Quadro 3 também é possível observar que as condições mais

recorrentes foram, relativamente, de Epilepsia com 5 recorrências, seguida de Transtorno do Espectro Autista (TEA) com 4 recorrências e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) com 2 recorrências. Estas condições geralmente requerem tratamentos com equipes multiprofissionais, além de medicamentos de uso contínuo que podem comprometer o orçamento familiar.

Outro indicador a ser analisado nas características de diversidade das mulheres é a escolaridade. A Tabela 6 que apresenta esse indicador pelo grau de instrução das interlocutoras.

**TABELA 6 DISTRIBUIÇÃO DA ESCOLARIDADE POR GRAU DE INSTRUÇÃO**

<b>Grau de instrução</b>	<b>Quant. Mulheres</b>
Sem instrução	2
Fundamental incompleto	6
Fundamental completo	1
Médio incompleto	7
Médio completo	17
Graduação incompleto	11
Graduação completo	17
Pós graduação	59
Mestrado	10
Doutorado	1
<b>Total</b>	<b>131</b>

**Fonte: Autoria própria (2023).**

Ao analisar os dados é possível notar que a maioria das mulheres possui níveis mais elevados de escolaridade, a maioria têm ensino superior. Um dado que chama atenção é que 59 mulheres possuem pós-graduação, o que indica que um grande número de mulheres desta população possui um alto nível de especialização e conhecimento em suas áreas de atuação. Se considerar a soma das mulheres com mestrado e doutorado, este número sobe para 70 mulheres, o que corresponde a 53,44% das que responderam o questionário. Porém, é considerável ressaltar que este resultado pode estar relacionado à amostra da pesquisa, que pode ter sido mais propensa a incluir mulheres com níveis mais altos de instrução, já que, dessas 59 mulheres, 57 responderam os questionários em formato *on-line*, indicando que possuem condições de acesso e uso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) o que pode estar relacionado, ao acesso à educação formal e renda. Em relação as outras 2 mulheres com pós graduação, uma delas é professora instrutora de um dos cursos ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Outra

delas é uma das mulheres do campo de pesquisa do CEU da Artes, que enfrentou desafios significativos durante a pandemia, os quais serão relatados no Capítulo 4.

Ainda em relação à Tabela 6, outro fator a ser destacado é de que 2 mulheres não possuem grau de instrução formal. O contato com estas mulheres aconteceu durante a pesquisa presencial, na Assistência Social e no CEU das Artes. Uma delas é a Carolina, já citada anteriormente, a outra é a Luiza.

Luiza é uma das mulheres que participava do curso profissionalizante de Corte e Costura. Embora não possua um nível formal de educação ela tem habilidades básicas de leitura e escrita, apesar de que com algumas dificuldades. Ela me pediu ajuda com algumas perguntas, mas deixou a maioria sem resposta, principalmente as que estavam na última seção do questionário e contemplavam questões referentes a pandemia. Infelizmente, não tenho informações sobre a idade exata de Luiza, mas aparentava ter mais de 50 anos, ela se identificou como parda e é moradora do bairro São João<sup>21</sup>. Luiza é a principal provedora de renda em sua casa, que é de até R\$813,56, ela recebe o Auxílio Brasil. Luiza vive com seu cônjuge e/ou companheiro e tem duas(os) filhas(os), com idades entre 10 e mais de 20 anos. Ambas(os) estudantes de escolas públicas e um enfrenta problemas de saúde relacionados à tireoide. É possível que Luiza tivesse muitas histórias para compartilhar, mas o extenso questionário e a falta de tempo para uma conversa individualizada não me permitiram saber mais sobre sua vida. No entanto, as poucas informações que obtive sugerem que ela é uma das muitas mulheres que enfrentam opressões estruturais relacionadas a gênero, raça e classe social, além de aspectos relacionados ao não acesso à educação formal. A história de Luiza permite refletir como as opressões não atingem as mulheres da mesma maneira.

Os dados apresentados, também a contextualização das histórias de Carolina e Luiza, revelam a heterogeneidade das mulheres em termos de idade, identificação racial, renda, maternidade e escolaridade. Destacam como estes marcadores se inter-relacionam e compõe a diversidade de situações e opressões vivenciadas pelas

---

<sup>21</sup>O bairro São João surgiu na década de 1980 como resultado de um processo de realocação, “desfavelamento”, de famílias que viviam nas margens de rodovias de Pato Branco. Conforme pesquisa realizada pela egressa do PPGRD, Jaqueline Menegazzo Franceschetto (2016), a população enfrentava entre outros, problemas relacionados a infraestrutura, saneamento básico, limpeza pública, dificuldade de acessos à serviços públicos e privados. Além de enfrentarem estigmas sociais que dificultavam, por exemplo, o acesso à vagas de emprego. A principal fonte de renda da população do bairro vinha de trabalhos informais, e, mais da metade das famílias acessavam programas sociais de renda.

mulheres, indicando a importância de considerar a distinção na construção de políticas públicas. Além disto, apontam para os privilégios que algumas mulheres possuem, com destaque para a branquitude, que carrega melhores condições de acesso à renda e escolaridade, por exemplo. De acordo com Francoise Vergés (2020, n.p.), "admitir ser branca é admitir que privilégios foram historicamente concedidos a essa cor". Para Audre Lorde (2019, n.p.) as mulheres brancas têm privilégio natural devido a sua branquitude, pois vivemos "em um sistema de poder patriarcal onde o privilégio de ter pele branca é uma escora importante". Para mais, Sueli Carneiro (2011, n.p.) pontua que, "o racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em especial, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas".

Considerando as multiplicidades, reforçamos o feminismo decolonial como uma perspectiva fundamental para compreender as opressões do sistema colonial moderno. Ochy Curiel (2014) salienta que, esta perspectiva nos conduz a compreender as complexas interações que permeiam raça, sexo, sexualidade, classe, geopolítica e outros aspectos, produzindo diferenciações por meio de opressões que se sobrepõem e se inter-relacionam. Assim, juntamente com os feminismos críticos, que aprofundam reflexões sobre práticas políticas, metodologias e pedagogias, a perspectiva decolonial não se limita apenas à análise epistemológica, mas contribui para o desenvolvimento de novas categorias, conceitos e teorias que auxiliam a lidar com a complexidade das relações sociais. Buscando, ainda, alcançar uma desvinculação epistemológica e política na forma como o conhecimento é produzido, esta perspectiva permite uma análise crítica e emancipadora, e, busca "as melhores vias para a transformação social" (CURIEL, 2014, p. 19).

No próximo capítulo discutiremos as desigualdades e opressões enfrentadas pelas mulheres no contexto do trabalho, as quais se conectam às imposições do sistema colonial moderno e capitalista, que hierarquiza e estabelece, entre outros aspectos, a divisão sexual e racial do trabalho. Consideraremos também as repercussões da pandemia e como essas inter-relações afetam as experiências de trabalho das mulheres.

#### **4 TRABALHO**

Neste capítulo contextualizamos a categoria "trabalho", a partir de uma perspectiva feminista que auxilia a refletir sobre as desigualdades de gênero e as

opressões, presentes nas relações de trabalho das mulheres. O capítulo está dividido em duas seções. Na primeira, abordamos a divisão sexual do trabalho, com ênfase nos trabalhos não-remunerados, domésticos e de cuidados. Na segunda seção são apresentados os dados das interlocutoras da pesquisa e as mudanças ocorridas nas relações de trabalho no contexto da pandemia de Covid-19, com o objetivo de conhecer a diversidade de condições das mulheres antes e durante esse período de crise.

#### 4.1 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A NATURALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS

As hierarquias de poder, instituídas pelo colonialismo, também configuraram as condições de trabalho e serviram de base para a criação e sustentação do sistema capitalista. Um dos aspectos dessa violência colonial é a divisão sexual de trabalho, e, a naturalização do trabalho doméstico e de cuidados como atributos das mulheres. A imposição da ideia de que somos naturalmente responsáveis por estas funções é um exemplo de como as relações sociais de gênero, associadas a outros marcadores de desigualdades são construídas e reproduzidas cotidianamente por intermédio da exploração de nossa força de trabalho.

Conforme Federici (2017), o espaço doméstico foi atribuído as mulheres e é essencial para a manutenção do capitalismo. Esta configuração retirou a autonomia das mulheres, por meio da divisão sexual e promoveu a subordinação e violências contra elas, incluindo a violência patrimonial. A divisão sexual do trabalho, no sistema capitalista, impôs às mulheres os trabalhos domésticos e de cuidados, que se transformaram em atributos naturalizados da personalidade feminina, e que continuam compondo o inconsciente coletivo do papel das mulheres na sociedade. A realização deste trabalho pelas mulheres permite que os homens sejam liberados para buscar trabalho remunerado no espaço público. Desta forma, eles dependem do trabalho gratuito das mulheres para saírem de casa bem alimentados, com roupas limpas e passadas, e para que suas filhas e filhos estejam preparados para irem à escola e se tornarem a nova mão de obra que atuará posteriormente no sistema. O trabalho doméstico, juntamente com o trabalho de cuidados, é fundamental para a reprodução social da família e mantém o sistema em movimento, embora não seja reconhecido como trabalho neste mesmo sistema.

A divisão sexual do trabalho, que impõe às mulheres os espaços privados das casas e aos homens os espaços públicos, reforça os dualismos estabelecidos pelo sistema colonial moderno. A noção de trabalho reprodutivo das mulheres e o produtivo dos homens alimenta a lógica dualista. De acordo com Federici (2019), o trabalho produtivo é como aquele realizado fora do espaço doméstico, remunerado e voltado para a produção de mercadorias para o mercado. Ele gera valor monetário e contribui para a acumulação de capital. Por sua vez, o trabalho reprodutivo refere-se às atividades realizadas no âmbito doméstico, como cuidar da casa, criar os filhos e outras tarefas necessárias para a reprodução da força de trabalho e da vida cotidiana. Este tipo de trabalho, predominantemente atribuído às mulheres, geralmente é não remunerado e tem sido historicamente invisibilizado e desvalorizado pelo capitalismo. Federici destaca a importância de reconhecer, valorizar e redistribuir o trabalho reprodutivo, desafiando as estruturas opressoras que o sustentam.

Para Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) a divisão sexual do trabalho é uma construção social e histórica, que reflete e perpetua as desigualdades de gênero. Ela se caracteriza pela priorização dos homens para a esfera produtiva e das mulheres para a esfera reprodutiva, além da apropriação pelos homens de posições e funções socialmente mais valorizadas. Existem dois princípios organizadores essenciais nessa divisão: o princípio de que existem trabalhos diferentes para homens e mulheres, e o princípio de que o trabalho masculino é mais valorizado. E destacamos que estes princípios continuam compondo o inconsciente coletivo, de separação dos papéis sociais e diferenciação nas rendas, obtidas pelo mesmo trabalho. No entanto, para as autoras, a divisão sexual do trabalho não é fixa ou imutável, mas sim altamente flexível em suas manifestações concretas, ao longo do tempo e do espaço. O que permanece estável é a distância e desigualdade entre os grupos de sexo. De tal modo, a divisão sexual do trabalho é constantemente contestada e alvo de resistência por parte de movimentos feministas e movimentos sociais de lutas por igualdade no trabalho, que buscam promover a redistribuição equitativa das tarefas e alcançar direitos e oportunidades justas.

Além da divisão sexual do trabalho, a divisão racial também está presente nas estruturas hierárquicas de poder, resultando em condições desiguais para mulheres não-brancas. González (2020, n.p.) afirma que esta divisão é "extremamente útil e compartilhada pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas". Para a autora, no Brasil, a divisão racial do trabalho resulta em

condições precárias de vida para a maioria da população não-branca. Essas condições incluem altos níveis de desemprego, ocupações informais e precárias, como trabalhos temporários e intermitentes. Impactando de forma negativa nas condições de moradia, saúde e educação. O racismo no Brasil afeta especialmente as mulheres negras, que enfrentam discriminação tanto de gênero quanto de raça, ainda sendo atravessadas por marcadores de classe. Elas ocupam, majoritariamente, empregos domésticos, pouco valorizados economicamente. A autora ainda, traz à tona importantes questionamentos sobre a divisão racial do trabalho no país, como: por que as mulheres negras desempenham atividades que não impliquem em lidar com o público, como faxineira, cozinheira, arrumadeira? Por que é naturalizado que estas mulheres sejam serventes nos mercados, escolas, hospitais? Os anúncios de emprego, quando pedem boa aparência, a qual aparência se referem? Ademais, geralmente não têm garantias trabalhistas, como a carteira assinada e os direitos trabalhistas assegurados (GONZÁLEZ, 1988).

Em relação ao trabalho doméstico, geralmente é trabalho não pago, não reconhecido, desprovido de remuneração. Segundo Federici (2019), o trabalho doméstico foi naturalizado como gratuito e referido como realizado por amor, ligado a afetividade, associado a condição feminina, a maternidade e imposto às mulheres. Todavia, mesmo quando as mulheres passam a compor a mão-de-obra que recebe um salário ou remuneração no sistema, elas seguem responsáveis pelo trabalho doméstico, e com isto as opressões são sobrepostas. Para a maior parte das mulheres, uma dupla ou tripla jornada de trabalho se inicia, visto que a responsabilidade pelo trabalho doméstico e de cuidados continua sendo atribuída a elas. As profissões remuneradas, assumidas pelas mulheres, também estão relacionadas a divisão sexual do trabalho e explicitam a lógica do sistema capitalista. Geralmente elas acessam profissões relacionadas ao cuidado no espaço público, se tornando “enfermeiras, empregadas domésticas, professoras, secretárias”, funções estas já treinadas dentro de casa (FEDERICI, 2019, p.50).

Segundo Heleieth Saffioti (1976) a responsabilidade pelo trabalho doméstico e de cuidados foi estendida para fora de casa, tornando-se extensão da condição naturalizada atribuída as mulheres em relação às tarefas que desempenham. Além de oprimidas, são desvalorizadas em seus salários, visto que seus trabalhos têm

remuneração menores que aqueles definidos como masculinos<sup>22</sup>. Elas precisam conciliar os cuidados da família e da casa com o trabalho fora do ambiente doméstico. O papel que desempenham é extremamente importante e mantém em funcionamento a sociedade. No entanto, é um trabalho capturado pelas relações de poder capitalistas, enquanto um trabalho não pago. A desnaturalização do trabalho doméstico e de cuidados e sua remuneração deve ser considerada a partir de uma perspectiva política, que permite “[...] ver que lutar por isso produzirá uma revolução em nossas vidas e em nosso poder social como mulheres” (FEDERICI, 2019, p.41).

É importante diferenciarmos o trabalho doméstico remunerado, no qual são prestados serviços domésticos de forma remunerada, do trabalho doméstico não remunerado, realizado no ambiente familiar. Essa diferenciação ajuda a refletir sobre a valorização deste trabalho e também sobre redistribuição equitativa destas tarefas. No Brasil a Emenda Constitucional nº 72, conhecida como PEC das Domésticas, completa 10 anos em 2023. Esta emenda alterou a Constituição Federal com o objetivo de garantir a igualdade de direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas. Embora, a mudança na constituição tenha ocorrido em 2013 foi em 2015 que a Lei Complementar nº 150, que regulamentou os novos direitos das trabalhadoras domésticas, foi sancionada (BRASIL, 2013; BRASIL, 2015).

A regulamentação do trabalho doméstico remunerado representa um marco importante na luta pelos direitos trabalhistas das empregadas domésticas e trouxe avanços significativos, como o estabelecimento de jornada de trabalho, pagamento de horas extras, férias remuneradas, seguro-desemprego, entre outros direitos. No entanto, desafios persistem, como a precariedade das condições de trabalho, a informalidade e a desigualdade salarial. Segundo o DIEESE (2023b), em relação ao trabalho doméstico remunerado, no quarto trimestre de 2022 o Brasil contava com 5,8 milhões de pessoas ocupadas com este trabalho, deste total 91,4% eram mulheres, 67,3% negras. Em sua maioria mensalistas (56,4%), outras 43,6% eram diaristas, Apenas 24,7% tinham carteira de trabalho assinada. O salário médio mensal era de R\$1.039,50.

---

<sup>22</sup>Em três de julho de 2023, o atual presidente da república, Luis Inácio Lula da Silva, sancionou o projeto de lei, PL 1.085/2023 que garante a igualdade salarial entre homens e mulheres para trabalho de igual valor ou no mesmo cargo. A lei prevê multas para discriminação salarial por gênero, raça, etnia, origem ou idade. Além disso, estabelece a criação de mecanismos de transparência, fiscalização e canais para denúncias de discriminação salarial, bem como programas de inclusão e capacitação de mulheres. A iniciativa visa combater a desigualdade salarial e promover a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho (BRASIL, 2023c).

O trabalho doméstico não remunerado ocupa grande parte da vida das mulheres, conforme dados do IBGE (2020) elas dedicam mais tempo a este trabalho, com uma média de 21,4 horas semanais, enquanto os homens dedicam em média 11,0 horas semanais. No ano de 2019 a média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas era de 16,8 horas, para a população com 14 anos ou mais de idade. Ainda também, apontou-se que, 85,7% da população com 14 anos, ou mais, realizou afazeres domésticos, sendo que 92,1% era as mulheres que realizavam esta atividade, enquanto entre os homens o percentual é de 78,6%. Na perspectiva de Cristina Bruschini (2006) as mulheres, em comparação aos homens, dedicam mais tempo diário e mais dias da semana para desempenhar as atividades domésticas. Em sua maioria, as que mais concentram estas atividades são mulheres racializadas, mães de filhas(os) pequenas(os), esposas, com pouca escolaridade e maiores de 30 anos. Tal trabalho, considerado improdutivo ou reprodutivo, quando sai do ambiente doméstico e toma forma de trabalho remunerado na esfera do mercado, é desvalorizado, remunerado com salários baixos, estabelecido em condições precárias, informais e de sobreposição de cargas para as mulheres.

Sobre o trabalho de cuidado, ele é feito, geralmente, de forma não remunerada, em atendimento principalmente a população idosa, doentes e crianças. Este trabalho possui dimensão ampla e é difícil delimitar as relações que se estabelecem por meio dele, pois envolve, entre outros, aspectos familiares, emocionais e também mercantis. Como Federici (2019) salienta que, apesar dos processos de mecanização da modernidade o trabalho de cuidado não pode ser robotizado, ele pode e deve sim ser compartilhado e desnaturalizado da condição única de ser realizado por mulheres. O cuidado, de acordo com Hirata (2020, p. 26):

[...] pode ser definido como um trabalho material, técnico e emocional atravessado por relações sociais de sexo, de classe, de raça, entre diferentes protagonistas: os provedores e as provedoras do cuidado, de um lado, os beneficiários e beneficiárias do cuidado, de outro, assim como todos os que administram, supervisionam ou prescrevem o trabalho. O cuidado não é apenas uma atitude atenciosa, ele recobre um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em dar uma resposta concreta às necessidades dos outros. O cuidado é uma disposição, portanto contendo um aspecto ético, e é igualmente prática. Também podemos defini-lo como uma relação de serviço, de apoio ou de assistência, remunerada ou não, implicando um sentido da responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar do outro. O trabalho de cuidado diz respeito às pessoas em situação de dependência, mas todos os seres humanos são vulneráveis em algum momento de suas vidas.

Segundo Nadya Guimarães, Hirata e Kurumi Sugita (2011), este trabalho, inserido na lógica da divisão sexual e do trabalho reprodutivo imposto às mulheres, também é conhecido trabalho do *care*. Seu conceito é amplo e pode ser entendido de forma diferente em distintas sociedades. De forma geral, ele abrange as dimensões de trabalho e gênero e também está ligado a questões de subordinação, sendo suas tarefas exercidas, majoritariamente, por mulheres e que envolve, além do cuidado direto de pessoas, também o cuidado com a casa (atividades domésticas). Considerando que, é feito em sua maioria por mulheres, os salários que as trabalhadoras recebem são baixos e as condições de trabalho precárias. Em geral, não há investimento na especialização e formação profissional da área. As trabalhadoras, muitas vezes, não são reconhecidas como cuidadoras, mesmo exercendo diretamente funções de cuidado, elas são identificadas, em grande parte, como empregadas domésticas.

A partir desta contextualização, é possível evidenciar que a divisão sexual e racial do trabalho, que hierarquiza esferas como produtiva e reprodutiva e estabelece diferenças entre o que é considerado trabalho de homens e mulheres, contribui para a perpetuação das desigualdades e injustiças sociais. Estas opressões coloniais e capitalistas se acentuaram em decorrência da pandemia de Covid-19. Segundo Ricardo Antunes (2022), o modelo opressor do capitalismo não é sustentável. As alterações no mundo do trabalho, como a expansão das privatizações e terceirizações, promovem a ideia de empreendedorismo, mas, na realidade, resulta em trabalhos precarizados que privam as(os) trabalhadoras(es) de direitos garantidos pela legislação trabalhista. O modelo é incompatível com a vida e é promotor de crises que acentuam as opressões. Conseqüentemente, é necessário “reinventar um modo de vida onde o trabalho tenha sentido humano e social, autodeterminado; que a igualdade entre gêneros, raças, etnias e gerações seja substantiva e que a natureza seja preservada” (ANTUNES, 2022, n.p.).

Por fim, torna-se evidente que a divisão sexual e racial do trabalho, arraigada nas estruturas hierárquicas de poder, contribui para a exploração e opressão das mulheres, especialmente aquelas que são racializadas. O trabalho doméstico e de cuidados, embora essenciais para a reprodução social da família e da sociedade, é frequentemente invisibilizado e desvalorizado, mantendo as mulheres em jornadas duplas ou triplas de trabalho. Ademais, a pandemia de Covid-19 tem exacerbado as

desigualdades já existentes, impactando de forma desproporcional as mulheres não-brancas e aprofundando as condições precárias de trabalho.

No contexto específico de Pato Branco é fundamental analisar as condições de trabalho das mulheres antes e durante a pandemia, a fim de compreender como estas opressões se manifestam localmente. A próxima seção irá apresentar os desafios enfrentados pelas mulheres em relação às alterações nas condições de trabalho, em função da pandemia.

## 4.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS MULHERES ANTES E DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO

No contexto da pesquisa, é importante conhecer as realidades de trabalho vivenciadas pelas mulheres de Pato Branco-PR, e suas inter-relações com a pandemia de Covid-19, levando em consideração as modificações nas condições de trabalho. Além de analisar a divisão sexual do trabalho e de outros marcadores de desigualdades, atentamos para as diferentes ocupações e modalidades de trabalhos desempenhados pelas mulheres, antes e durante a pandemia. Também as características diversas das mulheres, como desigualdades raciais, de renda, escolaridade e suas relações com a maternidade, uma vez que estas dimensões estão inter-relacionadas. A seção está organizada em dois tópicos principais, no primeiro abordamos as condições de trabalho remunerado e no segundo os aspectos relacionados ao trabalhos não remunerados, doméstico e de cuidados. Em ambos os tópicos estabelecemos conexões com questões discutidas no capítulo anterior, que abordou a temática de gênero e suas implicações na vida das mulheres.

### 4.2.1 Condições de trabalho remunerado

Segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mulheres foram afetadas de forma desproporcional na pandemia em relação as suas condições de trabalho. A taxa de participação no mercado teve uma queda de 5%, enquanto que a dos homens teve uma redução de 3,9% em 2020. Para mais, no ano de 2021 enfrentaram o maior déficit de emprego em relação à situação de pré-crise no ano de 2019 (OIT, 2021). Também, segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2021), a pandemia de Covid-19 chegou a um

momento concomitante com o baixo crescimento econômico, aumento da pobreza e de desigualdade. Neste sentido, ela aprofundou a realidade já existente, principalmente sobre as mulheres, aumentando as desigualdades de gênero e diminuindo sua autonomia. Ainda, de acordo com notas técnicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as mulheres, especialmente as não-brancas e de baixa renda, foram as mais afetadas pela pandemia, enfrentando aumento do trabalho doméstico e de cuidados, perda de renda e emprego, violência doméstica e falta de acesso à serviços de saúde (IPEA, 2020).

Com a finalidade de apresentar as condições de trabalho antes e durante a pandemia das mulheres interlocutoras, apresentamos algumas tabelas e análises que ajudam a conhecer as realidades encontradas. A Tabela 7 expõe os dados referentes as situações de trabalho das mulheres antes da pandemia de Covid-19.

**TABELA 7 SITUAÇÃO DE TRABALHO ANTES DA PANDEMIA DE COVID-19**

<b>Situação</b>	<b>Quant. Mulheres</b>
Aposentada	2
Aposentada com trabalho remunerado	3
Autônoma	28
Dona de casa	15
Empregada COM carteira assinada	26
Empregada SEM carteira assinada	7
Estudante	5
Não trabalhava de forma remunerada antes da pandemia	4
Servidora pública	41
<b>Total</b>	<b>131</b>

**Fonte: Autoria própria (2023).**

Os dados apresentados revelam que 15 mulheres eram donas de casa, tal situação pode refletir a persistência da divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres são frequentemente responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidado de forma não remunerada. Sendo que 53% destas donas de casa se autodeclaram brancas e, em sua maioria, responderam à pesquisa de forma *on-line*. Destacamos que o público que acessou a pesquisa neste formato é composto por mulheres que têm melhores condições de renda em relação as que foram alcançadas por meio da pesquisa presencial, como já aponte anteriormente. Das 15 mulheres, donas de casa, apenas 2 são mães solo. Maria Martha Bruno (2022) apontou que mais de 11 milhões de mulheres são mães solo no Brasil e a maioria é não-branca (7,8 milhões). Sozinhas

são as principais responsáveis pela renda do domicílio para além dos trabalhos domésticos e de cuidados.

Ainda, das 15 mulheres, donas de casa, apenas 2 não vivem em companhia de cônjuge e são responsáveis pela renda domiciliar, ambas se autodeclararam brancas. Uma delas é a Luz, que tem 41 anos, possui ensino médio incompleto, tem três filhos e sua renda vinha por intermédio do Auxílio Brasil, que após o início da pandemia teve que ser complementada com trabalho de diarista. A outra é a Iara, que tem 40 anos, ensino fundamental incompleto, com uma renda de até R\$813,56, também acessa o Auxílio Brasil e é uma das mulheres que tem 5 ou mais filhas(os). Além das condições de trabalho, os indicadores de renda, maternidade e escolaridade permeiam a vida destas mulheres, em concordância com o que analisamos no capítulo 3. A ausência de uma graduação, que poderia possibilitar um emprego formal e uma renda melhor, aliada ao número de filhas(os), contribui para que estas mulheres vivam em condições de maior vulnerabilidade, intensificadas pela pandemia. No próximo capítulo, que vai abordar os impactos diretos da pandemia de Covid-19, voltaremos apresentar as realidades de Luz e Iara.

Igualmente, é relevante destacar, em relação à Tabela 7, que 28 mulheres se denominaram como autônomas, o que indica uma parcela que trabalham por conta própria. O trabalho autônomo abrange uma variedade de atividades, incluindo trabalhos informais, geralmente ocupados por mulheres não-brancas que também sofrem influência dos indicadores de renda, escolaridade e maternidade. É importante ressaltar que, muitas vezes, estas ocupações enfrentam precariedade e falta de proteção social, o que pode agravar as desigualdades enfrentadas pelas mulheres. Porém, identificamos que a maioria das mulheres declaradas autônomas são mulheres brancas, com níveis mais elevados de instrução, em profissões, como advogada e fisioterapeuta, por exemplo, e que pertencem aos estratos de renda mais altos. Esta maioria de mulheres acessou a pesquisa por meio do formulário *on-line*.

O DIEESE (2016, p.34) define o trabalho autônomo como um trabalho independente que “tem sua inserção ocupacional no mercado de trabalho na forma de trabalhadores por conta própria ou autônomos (situação dos trabalhadores “PJ”), ou como donos de negócio familiar”. Contudo, cabe destacar que as(os) trabalhadoras(es) autônomas estão mais propensas a enfrentar interrupções na relação de trabalho, por não possuírem proteções legais e estão sujeitas(os) a irregularidades nos rendimentos. Nesse sentido, a temática do trabalho autônomo

abrange a informalidade e suas implicações. Para Angela Maria Carneiro Araújo e Maria Rosa Lombardi (2013) é um conceito amplo e em constante transformação, mas que se relaciona historicamente à ausência de proteção legal e a relações de trabalho precárias. Pontuamos ainda que, no Brasil, a partir dos anos 1990, houve um aumento da informalidade decorrente da transferência de trabalhadores do setor formal para o setor informal, ampliando as formas de trabalho autônomo, cooperativas de trabalho, trabalho temporário, terceirização, entre outras. Ademais, a informalidade no Brasil também está relacionada ao emprego doméstico, que historicamente incorpora uma alta porcentagem da população feminina remunerada.

No campo de pesquisa do CEU das Artes, das 6 mulheres com as quais tivemos contato, 3 delas se declararam autônomas. Vamos nos referir a 2 delas, que, entre outros aspectos, são afetadas pelo indicador racial. Uma delas é Carolina, já apresentada no capítulo 3. Em relação as condições de trabalho antes e durante a pandemia de Covid-19, Carolina relatou que: "*Eu trabalhava na reciclagem, eu puxava o papel na rua*". Com o início do isolamento social, ela passou a trabalhar exclusivamente em casa, "*trabalho em casa, faço tapetes*", além de dedicar-se aos trabalhos domésticos e de cuidados. O trabalho como artesã na confecção e venda de tapetes de crochê tornou-se uma alternativa para buscar renda durante o período pandêmico. Carolina trabalhava informalmente antes da pandemia, sem ter uma renda fixa, segurança ou direitos trabalhistas. Mesmo após a mudança de função, ela continuou trabalhando na informalidade, sem ter uma renda fixa garantida.

Carolina é uma das mulheres que enfrentam múltiplas formas de desigualdade, intensificadas pela pandemia. Ela é afetada por questões de gênero, raça, classe, maternidade, escolaridade, divisão sexual e racial do trabalho, em adição a questão de que trabalha na informalidade e em condições precárias. A outra mulher que se declarou autônoma e que tivemos o contato através do CEU das Artes foi a Dandara.

O contato com Dandara me rendeu muitos dias de reflexão. Conversei com ela em 1º de dezembro de 2022, e suas palavras ecoam em minha mente desde então. Ao escrever sobre nossa conversa, consigo lembrar com detalhes de nosso encontro, dos sorrisos que trocamos, mesmo que a conversa tenha sido permeada por inúmeras dificuldades que ela relatava. Dandara é uma mulher não-branca, de 44 anos, mora em um dos bairros periféricos de Pato Branco, tem

o ensino fundamental incompleto, é mãe solo, responsável pela renda no domicílio, que é de até R\$1.805,91, provenientes, em sua maior parte, do Auxílio Brasil. Dandara parecia ter seu corpo bastante marcado pela vida. Sua aparência era sofrida e seu semblante triste, mas algo brilhava em seus olhos. Ela sorria em muitos momentos enquanto falava, embora também mostrasse inquietação mexendo os pés e as mãos constantemente. Naquele dia, ela estava vestida com uma calça de ginástica, camiseta de time, chinelo de dedo e estava com os cabelos amarrados. Com frequência, ela puxava as mangas da camiseta para cima dos ombros, os deixando aparentes. Pude perceber que tinha músculos fortes e tatuagens nos braços. Quando perguntei se ela vivia com um cônjuge ou companheiro (a), ela começou a falar bastante sobre um amor recente e intenso. Ela disse: "*nunca amei tanto um homem*". Segundo Dandara, ele era 'o grande amor'<sup>23</sup> de sua vida, e ela faria de tudo para ficar com ele. Ela expressou que, caso não fosse possível, preferia morrer, pois a vida não teria mais sentido. Dandara afirmava que ele também a amava muito e sempre dizia o quanto ela era maravilhosa. Ela estava angustiada pelo fato de que ele estava cumprindo pena em regime fechado por tráfico de drogas. Além disso, ela mencionou a possibilidade de se mudar em breve para uma cidade distante do presídio, devido as demandas familiares das(os) filhas(os) e de sua mãe, que tem câncer. Dandara tem sete filhas(os), com idades que variam de 10 a maiores de 20 anos. Os menores de idade moram com ela, enquanto os maiores estão em outra cidade. Segundo ela, os adolescentes em idade escolar não frequentam mais a escola, exceto um dos filhos, da faixa etária de 10 a 14 anos, que continua e estava prestes a ingressar na 8ª série do ensino fundamental. Ela me contou um fato que marcou sua história de mãe, disse que sempre se manteve ativa e trabalhando até que fosse possível, em todas as suas gestações. Ela perdeu um bebê aos nove meses de gravidez. Ela relata que quando estava no sexto mês, desta gestação,

---

<sup>23</sup> Não posso deixar de mencionar a Geni Núñez, uma das autoras que conheci durante minha trajetória no mestrado. Ela é indígena Guarani e doutora em psicologia. Suas escritas me fizeram refletir sobre a lógica colonial que também prevalece nas relações, especialmente nas relações afetivas e sexuais, por meio da imposição do sistema monogâmico e da ideia de amor romântico. Embora a monogamia não seja o foco da minha pesquisa, reconheço que esse sistema permeia a vida das mulheres e é mais uma forma de opressão e imposição dos padrões coloniais. Padrões que continuam operando na atualidade, sobretudo na vida das mulheres, eu arrisco a chamar de "colonialidade do amor", ou ainda "colonialidade das relações afetivas e sexuais". Geni (2021) fala em "colonialidade dos afetos". Esse sistema monogâmico, inclusive, legitima diversas formas de violência contra as mulheres, incluindo os feminicídios, frequentemente tratados como "crimes por amor". Questiono, que amor é esse? Amor não existe em concomitância com violência. Este crime e outras violências estão diretamente ligados a ideia de posse, ideia essa que compõe a monogamia e conduz os homens a enxergarem as mulheres como suas propriedades. A fala de Dandara, embora repleta de amor, também carrega dependência e exclusividade na relação, questionando sua própria existência. O conceito de "o grande amor" tende a reduzir e excluir outros amores e formas de amar, como as relações familiares e de amizade, por exemplo. Cada vez mais, estou convencida de que a "artesanias dos afetos", como perspectiva apontada por Geni Núñez, é um dos caminhos para viver relações mais saudáveis e satisfatórias, "relações potáveis" como ela denomina (NÚÑEZ; OLIVEIRA; LAGO, 2021).

sofreu uma queda enquanto estava capinando um terreno. Ela não sabe o motivo do falecimento do seu bebê, mas associa a este acidente. Em relação a sua situação de trabalho declarada como autônoma, a função que ela realiza é como diarista. Ela tinha esta ocupação antes da pandemia e a continuou exercendo, embora o número de diárias tenha diminuído consideravelmente. Mesmo diante das restrições impostas pela pandemia com o isolamento social Dandara precisava garantir essa fonte de renda e continuou realizando esse trabalho.

A realidade de Dandara, assim como de Carolina, é permeada pela imposição de opressões que envolvem gênero, raça, classe, maternidade, escolaridade, relacionamento afetivo conjugal, divisão sexual e racial do trabalho, e outras, que revelam a multiplicidade das dificuldades enfrentadas durante sua vida e intensificadas na pandemia. Ambas trabalham na informalidade, realidades que evidenciam condições vivenciadas por mulheres que trabalham na informalidade, lidando com a ausência de direitos e garantias trabalhistas. A condição de trabalho autônomo, informal, sem proteção legal e com rendimentos instáveis, expõe estas mulheres a uma série de dificuldades e desigualdades. A falta de vínculos formais de emprego as torna mais suscetíveis a interrupções na relação de trabalho, impactando diretamente na garantia de renda. Carolina, que trabalhava na reciclagem e atualmente se dedica à confecção e venda de tapetes de crochê, continua a enfrentar a informalidade mesmo após a mudança de função. Sua renda permanece incerta, sem garantias de estabilidade econômica. Da mesma forma, Dandara, como diarista, viu o número de diárias diminuir consideravelmente durante a pandemia, mas precisou continuar trabalhando para garantir sua fonte de renda.

Antes de adentrarmos nas situações de trabalho das mulheres após o início da pandemia, retornamos para a análise da Tabela 7 a fim de destacar que além das situações já mencionadas de mulheres donas de casa e mulheres autônomas, 26 mulheres estavam empregadas com carteira assinada antes do início da pandemia, enquanto 7 trabalhavam de forma remunerada sem carteira assinada, indicando a existência de desigualdades no que se refere a segurança e direitos trabalhistas, previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Outro dado importante é que 41 mulheres são identificadas como servidoras públicas, o que sugere relativa estabilidade e segurança no emprego, com benefícios e direitos garantidos. A maioria delas é branca, estão nos 3 estratos de renda superiores e 97,56% possuem grau de formação que vai de graduação completa até doutorado, sendo, em sua maioria

professoras. A mulher que representa os outros 2,44% tem o ensino médio completo, sua renda está enquadrada nos 3 estratos socioeconômicos inferiores e sua função como servidora pública é de agente de apoio (gari).

A seguir apresentamos a Tabela 8 com a situação de trabalho das mulheres durante a pandemia de Covid-19.

**TABELA 8 SITUAÇÃO DE TRABALHO NA PANDEMIA DE COVID-19**

Situação	Quant. Mulheres
A empresa fechou na pandemia	1
Aposentada	1
Consegui um novo trabalho	1
Fui afastada do trabalho com parte da remuneração	1
Fui afastada do trabalho com remuneração integral	2
Fui afastada do trabalho sem remuneração	1
Fui demitida	4
Fui realocada em uma nova função	1
Meu trabalho foi mantido como antes da pandemia	74
Não consegui realizar meu trabalho como autônoma	6
Não tinha trabalho remunerado antes e continuei sem remuneração	11
Optei por um trabalho informal	1
<b>Outros</b>	<b>1</b>
Fui só dona de casa	1
Fiquei doente (câncer) fiz cirurgia	1
Pedi exoneração	1
Só o marido tem trabalho remunerado	1
Tive diminuição do meu trabalho como autônoma	14
Tive férias remuneradas	2
Troquei de emprego	3

**Fonte: Autoria própria (2023).**

A maioria das situações de trabalho foi mantida como antes da pandemia, 74 mulheres tiveram seus empregos mantidos, em sua maioria as servidoras públicas e mulheres em trabalhos com carteira assinada, estas estão amparadas por garantias legais de trabalho. Outra informação relevante é o número de mulheres que tiveram diminuição do trabalho como autônomas, totalizando 14 casos, fato este ligado, entre outros, às restrições sanitárias da pandemia de Covid-19, que limitavam o contato social e impediram que muitas pessoas continuassem a desenvolver suas atividades, principalmente aquelas relacionadas a prestação de serviços que exigiam contato presencial. Além disto, outras 6 mulheres indicaram que não conseguiram realizar os seus trabalhos como autônomas. É importante destacar, conforme já discutido anteriormente, que o trabalho autônomo está ligado a condições de trabalho informal

e a precariedade, situação que foi intensificada na pandemia. De acordo com Thays Mossi (2020), a pandemia ampliou a vulnerabilidade das(os) trabalhadoras(es) informais. Essas pessoas estão excluídas(os) do sistema de proteção social, do acesso a direitos trabalhistas, como auxílio doença e seguro desemprego o que contribuiu para ampliar as desigualdades de gênero e raça, pois afeta mulheres, homens, brancas(os) e não-brancas(os) de maneiras diferentes.

Também, 11 mulheres continuaram sem trabalho remunerado durante a pandemia. Chama atenção que 4 mulheres foram demitidas durante a pandemia. Além de uma mulher ter sido afastada do trabalho sem remuneração. Condições estas que podem agravar as desigualdades sociais já existentes, e que também evidenciam fragilidades na proteção social das mulheres em momentos de crises. O Ipea (2022) sinalizou que as condições de trabalho se agravaram na pandemia, principalmente para grupos mais vulneráveis, que incluem as mulheres. Nos anos anteriores à pandemia a mudança de situação ativa de ocupação de trabalho para inativa, já era mais alta para as mulheres, estas que também possuíam menor taxa de entrada em ocupações de trabalho, com a pandemia mantiveram a elevada desigualdade. Ainda, Alana Grando (2021, n.p) sinaliza que “com a pandemia, 18,6% dos trabalhadores foram afastados do trabalho, com predomínio de mulheres (23,5%) em relação aos homens (15%).”.

Nísia foi uma das mulheres demitidas durante a pandemia de Covid-19. Ela tem 42 anos, se autodeclarou branca, é divorciada, mãe solo de uma adolescente, responsável pela renda em seu domicílio e está entre a maioria das mulheres que possuem pós-graduação. Relatou que fez mais de um curso de especialização, que sua carreira ia bem e que ganhava um bom salário, trabalhando em regime de CLT, como gerente financeira em uma empresa de Santa Catarina. Porém, foi demitida no início da pandemia e precisou voltar a morar em Pato Branco-PR. De volta ao município de origem e na busca por meios alternativos de renda, passou a trabalhar em casa, de forma autônoma, na confecção e venda de pinturas e costuras. Em dezembro de 2022, Nísia estava trabalhando como professora estagiária na rede municipal de ensino, também dava aulas particulares para dois estudantes e continuava com os trabalhos como artesã, o que a ligava ao CEU das Artes, mediante os cursos e oficinas que ele promove. Por meio destes trabalhos ela tinha uma renda de até R\$ 1.805,91, que segundo ela, era muito inferior ao salário que recebia como gerente financeira.

O caso de Nísia aponta para o fato de que, apesar de seu privilégio racial, formação acadêmica e experiência profissional, ela também sofreu impactos significativos durante a pandemia devido a mudança em sua situação de trabalho remunerado. Isto ressalta a importância de reconhecer e abordar as desigualdades e os impactos da pandemia, levando em consideração a diversidade entre as mulheres e as inter-relações entre os fatores que permeiam as experiências cotidianas.

Inclusive, na Tabela 8, mais um aspecto a ser observado é o fato de 11 mulheres continuarem sem remuneração durante a pandemia, sendo que antes já não tinham trabalho remunerado. Esta situação evidencia a vulnerabilidade econômica enfrentada por estas mulheres e a falta de oportunidades de trabalho. Tereza, por exemplo, vive nesta condição, ela tem 37 anos, se autodeclarou parda, tem apenas o ensino fundamental completo e é a principal responsável pela renda em seu domicílio, que é de até R\$813,56, provenientes do Auxílio Brasil. Ela é mãe solo de dois adolescentes, com idades de 16 e 19 anos, o mais novo estuda no primeiro ano do ensino médio, enquanto o filho mais velho não frequenta mais a escola, embora não tenha concluído seus estudos. Ele trabalha informalmente como auxiliar de pedreiro, e a sua renda contribui para a composição da renda domiciliar. Tereza não trabalhava de forma remunerada antes da pandemia e continuou sem trabalho e, conseqüentemente, sem remuneração. A última vez que teve emprego remunerado foi no ano de 2016, quando trabalhou como faxineira em um hospital. Em função da falta de trabalho remunerado, em algumas ocasiões Tereza precisou recorrer a órgãos de assistência social para solicitar ajuda, porém, ela mencionou que *“eles não vem ver e dizer assim: ó essa pessoa realmente tá precisando. A mulher lá só olha assim, ‘você tem condições de trabalhar’*. Quando Tereza vai à procura de empregos ela enfrenta a seguinte realidade:

*Mas trabalho, [...], a gente vai e faz uma entrevista, fizeram a tarde de entrevistas [entrevista em uma determinada empresa] e dizem que tal dia ligam, mas quando falarem assim: ‘eu te ligo’ nunca mais ligarão! Esquece que não virão mais atrás. Isso sempre acontece comigo. Ai eu vou atrás do servicinho, mas eu vou lá procuro um de babá a gente vai e faz entrevista. ‘Ah eu vou ligar, tchau’. O que é que faz? Desanima a pessoa. [...] tem uns que querem ter a oportunidade, mas não ganham essa oportunidade (Tereza, interlocutora, 2023 – grifo meu).*

A vida de Tereza é permeada pelo racismo estrutural e, somado a interseccionalidade de raça, gênero e classe, além de indicadores como de

escolaridade, entre outros, fazem com que ela não tenha as mesmas oportunidades do que mulheres que possuem o “privilégio da branquitude”. Para Sueli Carneiro (2011) existe um estereótipo tradicional e limitado atribuído as mulheres. As mulheres não-brancas muitas vezes são retratadas de forma negativa na sociedade devido aos padrões estéticos que privilegiam mulheres brancas. No mercado de trabalho, quando se fala em garantir as mesmas oportunidades, a autora levanta a questão de que tipo de mulher se beneficia destas garantias.

Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência” (CARNEIRO, 2011, n.p).

Corroborando com este pensamento, segundo González (2020) o privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, em que o grupo branco é amplamente beneficiado pela exploração, principalmente da população não-branca. O privilégio não se limita apenas aos detentores de mão-de-obra, mas também inclui pessoas brancas que não possuem propriedade dos meios de produção, mas que ainda assim recebem benefícios provenientes do racismo. Quando se trata de competir no preenchimento de posições que implicam recompensas materiais ou simbólicas (penso nas entrevistas citadas por Tereza), mesmo que as pessoas não-brancas possuam a mesma capacitação, os resultados são sempre favoráveis as(os) brancas(os). Assim, “na democracia racial” brasileira, com sua divisão racial do trabalho, a população negra é sempre forçada a permanecer nas escalas inferiores da hierarquia social” (GONZÁLEZ, 2020, n.p).

Outro aspecto a se considerar, a partir dos dados da Tabela 8, é o fato de que algumas mulheres relataram ter optado por trabalhos informais durante a pandemia, indicando a necessidade de buscar alternativas de renda diante da falta de oportunidades formais. Conjuntamente a tais fatores, também precisavam encontrar meios flexíveis que permitissem ficar em casa cuidando das(os) filhas(os), enquanto as escolas e creches estavam fechadas. As mulheres em situação de trabalho informal enfrentam não apenas as desigualdades estruturais de divisão sexual e racial do trabalho, mas iainda a falta de direitos inerentes aos trabalhos formais registrados, além das condições de precariedade, descritas por Antunes (2020b, n.p).

Um trabalhador ou trabalhadora na informalidade, se vai pra casa fazer isolamento, não recebe. Inclusive a maioria sofreu com o desemprego imediato. Se vai pra casa, morre de fome. Se vai para a rua, seu emprego desapareceu. A pandemia do capital mostrou o flagelo, a virulência, a devastação, que o capitalismo dos nossos dias pratica em relação à classe trabalhadora.

Enfim, em última análise dos dados da tabela, eles revelam um cenário complexo das condições de trabalho das mulheres durante a pandemia de Covid-19. Tendo isto em vista, é necessário considerar os efeitos desproporcionais gerados sobre as mulheres, especialmente aquelas que já enfrentavam outras sobreposições de desigualdades antes do contexto pandêmico, como a característica racial, por exemplo. A proteção dos direitos trabalhistas e a garantia de condições dignas de trabalho, com uma renda justa, são fundamentais para minimizar as desigualdades existente e ainda garantir segurança para mulheres em períodos de crises, como a da pandemia.

Durante a pandemia de Covid-19, ocorreram alterações significativas nas modalidades de trabalho remunerado das mulheres. Um exemplo disto é o trabalho realizado a partir de casa, popularmente conhecido como *home office* ou escritório em casa. Tal formato de trabalho envolve desde atividades manuais, como artesanato, até serviços como de manicure, além de envolver o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que requerem, citando caso análogo, o uso de computadores com acesso à internet. A modalidade também é conhecida como trabalho remoto ou trabalho *on-line*, e foi uma realidade vivenciada, exemplificativamente, pelas professoras, que precisaram gravar aulas ou ministrar aulas ao vivo pela internet. Apresentamos a Tabela 9 com a realidade das condições enfrentadas pelas mulheres da pesquisa.

**TABELA 9 MODALIDADE DE TRABALHO REMUNERADO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19**

<b>Modalidade</b>	<b>Quant. Mulheres</b>
A partir de casa ( <i>home office</i> , trabalho remoto, <i>on-line</i> )	29
De forma híbrida (presencial e <i>on-line</i> )	31
Em caráter presencial (fora de casa durante todo o isolamento social)	39
Não trabalhei de forma remunerada durante a pandemia	27
<b>Total</b>	<b>126</b>

**Fonte: Autoria própria (2023).**

Um total de 39 mulheres trabalharam de forma presencial durante todo o período de isolamento social. Estas mulheres enfrentaram riscos significativos, como a exposição direta ao vírus, o que pode ter impactado suas condições de saúde e segurança. Além disto, é importante considerar as dificuldades em conciliar o trabalho presencial com o doméstico e de cuidados, principalmente quando as crianças estavam sem aulas e as mães precisaram assumir também o papel de educadoras. Um total de 39 mulheres trabalharam de forma não presencial durante todo o período de isolamento social. Essa modalidade pode ter proporcionado redução de riscos de contágio com a Covid-19, permitindo a continuidade das atividades profissionais em relativa segurança, no entanto, trazendo outros problemas como isolamento social, dores articulares em função das extensas horas frente ao computador, entre outros aspectos. Também, a modalidade de trabalho híbrida, que combina trabalho presencial com trabalho a partir de casa, foi a realidade vivenciada por 31 mulheres, que apesar de certa flexibilização e diminuição de riscos conferiu desafios na organização do tempo e na adaptação a diferentes ambientes e rotinas de trabalho. É importante destacar que as mulheres enfrentaram inúmeros desafios nestas modalidades, o que mais se destacou foi o acúmulo de atividades profissionais com atividades domésticas e de cuidado. Outros desafios apontados foram: não possuir computador ou equipamentos necessários para desenvolver o trabalho; não ter acesso à internet ou ter apenas internet com baixa velocidade; não conseguir se concentrar, pois a família estava em casa; e não ter um lugar adequado para trabalhar, como um escritório, mesa e cadeira. Além destas dificuldades, que compunham a resposta de múltipla escolha, algumas mulheres que acessaram a pesquisa *on-line* informaram outros elementos, como:

Tarsila, que tem 56 anos e é servidora pública, professora, descreveu:

*Todo equipamento de trabalho como notebook, celular, internet e mobiliário foi adquirido por mim. E em nenhum momento o governo se preocupou com essas condições, não ofereceu o equipamento, nem ofereceu financiamento. E o pior, esse período de trabalho não foi e não cogita contar como tempo de serviço para avanço na carreira, promoções e progressões. Nem pagou a inflação do período. Já são sete anos sem pagar a inflação do período, não respeita a data base, não conversa, nem negocia com a categoria. E pelo portal transparência, sabemos que tem dinheiro em caixa para pagar a inflação desse período, de sete anos, que corresponde a um quinto dos valores em caixa (Tarsila, interlocutora, 2022).*

Situação semelhante também foi vivenciada por Ísis, 44 anos, servidora pública, professora, que registrou: *“tivemos rotina de trabalho exaustiva e com uso dos equipamentos próprios e internet”* (Ísis, interlocutora, 2022). Além de ficarem responsáveis por adquirir os equipamentos necessários para as aulas *on-line*, houve outras questões que as mulheres apontaram como dificuldades no trabalho no período da pandemia.

Carmen, 37 anos, servidora pública, área de Recursos Humanos, respondeu que: *“tinha dificuldade em ficar trabalhando de casa, sem socializar com as pessoas”* (Carmen, interlocutora, 2022).

Tuira, 56 anos, servidora pública, professora, descreveu que *“a falta de credibilidade por parte da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná no nosso trabalho remoto, nos deixou exaustos e desmotivados”* (Tuira, interlocutora, 2022). Também Frida, 59 anos, servidora pública, professora evidenciou que: *“sentia maior responsabilidade no contato com os alunos via Classroom, porém não havia retorno de praticamente 98% e isto causava insatisfação e tristeza. Atividades impressas sem respostas, sem interesse em fazer por parte dos alunos”* (Frida, interlocutora, 2022).

As dificuldades apontadas por estas mulheres envolvem custos financeiros, pela compra de equipamentos, provável aumento no consumo de energia elétrica e também pela depreciação dos seus itens pessoais para o trabalho, como o computador. Envolvem responsabilidades extras e cargas emocionais, como tristeza, raiva e insatisfação. Envolvem aspectos de saúde e segurança no trabalho, ao pensar em condições adequadas de ergonomia e ambiente favorável para a concentração, entre outros aspectos. Para Jean Segata (2020) o trabalho remoto e atividades *on-line* durante a pandemia aumentaram as cargas de trabalho, as dificuldades em gerenciar o tempo e equilibrar trabalho com vida pessoal, impactando diretamente na saúde mental das pessoas. Para Antunes (2020a), os trabalhos em condição de *home office* representam uma séria ameaça para as(os) trabalhadoras(es), permeada, por exemplo, por mais informalidade, intermitência, terceirização, aumento do trabalho em casa, do teletrabalho, do ensino a distância (EAD) e da utilização de algoritmos para controlar as atividades humanas.

Em resumo, é possível observar que a pandemia de Covid-19 gerou alterações significativas na modalidade de trabalho das mulheres. Enquanto algumas puderam trabalhar a partir de casa, reduzindo riscos de contágio da doença, outras

tiveram que enfrentar o trabalho presencial e os desafios associados a ele. Ambas as situações são permeadas por dificuldades e desafios que as mulheres tiveram que enfrentar sem o suporte adequado, por parte do município, estado ou governo federal, principalmente, ao considerarmos as professoras da rede pública de ensino que foram amplamente impactadas.

Para a finalização dessa seção que envolve as condições de trabalho remunerado, apresentamos a Tabela 10, que mostra as profissões ou ocupações das mulheres no momento em que participaram da pesquisa.

**TABELA 10 PROFISSÕES OU OCUPAÇÕES DAS MULHERES**

<b>Profissão/ocupação</b>	<b>Quant. Mulheres</b>
ADM e financeiro	1
Advogada	6
Agente de apoio (gari de rua)	1
Agente de endemias	4
Agrônoma	1
Aposentada	2
Arquiteta	1
Artesã - Tapetes de crochê	1
Assistente administrativa	2
Assistente social	2
Autônoma	1
Auxiliar Administrativa	2
Auxiliar de limpeza	1
Cabeleleira	2
Cabeleleira e Manicure	1
Cabelereira, faz Mega Hair e professora de pintura em casa.	1
Confeiteira	1
Costureira, modelista e professor	1
Cuidadora de idosa	1
Cuidadora de idosos e crianças	1
Desempregada	1
Designer gráfica	1
Diarista	3
Do lar	2
Doméstica	1
Dona de casa	9
Em licença maternidade	1
Enfermeira	1
Empregada com carteira assinada	1
Estudante	6
Estudante e dona de casa	1
Farmacêutica	2
Fisioterapeuta	3
Fisioterapeuta e doula	1

Fonoaudióloga	1
Fotógrafa	1
Gerente commercial	1
Gerente de filial	1
Gestora de produção	1
Gestora de pessoas	1
Jornalista	1
Mãe	1
Manicure	1
Manicure e pedicure	1
Orientadora social	1
Pedagoga	1
Pediatra	1
Professora	30
Professora estágio e com dois alunos particular; Autônoma, Artesã	1
Promotora de comunicação	1
Psicóloga	2
Representante commercial	1
Secretária executive	1
Servidora pública	9
Servidora pública e cabeleleira	1
Telefonista e professor	1
Terapeuta de mulheres	1
Vendedora Ambulante	1

**Fonte: Autoria própria (2023).**

A tabela apresenta uma diversidade de profissões e ocupações exercidas pelas mulheres. Entretanto, algumas profissões são mais representativas do que outras, em termos de quantidade de mulheres. Por exemplo, há um maior número de mulheres atuando como professoras, totalizando 30 registros. Esta característica pode estar associada ao alcance da pesquisa, previsto em etapa inicial do projeto, através da APP Sindicato, entidade não governamental que compõe o CMDDHM, a qual nos aproximou destas profissionais. Mas também pode indicar uma das características estruturais que envolvem a divisão sexuais de trabalho, que atribui às mulheres profissões ligadas ao espaço doméstico e aos cuidados, tais como, professoras, cabeleireiras, manicures, cuidadoras de idosos/de crianças e diaristas.

Ao relacionarmos as situações de trabalho das mulheres com os indicadores de renda e escolaridade, identificamos que as mulheres com graus de instrução com ensino superior completo, especialização, mestrado e doutorado estão nas profissões que exigem graduações específicas, há uma diversidade destas profissões mencionadas, além das professoras já citadas, aparecem advogada, agrônoma, arquiteta, fisioterapeuta, fonoaudióloga, enfermeira, pedagoga, psicóloga, entre

outras. Além disso, é possível relacionar as profissões e ocupações com os indicadores de renda, apresentados na Tabela 3. Conforme a distribuição das mulheres de acordo com a renda média domiciliar é possível inferir que mulheres com ocupações que demandam formação acadêmica estão presentes nos estratos A e B1. Todavia, é importante ressaltar que a escolaridade por si só não garante a equidade no acesso a empregos e remuneração justa, como exemplificado no caso da Nísia, relatado acima. Por outro lado, as mulheres que não possuem grau de instrução formal, ou que possuem até o ensino fundamental completo são as que ocupam, entre outros, trabalhos informais e com menores remunerações, como as manicures, pedicuras, artesãs, cuidadoras de idosos, cabeleireiras e diaristas.

Sendo assim, ao considerarmos aspectos da divisão sexual e racial do trabalho é significativo destacar que estas profissões ou ocupações, em especial de diarista, são realizadas por mulheres que enfrentam a interseccionalidade de raça, gênero e classe e assim desafios adicionais no mercado de trabalho. Por fim é possível perceber a existência de desigualdades que afetam as mulheres em diferentes dimensões, e que foram intensificadas pela pandemia de Covid-19. A luta pela igualdade das condições de trabalho, acesso à renda e educação, continua sendo um relevante desafio a ser superado.

#### **4.2.2 Condições de trabalho não-remunerado**

Em relação ao trabalho não remunerado, doméstico e de cuidados, que historicamente é atribuído às mulheres, esses foram intensificados devido ao aumento das demandas familiares durante o isolamento social, em virtude, por exemplo, do fechamento de escolas e creches, o que gerou um desequilíbrio ainda maior na divisão sexual do trabalho. No ano anterior à pandemia 92,1% das mulheres realizavam trabalhos domésticos e de cuidados, mesmo as que trabalhavam fora de casa em trabalhos remunerados, se dedicavam em média 10,4 horas semanais a mais do que os homens nestas atividades (IBGE, 2020). Com a pandemia essas cargas foram exacerbadas e as inúmeras atividades perpassavam a criação de filhas (os), a preparação de refeições, o cuidado com pessoas mais vulneráveis, a gestão da casa, e o cuidado emocional com os membros da família. Somado a isto, na pandemia

também se considerou o aumento do “*fourth shift*” (quarto turno), que inclui o ensino escolar das(os) filhas(os) enquanto se trabalha (*homeschool*) (POWER, 2020).

A fim de apresentarmos a percepção das mulheres em relação às cargas de trabalho doméstico e de cuidados durante a pandemia de Covid-19, elaboramos a Tabela 11.

**TABELA 11 PERCEPÇÃO DA CARGA DE TRABALHO DOMÉSTICOS E DE CUIDADOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19**

Carga de trabalhos	Trabalho doméstico	Trabalho de cuidados
Aumentou	57	52
Aumentou muito	30	40
Diminuiu	2	1
Não desempenhei trabalho de cuidados	-	28
Se manteve igual	41	9
<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>130</b>

Fonte: Autoria própria (2023).

Com base nos dados é possível inferir que as mulheres tiveram um aumento significativo em suas cargas de trabalho não-remunerado. Em relação ao trabalho doméstico, a maioria das mulheres relatou aumento na carga de trabalho durante a pandemia. Um total de 57 mulheres afirmou que a carga deste trabalho aumentou, enquanto 30 disseram que aumentou muito. Isto significa que mais de 66% das mulheres enfrentaram aumento na carga de trabalho doméstico. Esta condição somada a outros fatores, como as alterações ocorridas nas modalidades de trabalhos remunerados, ou ainda a busca por uma fonte alternativa de renda, conferiram às mulheres cargas exaustivas e sobreposições de trabalhos. O que reforça a realidade dos papéis sociais condicionados às mulheres, da divisão sexual do trabalho e da desigualdade de gênero. Por outro lado, apenas 2 mulheres relataram uma diminuição na carga de trabalho doméstico. Ambas têm mais de 40 anos, vivem com cônjuge ou companheiro(a) e, apesar de serem mães de, respectivamente, cinco ou mais filhas(os) e 4 filhas(os), eles já não necessitam de cuidados diretos, o que acaba impactando também no volume de trabalho doméstico a ser realizado. Além disto, as(os) filhas(os) maiores de idade não residem mais no domicílio. Também é possível que haja participação na divisão de tarefas dentro de casa o que distribui a carga de trabalho. Ainda, 41 mulheres afirmaram que a carga de trabalho doméstico manteve-se igual ao período anterior à pandemia de Covid-19.

Em relação ao trabalho de cuidados, também houve um aumento significativo. De modo que, 52 mulheres afirmaram que a carga de trabalho de cuidados aumentou, enquanto 40 disseram que aumentou muito, totalizando 92 mulheres. Isso representa que 70% das mulheres enfrentaram aumento na carga de trabalho, um aumento ainda maior do que o aumento de trabalho doméstico. Durante a pandemia, se somou ao fato de que mais pessoas necessitavam de cuidados e por um período mais prolongado. Incluindo as crianças que não puderam frequentar a escola, assim como idosos ou pessoas doentes que eram ainda mais susceptíveis a sofrer complicações em função da Covid-19. Apenas uma mulher relatou uma diminuição na carga de trabalho de cuidados, ela tem 37 anos é casada e não têm filhas(os). Um dado que me chamou atenção é o de que 28 mulheres responderam que não desempenharam nenhum trabalho de cuidados durante a pandemia. Destas, 5 não têm filhos(as), o que reflete diretamente nas práticas de cuidado. Outras 6 possuem filhos(as) maiores de 20 anos que já não necessitam de cuidados diretos. As demais possuem filhos(as) com idades menores e responderam, em outra pergunta, serem responsáveis pelo cuidado das crianças, o que diverge da informação de não terem tido nenhum trabalho de cuidados na pandemia.

A questão que se referia à carga do trabalho de cuidado incluía crianças, idosos e pessoas doentes. A divergência nas respostas em relação ao cuidado pode indicar a necessidade de que a discussão sobre tal trabalho seja ampliada em debate público e alcance as mulheres e demais pessoas, a fim de que se reconheça que é um trabalho fundamental para a manutenção da vida. O que também pode ter ocorrido é uma falha na elaboração da pergunta e na falta de conceituação dos tipos de trabalho no formulário, ou ainda por alguma dificuldade na leitura e/ou interpretação da pergunta. Uma vez que, para mais que os cuidados diretos com as pessoas este trabalho também envolve responsabilidades, que se conectam com as tarefas domésticas, como cozinhar, por exemplo, além do trabalho mental, que é difícil de mensurar, mas diz respeito a todo planejamento de ações para o funcionamento da vida, o que impacta diretamente na saúde das mulheres, causando cargas exaustivas físicas e de sentimentos ligados a essa função.

Sem o investimento de tempo, esforço e recursos nas tarefas essenciais do dia a dia, comunidades, locais de trabalho e economias inteiras ficariam estagnados (OXFAM BRASIL, 2020). Destas mulheres que apresentaram respostas divergentes, uma é exceção. Ela não teve nenhum trabalho de cuidados na pandemia devido à

inversão de papéis, pois precisou ser cuidada. Recebeu o diagnóstico de câncer cerebral antes mesmo da pandemia, passou por uma cirurgia e ficou internada durante grande parte do período de restrições sanitárias. Supomos que os cuidados que ela recebeu, enquanto esteve internada, foram dispensados em sua maioria por outras mulheres, já que entre profissionais de saúde as mulheres são maioria, principalmente aquelas que ocupam funções de cuidado direto, como enfermeiras, técnicas e auxiliares de enfermagem, fisioterapeutas e outras profissionais, além daquelas responsáveis por preparar os alimentos e fazer a higienização do hospital.

A pesquisa evidenciou um maior envolvimento em atividades de cuidado relacionadas às crianças, seguidas por cuidados com idosos. O que se justifica devido ao fato de que a maioria das mulheres são mães. O trabalho de cuidado se torna ainda mais presente na vida das mulheres pela maternidade. A seguir apresentamos as últimas 2 tabelas desse capítulo, Tabelas 12 e 13, que trazem dados relativos à responsabilidade pelo cuidado das(os) filhas(os).

**TABELA 12 RESPONSABILIDADE PELO CUIDADO DAS(OS) FILHAS(OS)**

<b>Pessoas diretamente envolvidas nos cuidados</b>	<b>Quant.</b>
Compartilho os cuidados (cônjuge, companheiro(a); avós; demais parentes)	57
Eu cuido sozinha	17
Tenho uma pessoa terceirizada que ajuda nos cuidados	12
Já não necessita(m) de cuidados diretos	28
<b>Total</b>	<b>114</b>

**Fonte: Autoria própria (2023).**

**TABELA 13 COMPARTILHAMENTO DOS CUIDADOS**

	<b>Quant.</b>
Compartilho os cuidados de forma igual com outra/s pessoas	27
Recebo ajuda, mas sou responsável pela maior parte do trabalho	47
<b>Total</b>	<b>74</b>

**Fonte: Autoria própria (2023).**

Observando a Tabela 12 é possível notar que a maioria das mulheres (57) compartilha os cuidados com outras pessoas, como cônjuge, companheiro(a), avós ou demais parentes, porém, apesar do compartilhamento, continuam, em sua maioria (47), sendo as responsáveis pela maior parte do trabalho (Tabela 13). Também, 17

mulheres assumem sozinhas a responsabilidade pelos cuidados com as(os) filhas(os). Destas mulheres, aproximadamente 53% são não-brancas, evidenciando, entre outras, as desigualdades raciais que permeiam suas vidas. Também são as mulheres que possuem a maior quantidade de filhas(os). Outro fato que chama atenção é que, das 17 mulheres, 6 delas vivem na companhia de cônjuges ou companheiros(as) e mesmo assim, são as responsáveis exclusivas pelos cuidados. Isto reforça os aspectos da desigualdade de gênero no que se refere a divisão sexual do trabalho. Há ainda 12 casos em que as mulheres contam com uma pessoa terceirizada para auxiliar nos cuidados. Outrossim, 28 mulheres informaram que suas(seus) filhas(os) já não necessitam de cuidados diretos, o que não significa, necessariamente, que não desempenhem outras atividades relacionadas ao cuidado. Ainda, na Tabela 13 que mostra os dados sobre o compartilhamento destes cuidados, 27 mulheres afirmam compartilhar os cuidados de forma igualitária com outra(s) pessoa(s).

No contexto da pesquisa, considerando a responsabilidade pelos cuidados, principalmente com as crianças, relembramos bell hooks (2021, n.p), que segundo ela: "mundialmente, a criação de filhos esclarecida, saudável, é mais bem realizada no contexto das redes da comunidade e da família estendida". Assim, em concordância com a autora destacamos a importância das conexões sociais e familiares no processo de criação e cuidados com as crianças, que não devem ser responsabilidade exclusiva da família nuclear, especificamente das mães, mas sim um empreendimento coletivo que envolve toda a comunidade. Nessa conjuntura, a presença de redes de apoio, como vizinhas(os), amigas(os), parentes próximos e distantes, desempenha um papel fundamental, no qual o cuidado coletivo e as relações afetivas são essenciais para as práticas de cuidado.

A partir das constatações a respeito da percepção das mulheres em relação às cargas de trabalho doméstico e de cuidados durante a pandemia de Covid-19, sinalizamos as discrepâncias na divisão sexual do trabalho. As mulheres assumiram uma parcela desproporcionalmente maior da carga de trabalho não remunerado durante este período. Esta realidade ressalta a necessidade de políticas e práticas que promovam uma distribuição mais equitativa das responsabilidades domésticas e de cuidados, visando alcançar uma divisão mais justa e igualitária desses trabalhos.

A fim de exemplificar de forma mais detalhada como as mulheres vivenciaram tais condições de trabalho não-remunerado, doméstico e de cuidados, apresentamos algumas situações. Dandara percebeu que o trabalho doméstico em casa aumentou

muito durante a pandemia. A Nísia que enfrentou mudanças significativas em relação ao seu trabalho remunerado, sendo demitida durante a pandemia e sofrendo perda de renda, ao mesmo tempo, relatou um aumento significativo nos trabalhos domésticos e de cuidados. Além dos cuidados consigo mesma e com a filha, ela também passou a ser responsável pelos cuidados com os seus pais. Segunda ela, sua mãe precisou ficar internada 2 vezes devido a doença, e sua filha contraiu Covid-19 uma vez. Em ambos os casos ela era a principal responsável pelos cuidados. Nísia enfrentou sobreposição de funções e de cargas de trabalho e concomitante a isto teve que encontrar alternativas para obtenção de renda. Também Tereza passou por situação similar. Ela é mãe solo de 2 filhos e a responsável pela renda do domicílio. Além de que, ela assume o trabalho de cuidado de outros membros da família que residem próximos à sua casa e possuem alterações nas condições de saúde. Seu irmão, de 32 anos, perdeu a visão devido a complicações da diabetes, e seus pais são idosos. A mãe de Tereza também é diabética e apresenta complicações vasculares nas pernas, o que dificulta sua capacidade de caminhar sozinha. A Tuirá é mãe de uma pessoa maior de 20 anos e que já não precisa de cuidados diretos, porém, precisou voltar os seus cuidados para sua mãe, *“minha mãe ficou doente nessa época, ficou depressiva e dispendeu muito trabalho e cuidados”*.

Também apresentamos a situação de Vilma. Ela tem 30 anos e é uma mulher não-branca que se diferencia da maioria das mulheres que também se autodeclaram assim, principalmente em termos de renda e escolaridade. Ela possui doutorado, é servidora pública e professora do magistério superior. A responsabilidade pela renda do domicílio é compartilhada entre ela e seu cônjuge. Vilma é mãe de uma criança na faixa etária de 0 a 4 anos, que possui Transtorno do Espectro Autista (TEA). Ela enfrentou dificuldades relacionadas à mudança da modalidade de trabalho remunerado, que passou a ser em casa, e ao acúmulo das atividades profissionais com as domésticas e relacionadas aos cuidados. Ela trabalhou mais do que o habitual e, ao responder sobre a carga de trabalho doméstico e de cuidados, afirmou que ambos aumentaram, sendo que o trabalho de cuidados aumentou muito. Apesar de compartilhar os cuidados do filho com seu companheiro, ela é responsável pela maior parte do trabalho. Devido a sobrecarga, Vilma sentiu-se violada: *“senti muita falta de justiça em tudo, dentro e fora de casa”*. O acúmulo de funções fazia com que ela se sentisse constantemente esgotada *“vivo no estado de esgotamento”*. Ela também registrou a seguinte situação:

*o meu filho nasceu antes da pandemia, no entanto, quando a licença maternidade acabou, veio a pandemia. Então para mim, foi simplesmente continuar em uma licença maternidade, mas com todo o trabalho para fazer e ainda o acúmulo de trabalho doméstico que deixou de ser terceirizado em casa (Vilma, interlocutora, 2023 – grifo meu).*

Apesar de Vilma não ter enfrentando situações como desemprego e diminuição de renda, sentiu impactos em relação aos seus trabalhos que se acumularam. Todas estas situações, relatadas por estas mulheres, estão relacionadas a análise proposta por Federici (2019 p. 50), de que:

*[...] não apenas nos tornamos enfermeiras, empregadas domésticas, professoras, secretárias — todas as funções para as quais fomos treinadas dentro de casa —, mas estamos no mesmo tipo de relação que dificulta a nossa luta dentro de casa: *isolamento, o fato de que a vida de outras pessoas depende de nós, a impossibilidade de enxergar onde começa o nosso trabalho e onde ele termina, onde nosso trabalho termina e onde começam nossos desejos.**

As situações descritas por Vilma, como o sentimento de injustiça, dentro e fora de casa, e o esgotamento causado pelas mudanças no trabalho, indicam a dificuldade em distinguir os limites entre o trabalho e os desejos. Esta dificuldade permeia o nosso cotidiano, afetando a nossa capacidade de encontrar equilíbrio e harmonia entre as diferentes áreas de nossa vida. É urgente o reconhecimento e a busca por estratégias que auxiliem na distribuição equitativa das responsabilidades domésticas e de cuidados, permitindo que possamos dedicar tempo e energia também aos nossos próprios desejos e necessidades.

Por fim, relatamos ainda o contexto de Pagu, uma mulher branca de 37 anos, que possui graduação completa, e é igualmente responsável pela renda familiar junto com seu cônjuge. Ela trabalha como autônoma, mas durante a pandemia teve suas atividades limitadas. Com toda a família em casa durante o isolamento social Pagu enfrentou dificuldades para se concentrar em suas tarefas. Apesar da redução do seu trabalho remunerado, ela se sentiu sobrecarregada, tendo que lidar com um aumento significativo das atividades relacionadas ao trabalho não remunerado, doméstico e de cuidados. Pagu é mãe de 2 crianças, uma na faixa etária de 0 a 4 anos e outra na faixa de 5 a 9 anos. Ela compartilha igualmente os cuidados das crianças com seu cônjuge, o que difere da realidade da maioria das outras mulheres que, mesmo

compartilhando as responsabilidades, ainda assumem a maior parte do trabalho. De acordo com Pagu:

*as aulas on-line deixavam o filho em idade escolar muito irritado, juntando ao fato de não ver outras crianças, não sair, convivendo com pais também estressados por não conseguirem trabalhar - um círculo vicioso que só piorava com o passar dos dias, tornando a convivência cada vez mais difícil e desgastando as relações (Pagu, interlocutora, 2022).*

As realidades apresentadas revelam uma diversidade de situações que permeiam o cotidiano das mulheres, sendo influenciadas pelos marcadores que atravessam suas vidas. Em sua maioria, os resultados destacam a persistência da divisão sexual e racial do trabalho, na qual as mulheres assumem a maior parte das responsabilidades de cuidado, mesmo quando há ajuda externa ou compartilhamento com outras pessoas. Os maiores desafios são enfrentados pelas mulheres racializadas. A desigualdade de divisão de trabalho reflete os papéis sociais historicamente atribuídos às mulheres. Ao mesmo tempo, reforça a necessidade de políticas e práticas que promovam uma distribuição mais equitativa e justa das responsabilidades domésticas e de cuidados.

As configurações de vida das mulheres foram alteradas no contexto da pandemia de Covid-19, especificamente em relação ao trabalho que manteve e exacerbou relações desiguais. Neste sentido, Antunes (2020) destaca que, o mundo do trabalho é o “capital pandêmico [...]”. A pandemia do capital é funesta ao atingir o corpo da classe trabalhadora e, sucessiva e progressivamente, o corpo-classe das mulheres”. O autor se refere às mulheres brancas, e evidencia que de forma mais intensa atinge as mulheres não-brancas “o corpo-classe das trabalhadoras negras, indígenas, imigrantes, refugiadas, LGBTs etc” (ANTUNES, 2020, p.32).

Em relação aos trabalhos não remunerados, domésticos e de cuidados as mulheres também foram as mais penalizadas. Para Alba Barragán, Miriam Lang, Dunia Chávez e Alejandra Santillana (2020), o trabalho do cuidado deve ser pautado dentro das discussões e estratégias políticas, deve-se considerar uma economia do cuidado. A qual deve reconhecer a importância fundamental do cuidado com crianças, pessoas doentes, com necessidades especiais e idosas como uma necessidade humana crucial para a manutenção da vida plena. No entanto, esta dimensão essencial tem sido negligenciada no discurso político e no enfoque reducionista do desenvolvimento econômico. O cuidado precisa estar no centro das estratégias

políticas, promovendo ações comunitárias e democratizando o uso do tempo, especialmente para as mulheres, permitindo-lhes tempo livre para se dedicarem a si mesmas.

## 5 PANDEMIA DE COVID-19

Neste capítulo, analisamos, mais detidamente, a pandemia de Covid-19, contextualizando a sua emergência a partir da reflexão sobre a colonização da natureza e as mudanças climáticas. Apresentamos indicadores do cotidiano das mulheres, que participaram da pesquisa, durante a pandemia, abordando alterações na renda, dificuldades financeiras e acesso à políticas sociais. Também são apresentados indicadores relacionados ao impacto direto da doença de Covid-19 na saúde das mulheres em casos confirmados, além de discutir aspectos sobre vacinação, diagnósticos e tratamentos, para mais que a percepção sobre o estado de ânimo. Por fim, destacamos a realidade de algumas mulheres como exemplo ilustrativo das questões.

### 5.1 A PANDEMIA DE COVID-19 – COLONIZAÇÃO DA NATUREZA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O projeto colonial de dominação e exploração, em conjunto com todos os dualismos que a modernidade constituiu, provocaram a separação e hierarquização da sociedade e natureza. O homem branco, europeu, cristão, passou a se auto identificar como racional e em posição superior aos demais seres, legitimando a extração de tudo o que os outros povos e seres (natureza) pudessem oferecer, transformando tudo em recursos, que serviriam para a constituição de um mercado global do sistema-mundo-moderno-colonial. Os problemas causados por tal dissociação e exploração, sem limites, causaram e continuam causando estragos inestimáveis. Este homem, que se define como centro (antropocentrismo associado ao eurocentrismo), constitui uma humanidade universal, que está interferindo e colocando o planeta e a própria sobrevivência em risco. Donna Haraway (2016) afirma que o evento limite é denominado (provisoriamente) antropoceno e têm gerado graves problemas e discontinuidades nos ciclos de vida da Terra. É urgente que ele se torne o mais curto possível, pois nem o homem, e nem o capital - que está intimamente ligado à lógica moderna - devem ser a força motriz que move o mundo.

Diante dos pressupostos modernos, o desenvolvimento é considerado sinônimo de crescimento econômico, pautado na flecha do tempo, que define que todos os povos deveriam seguir um caminho linear, que tem a Europa (e após a

Segunda Guerra Mundial, também os Estados Unidos da América) como modelo civilizatório. Porém, esta lógica pautada no extrativismo, produção e consumo, provocou catástrofes ecológicas que segue precarizando a vida e a reprodução da maior parte das populações do planeta. O modelo de economia global é causador de mudanças climáticas e alterações ecológicas, coloca o planeta em crises que se sobrepõem. A ação dos humanos na natureza deixa marcas alterando as condições de vida na terra. O relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 2016) mostrou que surtos zoonóticos - doenças transmitidas entre animais e seres humanos - estão mais frequentes, sendo que em média surgem por ano 3 novas doenças infecciosas, 75% das mencionadas são zoonóticas. A Covid-19 é um destes exemplos, entre suas causas está a ação humana e a degradação ambiental. Conforme afirma Antunes (2022 n.p.) “a pandemia não causou a tragédia, ela desnudou, acentuou e exasperou o que já vinha em andamento”.

Para Bruno Latour (2020), a pandemia não é um evento isolado que acomete o planeta, mas se relaciona com “uma mutação ecológica duradoura e irreversível”, que deixa exposta a necessidade de mudanças urgentes no sistema vigente o qual considera “a produção como o único princípio de relação com o mundo”. Este que está vulnerável à ocorrência e à disseminação global de doenças, devido às relações econômicas em todo o planeta. É prudente ampliar a visão sobre como chegamos a este estágio de crise global que expõe milhares de pessoas, especificamente às mais vulneráveis a condições de morte, fome, pobreza, violência, sequelas, entre outros.

Corroborando com este pensamento, Segata, Luiza Beck e Luísa Muccillo (2020) discutem a pandemia de Covid-19 como “um evento multiespécie”, ampliando a visão da origem exclusiva do vírus a partir dos morcegos e pangolins. Para esses/essas autores/as “uma perspectiva [...] multiespécie [...] tem ajudado a tencionar narrativas que sustentam o excepcionalismo humano. Saúde e doença não se resumem a um negócio do tipo vítima-algoz de mão única”, e ainda, “catástrofes como pandemias não são feitas apenas com vírus. Se há inimigos, o capitalismo é o mais verdadeiro deles - e ele não é invisível” (SEGATA; BECK, MUCCILLO; 2020, p.367; 364).

Nesta perspectiva mais ampla da pandemia como um evento multiespécie, Latour (2020) – um dos pensadores da relação humanos e não humanos, por meio da Teoria Ator Rede (TAR) -, afirma que “cada entidade do planeta tem sua maneira própria de integrar os outros elementos que compõem, em um dado momento, o

coletivo”. Neste sentido um vírus foi capaz de globalizar uma doença e interferir em todo o planeta, inclusive na base econômica que sustenta o modelo capitalista. Com isto, o autor reflete que se um vírus, que se difundiu através de aerossóis de pessoas infectadas, se globalizou e causou interferências em grande escala, é possível que possamos imaginar gestos individuais e coletivos que barrem o sistema produtivo vigente. O sistema que tem colaborado com a possibilidade de extinção das diferentes formas de vida na terra.

Partindo deste entendimento que a pandemia é um evento complexo, multiespécie, que está intimamente ligada ao sistema capitalista, à integração dos mercados e aos modos de produção, entendemos a necessidade de repensar sua origem e alastramento da pandemia, que impõe a responsabilização exclusiva sobre a China e seus mercados de animais exóticos. É prudente ampliar a visão sobre como chegamos a este estágio de crise global que expõe milhares de pessoas, especificamente às mais vulneráveis a condições de morte, fome, pobreza, violência, sequelas, entre outros.

[...] é preciso que questionemos mais incisivamente o papel do neoliberalismo no cultivo e na criação intensiva de doenças. A nossa resistência a ele deve ser envolvente e constituir subsídios para a elaboração de políticas de convivência e de cuidado conjunto para humanos, animais e ambientes (SEGATA; BECK, MUCCILLO, 2020, p.364).

Logo, resistir e lutar contra as estruturas hegemônicas que se cruzam no capitalismo e que deixam milhares de pessoas em condições de extrema vulnerabilidade, é pensar, como diz Latour (2020), em “gestos que barrem” não só a circulação do vírus, como o modo de produção global e de relação com as diferentes espécies que compõe o planeta. Na luta e resistência contra este cenário de crises, que se somam a pandemia de Covid-19, as mulheres são afetadas de forma direta e enfrentam sobreposição de desigualdades.

De janeiro de 2020 até setembro de 2023, ela causou a morte de mais de 6 milhões de pessoas em todo planeta. Só no Brasil, o número ultrapassou 700 mil mortes (WHO, 2023). No estado do Paraná somaram-se mais de dois milhões e 900 mil casos da doença e 46.247 mortes. Nesse estado, as mulheres são a maioria das pessoas infectadas pela doença, representando 55% dos casos. No município de Pato Branco houve até o momento a confirmação de 30.174 casos da doença e um total de 331 mortes (PARANÁ, 2023).

Neste panorama pandêmico são evidenciadas e aprofundadas situações de desigualdade em diversas frentes, para diversos grupos sociais e de diferentes formas. Judith Butler (2020, p.60) afirma que o vírus não discrimina, ele é uma ameaça iminente e coloca todas as pessoas sobre o risco de adoecer e perder a vida. Porém, isso não ocorre da mesma maneira para todas as pessoas, visto que há promotores de desigualdades que incluem o “nacionalismo, supremacia branca, violência contra as mulheres e contra as populações queer e trans – e a exploração capitalista [...]”.

Quando a doença chegou na América Latina, encontrou um cenário de falta de investimentos em políticas públicas, enfraquecimento dos vínculos regionais e a instabilidade política (LIMA; BUSS, SOUSA, 2020). No Brasil a chegada da pandemia se deu em um cenário de extrema instabilidade política dada principalmente pelo governo, do agora ex-presidente Bolsonaro, pelo modo de condução do Estado, da priorização das relações capitalista à despeito de todas as formas de vida, pelo aumento de grupos de extrema-direita, pelo negacionismo científico, e outros, que colocaram em ameaça a população brasileira, que ficou ainda mais vulnerável com a expansão da Covid-19.

Cabe ainda destacar que o mesmo projeto colonial que instituiu as hierarquias de raça, gênero, classe também colonizou a natureza e continua operando através da colonialidade, extraindo e explorando o planeta, colocando em risco a continuidade da vida. Nesse contexto, é importante refletir sobre a inter-relações das mudanças climáticas causadas pelo sistema de produção e consumo, especialmente ao considerarmos a pandemia de Covid-19 e seu impacto desproporcional sobre as mulheres não-brancas. Dessa forma, a pandemia nos convoca para uma reflexão profunda sobre a sociedade que temos construído, e, sobre pensarmos em novas formas de habitar o mundo, coexistindo com todas as formas de vida. É necessário ouvirmos a voz da terra que há muito tempo clama por socorro. Imaginar uma volta da normalidade no pós pandemia seria se curvar ao modelo que temos seguido até aqui, assim é necessário uma mudança. Pensar em caminhos e possibilidades de emancipação, principalmente na situação de pandemia e nesse quadro pós-pandêmico se faz necessário. As vozes que foram silenciadas pela violência colonial, como as das mulheres, precisam ser ouvidas e reproduzidas nos diversos espaços que compõe a coletividade.

Arturo Escobar (2020, p.317) aponta cinco eixos de ação podem ser considerados como alternativas a estas crises, a saber: 1) a re-comunização da vida

social; 2) a recolocação de atividades sociais, produtivas e culturais; 3) o reforço das autonomias. Para o autor, estes 3 primeiros eixos “apontam para a criação de vidas dignas nos territórios, para repensar nos territórios, para repensar a chamada economia em termos de cotidiano e práticas cotidianas de solidariedade, reciprocidade e convivência”. Os outros 2 eixos que se apresentam são: 4) a despratarcalização, desracialização e descolonização das relações; 5) a libertação da mãe terra. O quarto eixo tem o sentido de desnaturalizar os padrões impostos pela modernidade. Ele evidencia que as mulheres têm papel central nessa discussão e já lutam há anos através dos movimentos feministas por essas mudanças que provocam intensas alterações na realidade social, na reprodução de cuidados e da vida. Por fim, a terra liberta deixaria de ser escravizada pela exploração humana, capitalista, agrária que envenena e limita a vida. A terra em liberdade pode tecer a vida. Este é um projeto contínuo e para todas/os, pois compomos essa terra em que habitamos.

Diante das reflexões apresentadas sobre a pandemia de Covid-19, fica evidente que a crise está intrinsecamente ligada à colonização da natureza e às mudanças climáticas causadas pelo modelo capitalista de produção e consumo. A emergência da pandemia expôs as vulnerabilidades de diferentes grupos sociais, em especial as mulheres, que enfrentam sobreposição de desigualdades. Neste sentido, a luta e resistência contra as desigualdades e crises, incluindo a pandemia de Covid-19, são fundamentais. É necessário repensar a sociedade que temos construído, buscar novas formas de habitar o mundo e coexistir com todas as formas de vida. O cotidiano das mulheres durante esta crise será abordado na seção seguinte, ampliando a compreensão das alterações na renda, dificuldades financeiras, acesso a políticas sociais, impacto na saúde e percepção do estado de ânimo, por meio da realidade vivida por algumas mulheres como exemplo ilustrativo destas questões.

## 5.2 COTIDIANO NA PANDEMIA

Esta seção está organizada em 2 tópicos principais: o primeiro aborda os impactos da pandemia na renda domiciliar das mulheres, as principais dificuldades financeiras encontradas e o acesso a políticas sociais de renda e a serviços públicos de atendimento. O segundo tópico aborda as questões específicas de saúde

relacionadas a pandemia. Em ambos procuramos evidenciar as consequências que a pandemia teve na vida das mulheres.

### 5.2.1 Impactos na renda domiciliar e o acesso a políticas sociais e serviços públicos

Durante a pandemia de Covid-19 ocorreu uma diminuição na renda total do domicílio para 69 mulheres, representando mais de 53% das participantes da pesquisa, ou seja, mais da metade sofreu impactos financeiros. Estes impactos refletiram em dificuldades para adquirir itens básicos, incluindo alimentos, que são essenciais na vida das pessoas. Das mulheres não-brancas que participaram da pesquisa, mais de 61% tiveram diminuição em sua renda familiar e enfrentaram consequentes dificuldades relacionadas a isto. O resultado corrobora com uma pesquisa realizada pela Sempre Viva Organização Feminista (SOF, 2020) com 2.641 mulheres no Brasil, que também evidenciou que a maior parte das mulheres que enfrentaram dificuldades financeiras durante a pandemia foram mulheres não-brancas. A fim de apresentar as principais dificuldades evidenciadas pelas mulheres, construímos a Tabela 14.

**TABELA 14 DIFICULDADES FINANCEIRAS ENFRENTADAS NA PANDEMIA**

Dificuldades para:	Quant. Mulheres
Comprar alimentos	11
Comprar gás de cozinha	3
Comprar medicamentos	10
Pagar contas (água, luz, aluguel, outras)	29
Outras: Pagar faculdade	1

**Fonte: Autoria própria (2023).**

A dificuldade financeira mais evidenciada pelas mulheres foi o pagamento de contas, incluindo água, luz, aluguel e outras despesas. Um total de 29 mulheres enfrentaram tais dificuldades, que abrangem os gastos básicos do lar. Em seguida, surgiram dificuldades relacionadas à compra de alimentos, medicamentos, gás de cozinha e pagamento de faculdade. Gostaríamos de destacar 3 mulheres que mencionaram dificuldades para comprar gás de cozinha. Elas também enfrentaram dificuldades na aquisição de alimentos, medicamentos e pagamento de contas. As realidades da Carolina, Dandara e Tereza, que já foram apresentadas nos capítulos anteriores, revelam inter-relações das dificuldades enfrentadas durante a pandemia.

Além de racializadas, também enfrentam desigualdades socioeconômicas que podem ter contribuído para restrições no acesso a itens básicos, como alimentos. Elas enfrentam ainda barreiras educacionais que podem estar diretamente relacionadas às suas condições de trabalho. A maternidade também é um indicador importante em suas vidas, uma vez que são mães 9, 7 e 2 filhas(as), respectivamente. Estas mulheres estão entre aquelas que acessam o Auxílio Brasil, o qual auxilia no suprimento de suas necessidades básicas. Durante a pandemia elas precisaram ainda mais do acesso a políticas sociais. É crucial ressaltar a importância desse acesso, assim como o acesso a serviços públicos, especialmente para mulheres em situações de maior vulnerabilidade, que se intensificaram na pandemia.

Dandara compartilhou uma situação que até então eu só tinha visto em noticiários, envolvendo o gás de cozinha. Com o aumento dos preços e uma renda escassa, Dandara não teve mais condições de comprar gás durante a pandemia e precisou encontrar outra forma de cozinhar, improvisando uma solução. Ela não tinha recursos para adquirir gás e passou a utilizar álcool líquido como combustível. Dandara contou que improvisou um "fogão" usando dois tijolos pavers e uma latinha que servia como recipiente para o álcool. Além disso, ela estava sem energia elétrica há três meses, pois não conseguia pagar as faturas atrasadas. Esta situação ocorreu em dezembro, no auge do verão, com temperaturas elevadas. No entanto, diante de mim, estava uma pessoa sem energia elétrica, o que significa que ela não tinha geladeira, mesmo em meio ao calor intenso do verão, e precisava recorrer ao uso do álcool líquido para cozinhar.

Apresentamos a seguir a Tabela 15, que traz dados referentes às políticas sociais acessadas pelas mulheres durante a pandemia de Covid-19.

**TABELA 15 ACESSO À POLÍTICAS SOCIAIS DURANTE A PANDEMIA**

<b>Tipo</b>	<b>Quant. Mulheres</b>
Não	97
Sim, sem especificação	8
Sim, Auxílio Emergencial	23
Sim, Pronampe	1
<b>Total</b>	<b>129</b>

**Fonte: Autoria própria (2023).**

De acordo com a tabela, é possível observar que a maioria das mulheres não acessou renda por meio de políticas sociais durante a pandemia de Covid-19. Por

outro lado, 8 mulheres acessaram, sem especificar a política. Além disso, 23 mulheres acessaram o Auxílio Emergencial<sup>24</sup> e uma mulher acessou o Pronampe<sup>25</sup>. Carolina, Dandara e Tereza estão entre as mulheres que acessaram o Auxílio Emergencial. A Nísia, que foi demitida logo no início da pandemia, também precisou buscar o auxílio. Após sua demissão, Nísia, precisou buscar meios de acesso a renda, ela enfrentou limitações financeiras e teve dificuldade para comprar medicamentos. Relatou que conseguiu acessar o Auxílio Emergencial, porém só conseguiu por 2 meses e depois disse não saber o porquê parou de receber.

Além do acesso a políticas sociais de renda, 14 mulheres precisaram do auxílio de serviços de órgãos públicos durante a pandemia. Em sua maioria, estes serviços estavam relacionados ao Sistema Único de Saúde (SUS), que foi um serviço público fundamental durante toda a pandemia, inclusive para o atendimento das pessoas em situações mais vulneráveis. Na Secretaria de Assistência Social do município, acessaram o CRAS e o CREAS. Em seguida, estão os serviços ligados à Secretaria Municipal de Saúde, como Unidade Básica de Saúde (UBS), Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Orientação e Apoio Sorológico (COAS) e Conselho Tutelar. Também foram mencionados serviços ligados à Secretaria de Segurança Pública Estadual, como a Delegacia da Mulher, e o CEU das Artes, que está vinculado à Secretaria de Educação

---

<sup>24</sup>O Auxílio Emergencial foi um benefício financeiro, disponibilizado durante a pandemia de Covid-19, para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Foi estabelecido pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que dispunha sobre critérios de elegibilidade e valores a serem pagos, além de determinar os procedimentos e prazos para a solicitação e o recebimento do benefício. O objetivo era garantir uma renda mínima para a população que se encontrava em dificuldades financeiras durante a pandemia. A lei concedia, pelo período de 3 meses, o auxílio no valor de R\$600,00 (seiscentos reais) para as pessoas que cumprissem os critérios de elegibilidade. Com a continuidade da pandemia foi instituído, pela medida provisória n. 1.000 de 2 de setembro de 2020, o Auxílio Emergencial Residual. A medida previa o pagamento, em até quatro parcelas mensais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) às pessoas que já eram beneficiadas através da Lei n. 13.982. Posteriormente, a medida provisória n. 1.039, de 18 de março de 2021, instituiu o pagamento, em até 4 parcelas mensais no valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais), a fim de instituir o Auxílio Emergencial daquele ano (BRASIL, 2020a; 2020b; 2021b). Sobre esta última medida provisória, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE, 2021), o valor baixo não era suficiente para garantir a alimentação básica da população. Fixado em R\$ 250,00 e com novas restrições impostas, como a de que apenas uma pessoa por família poderia receber, o valor não era suficiente para garantir a segurança alimentar das famílias atendidas, visto que a cesta básica estava mais cara que o valor disponibilizado. O DIEESE (2021) concluiu que o novo auxílio tinha um alcance limitado, excluindo trabalhadoras/es com emprego formal ativo e pessoas que recebiam benefícios previdenciários ou assistenciais, sendo desta forma insuficiente e não atendendo às necessidades da população.

<sup>25</sup>O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) que sancionado pela Lei 14.348 é uma linha de crédito criada como uma medida durante a pandemia para facilitar o acesso a empréstimos a pessoas que possuem Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (MEI). Posteriormente, tornou-se uma política de crédito permanente. (AGÊNCIA SENADO FEDERAL, 2022).

no Departamento de Cultura, mas presta serviços socioassistenciais em conjunto com a comunidade. Tereza, uma das mulheres que precisou contar com a ajuda do CRAS para conseguir alimentos, fez uma denúncia em relação à realidade local. O bairro onde aquele CRAS está localizado pertence a uma das regiões periféricas do município e enfrenta problemas relacionados ao acesso aos serviços públicos. Segundo Tereza, esta condição acaba interferindo na assistência prestada pelo órgão.

*Nós vinhamos no CRAS, para se humilhar, ser humilhado. Pois na realidade não sai do bolso deles, eles estão ali pra ajudar a gente, mas fazer visita [domiciliar] mesmo eles não fazem. Eles não fazem visita para ver e dizer assim: 'essa pessoa realmente está precisando'. [...] Eu cansei de ver gente saindo chorando dali, dela [servidora pública] dizer assim: 'olha eu tenho alimento mas não vou te ajudar'. A gente não é contra eles gostarem das outras pessoas. Se ir uma pessoa drogada agora lá [...], viciada em droga, a pessoa chega e pega a cesta, ela pega duas, três vezes a cesta durante o dia e sai na esquina e vai vender e volta pedindo outra e eles dão. Não sei se é medo ou que é que eles têm. Porque ali, na realidade, ali onde se localiza o CRAS é tipo uma favelinha. Não sei se é o medo das pessoas drogadas ou o que? E aquelas pessoas que realmente precisam eles não ajudam. E as pessoas viciadas em droga eles dão a cesta, a pessoa sai ali na rua e vende por quinze, vinte reais, volta de novo e eles entregam de novo. [...] É difícil, olha, foi dia dezessete, foi o dia do sacolão, que é um sacolão de frutas e verduras, que eles dão. Um sol quente, todo mundo tem que ficar na fila e tem gente que começa chegar nove horas da manhã e eles vão entregar as senhas só uma e meia da tarde. [...]. Daí quando deu uma e meia, chegaram os drogados lá 'ó guarde minha sacola aí que nós já passamos pegar' e o que aconteceu? Aqueles lá foram primeiro do que aqueles que estavam na fila, tinha gestante, idoso, e eles entregaram para aqueles primeiro e depois para as gestante, para os idosos. Tem a fila dos idosos, das gestantes e daqueles que tem crianças pequenas. E daí tem outra fila, que é a fila normal. Os drogados pegaram primeiro do que os idosos, do que as gestante que estavam desde manhã e eles nem ficam na fila só chegam: 'quero minha sacola' (Tereza, interlocutora, 2023).*

A denúncia feita por Tereza revela uma série de problemas, incluindo a falta de visitas domiciliares às famílias atendidas pelo órgão, o que pode indicar falta de acompanhamento adequado e uma desconexão entre os serviços oferecidos e as demandas locais. Além disso, há a ausência de critérios claros que sejam compreendidos pela população, resultando em algumas pessoas em situação de extrema vulnerabilidade sendo deixadas de lado e saindo do local do atendimento sem conseguirem o acesso básico aos alimentos necessários. Há também uma falta de priorização na distribuição das cestas de alimentos, desrespeitando as filas e negligenciando grupos prioritários, como gestantes, idosos e pessoas com crianças. Em contraste, conforme Tereza, algumas pessoas são atendidas de forma privilegiada, não respeitando a fila, e pegando mais de uma vez.

Considerando as análises, entendemos que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres durante a pandemia estão inter-relacionadas com aspectos discutidos anteriormente, que se referem aos indicadores das categorias de análise "mulheres" e "trabalho". Somados aos impactos diretos da pandemia na saúde das mulheres e de seus familiares, fica evidente que as mulheres foram afetadas de forma intensa. Antes de adentrarmos nos efeitos diretos da pandemia na saúde das mulheres, gostaríamos de mencionar novamente a experiência de Carolina, especialmente em relação à sua filha de 14 anos. Esta experiência revela os abismos sociais e educacionais que se intensificaram com a pandemia de Covid-19, e que terão um impacto direto na vida de milhares de crianças e adolescentes. Consideramos que isso se relaciona com o acesso às políticas sociais, que são essenciais e, se implementadas de forma efetiva e trabalhadas de forma transversal, podem contribuir para a melhora das condições de vida das pessoas.

Os impactos da pandemia refletiram de forma intensa na vida de Carolina e de sua família. Suas filhas(os) enfrentaram dificuldades referentes às aulas, principalmente a filha de 14 anos, que tem câncer. Além das dificuldades de acompanharem aulas remotas por não possuírem computador e acesso à internet, quando as aulas voltaram a ser presenciais, o uso de máscaras de proteção era obrigatório. No entanto, a filha de Carolina, devido problemas respiratórios derivados da sua doença, não conseguia ficar de máscara por muito tempo, o que a impossibilitou de participar das aulas presencialmente. Carolina me relatou como o período foi difícil:

*foi bem sofrido, bastante coisa para fazer dentro da casa. Segurando as crianças dentro de casa. Computador e coisas que a gente não tinha. As crianças pegavam atividades na escola e tinham que fazer em casa. Baixavam as coisas no celular para poder estudar. [...] Foi sofrido porque a menina, como ela tem esses problemas, ela quase não podia ficar muito com a máscara. Para ela foi bem sofrido. Ela estudava mais em casa do que no colégio, por causa dessas coisas. As vezes ela só chegava no colégio pegava umas folhas e o caderno e virava de volta. Eles passavam o que era para ela fazer e ela tinha que fazer em casa, por causa da máscara. [...] Diz o médico que ela tem falta de ar por causa do mesmo problema dela [...] e ela pegou Covid, pegou e se recuperou bem ligeiro, só foi para o posto e já voltou pra casa (Carolina, interlocutora, 2023).*

Enquanto Carolina me contava essas coisas, eu ficava pensando no quanto as crianças e adolescentes perderam em relação à educação na pandemia, principalmente, aquelas que enfrentam desigualdades relacionadas à raça, classe, condições de saúde alteradas, falta de

acesso às TIC's, entre outros fatores. E quanto às crianças mais novas de Carolina, de 4 e 9 anos, que estão em uma fase de aprendizado lúdico e processo de alfabetização, como foi o seu processo de aprendizagem?

Um abismo que vai se formando, desde a infância, em relação ao acesso aos direitos básicos, como a educação de qualidade. Uma nota técnica, divulgada pela organização da sociedade civil Todos pela Educação (2021), destacou os impactos da pandemia na alfabetização das crianças de 6 e 7 anos. De 2019 a 2021, houve um aumento de 66,3% no número de crianças que ainda não estavam alfabetizadas. Anteriormente, este percentual era de 4 a cada 10 crianças, mas passou para 6 a cada 10 crianças, que ainda não sabem ler e escrever. As crianças em situação de desigualdades raciais e socioeconômicas são a maioria neste quadro.

Estas dificuldades enfrentadas pelas mulheres estão inter-relacionadas com os aspectos discutidos nos capítulos anteriores. As experiências das mulheres revelam abismos sociais e educacionais que se intensificaram com a pandemia. Além de destacar ainda mais a importância do acesso às políticas sociais para melhorar suas condições de vida. Na próxima seção abordaremos os impactos diretos da pandemia na saúde das mulheres.

### **5.2.2 Impactos diretos da pandemia de Covid-19 na saúde das mulheres**

Mais da metade das mulheres que participaram da pesquisa tiveram a doença de Covid-19 diagnosticada, 57 mulheres afirmaram que pegaram Covid-19 uma vez, e 12 delas tiveram reinfecção pela segunda vez. No total, mais de 53% das mulheres foram infectadas pela doença e 2 precisaram ser internadas. 25 mulheres relataram sequelas decorrentes da Covid-19, sendo que as sequelas mais frequentes estavam relacionadas a alterações neurológicas, principalmente ligadas a memória. Elas mencionaram diminuição da memória de curto prazo, dificuldade de raciocínio, esquecimento frequente, lapsos de memória, perda parcial da memória e problemas de memória. Além disso, relataram ansiedade e alteração na visão e no olfato. Também cansaço extremo, dificuldade na respiração, dores nas pernas e articulações, enxaqueca frequente, fadiga constante, hipertensão, imunidade baixa,

tosse e tosse crônica, e zumbidos no ouvido. Uma revisão integrativa de estudos relacionados às principais sequelas da Covid-19 apontou que a maior prevalência encontrada foi de estudos que apontam as mulheres como as principais afetadas por alterações de saúde decorrentes da Covid-19. As sequelas neurológicas foram as mais identificadas e prevaleceram em mulheres na faixa etária de 30 a 50 anos. Ademais, as alterações relacionadas ao olfato e paladar também foram mais frequentes em mulheres (AGUIAR, *et al.*, 2022).

Em relação à vacinação contra a Covid-19, 51 mulheres haviam tomado pelo menos uma dose da vacina no momento da pesquisa. Outras 17 já haviam recebido 2 doses, 39 mulheres haviam sido vacinadas 3 vezes e 18 mulheres tinham 4 doses da vacina. Por outro lado, 3 mulheres indicaram não terem tomado nenhuma dose. As idades dessas mulheres são 37, 44 e 51 anos, respectivamente. A primeira é uma mulher branca com ensino superior completo, pertencente aos 3 estratos socioeconômicos mais altos e que manteve seu trabalho durante a pandemia. Ela relatou ter sido diagnosticada com Covid-19 por 2 vezes e, no momento da pesquisa, estava grávida, mas não especificou o motivo para não ter tomado a vacina. A segunda mulher é a Dandara, que contou que ela e seus filhos não fizeram nenhuma dose da vacina, porém não especificou os motivos. A terceira mulher é branca, possui ensino fundamental incompleto e está entre os 3 estratos socioeconômicos mais baixos. Ela não trabalhava de forma remunerada, no período anterior a pandemia, e permaneceu desempregada. Ela mencionou que não teve a doença diagnosticada. Considerando que a pesquisa foi realizada entre o final do ano de 2022 e início de 2023

A primeira vacina aplicada no Brasil foi no dia 17 de janeiro de 2021, e uma mulher negra, a enfermeira, chamada Mônica Calazans foi a primeira pessoa a receber a dose. Em Pato Branco a primeira dose foi aplicada na mesma semana em que a vacina teve início no Brasil, dia 20 de janeiro de 2021 sendo a primeira dose aplicada também em uma mulher negra, e também enfermeira - Eunícia Lourenço - que atua na área de enfermagem há mais de 37 anos. Quando a vacinação começou no Brasil o país já registrava quase 200 mil óbitos devido à doença. O contexto político negacionista contribuiu para o atraso no início da vacinação no país. O diretor do Instituto Butantan, em seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, relatou que a primeira oferta de vacinas ao Ministério da Saúde foi feita em julho de 2020, com a possibilidade de entrega das doses no último trimestre daquele

ano. Caso o Ministério tivesse respondido à oferta, o Brasil poderia ter sido o primeiro país a iniciar a vacinação. Em dezembro de 2020, o Instituto Butantan já possuía quase 10 milhões de doses da CoronaVac, mas a vacinação no país teve início apenas em janeiro de 2021 (AGÊNCIA SENADO FEDERAL, 2021).

A condução negligente da pandemia pelo governo do ex-presidente Bolsonaro contribuiu para mais de 120 mil mortes, que poderiam ter sido evitadas apenas no primeiro ano da crise. Neste campo, 4 fatores combinados contribuíram para a resposta negativa do Brasil diante da situação, que incluem a minimização da gravidade da pandemia, o negacionismo científico, a adoção de um "tratamento precoce"<sup>26</sup> enganoso e sem base científica, políticas inadequadas em termos de renda e administração do sistema de saúde, a falta de continuidade administrativa no Ministério da Saúde e a inércia dos comitês de crise (WERNECK; BAHIA; MOREIRA; SCHEFFER, 2021).

O número de óbitos associados à Covid-19 em pronto-atendimento ou pronto-socorro de 20.642 expressa a dramática e paradoxal situação das filas de espera (para pessoas com risco iminente de morte) para unidades hospitalares com UTI durante a pandemia. Foram mortes que ocorreram mais entre negros, indígenas e amarelos (13,1%) do que em brancos (9,2%) e se concentraram, quase exclusivamente, em estabelecimentos públicos [...]. É importante afirmar que as informações sugerem retenção do acesso e que as mortes em instalações de urgência e emergência não foram igualmente distribuídas. Ocorreram especialmente na população que buscou a rede pública, integrada por uma maior proporção de negros e pessoas com menor status de renda e possivelmente mais vulneráveis (WERNECK; *et al*, 2021, p.30; 35 - grifo meu).

Estes dados revelam, entre outros fatores, ações negligente que levaram a mortes desnecessárias, além de desigualdades no acesso à saúde, com a população que busca a rede pública, composta por uma proporção maior de negros e pessoas com menor status de renda, enfrentando maior vulnerabilidade.

Para Tereza, a Covid-19 apresenta mais riscos para as pessoas que tem problema de pulmão. Para ela: “*esse negócio aí é uma gripe normal*”. Apesar da afirmação, relatou que ela e os 2 filhos já haviam tomado 2 doses da vacina. Tuira

---

<sup>26</sup>De acordo com Ivanir Ferreira (2021), o tratamento precoce da Covid-19 no Brasil, ficou também conhecido como “Kit Covid”. Ele foi recomendado por autoridades públicas, médicos e amplamente difundido nas redes sociais. O *kit* incluía um conjunto de medicamentos: hidroxicloroquina, ivermectina, nitazoxanida, azitromicina e corticosteroides sistêmicos, que eram considerados, por quem indicava o uso, como uma opção para evitar hospitalizações e mortes. No entanto, é importante ressaltar que as alegações careciam de comprovação científica.

expressou o seu pensamento a respeito da administração da pandemia pelos órgãos governamentais:

*A falta de atenção por órgãos governamentais em dar apoio às pessoas na Pandemia, levou a tantas mortes devido a COVID19. Isso incomodou e deixou no ar muita tristeza e muita revolta. E hoje temos a fome pairando o país e falta renda para as pessoas sobreviverem com dignidade. Isso é que mais incomoda (Tuira, interlocutora, 2022).*

Também Celia, 38 anos, mulher banca, mãe de 3 crianças entre 4 e 9 anos, expressou o seu pensamento a respeito da administração da pandemia por parte do governo. *“Profundo medo e insegurança com relação às políticas públicas no manejo da pandemia, pois não foram pautadas na ciência e no bem estar da população”* (Celia, interlocutora, 2022).

Elza é uma mulher não-branca de 52 anos, dona de casa. Conversamos no CEU das Artes, em uma tarde ensolarada. Ficamos sentadas em um banco, ao ar livre, e em meio às perguntas do questionário ela me contava sobre sua vida, marcada por perdas e dores. Quando perguntei se ela tinha filhas(os), ela me contou, com semblante muito triste, que em 2009 teve um aborto de sua primeira filha, Vitória, aos 5 meses e meio de gestação. Em 2010, teve outro aborto espontâneo, e em 2013 teve uma gravidez embrionária. Elza considerava sua sobrinha, de 27 anos, como sua filha do coração. No entanto, novamente muito entristecida, ela me falou: *“o problema da pandemia foi a dor da perda”*. Elza disse isso com os olhos marejados ao contar que perdeu sua sobrinha, que considerava filha, para a Covid-19. A sobrinha era jovem, não tinha comorbidades e faleceu quando ainda não haviam chegado as vacinas. Quando ela precisou ser internada, não havia leitos disponíveis em Pato Branco, e ela foi transferida para uma cidade vizinha. Lá, permaneceu na UTI e ficou entubada por 10 dias, vindo a óbito em seguida. Elza contou que ela e sua família não puderam ver e nem se despedir da sobrinha por meio de um velório, e que o corpo dela foi enrolado em um saco de lixo. Ao final de nossa conversa, quando perguntei se havia algo mais que ela gostaria de relatar, Elza falou sobre o atraso na vacinação por parte do governo e, novamente com os olhos cheios de lágrimas, referiu-se à sobrinha: *“ela podia estar aqui”*.

Nilda é uma mulher branca de 63 anos, dona de casa e estudante no curso de salão de beleza. Ela contou que seu filho mais velho, de 39 anos, teve Covid-19 quando ainda não havia vacinas disponíveis. Ele precisou ficar entubado por 35 dias

e, até o momento da pesquisa, Nilda mencionou que ele ainda apresentava sequelas da doença. Ela relatou que tudo foi muito difícil durante aquele período. Já Maria P., uma mulher branca de 63 anos, cabelereira e artesã, relatou que possui alergias e que elas aumentaram e pioraram após receber 3 doses da vacina contra a Covid-19. Ela expressou medo e afirmou que não tomaria mais nenhuma dose. Segundo ela, seu filho mais novo passou mal após receber a primeira dose da vacina, e seu filho mais velho, que recebeu 2 doses, desenvolveu trombose. Um médico afirmou que estes problemas estavam relacionados às vacinas.

As falas e relatos das mulheres expressam sentimentos de medo, insegurança, tristeza e revolta em relação à gestão da pandemia. Elas mencionam a falta de atenção, apoio e políticas públicas embasadas na ciência e no bem-estar da população. A falta de ação efetiva resultou em muitas mortes e situações difíceis, como a perda de entes queridos, conforme relatado por Elza. Além disso, a demora na vacinação também é mencionada como uma questão preocupante. As falas apontam para uma condução negligente da pandemia que contribuiu para um alto número de mortes evitáveis. Esta questão faz lembrar algumas falas repugnantes do ex-presidente Bolsonaro, tais como: *"gripezinha"*; *"está superdimensionado o poder destruidor desse vírus"*; *"eu não sou coveiro"*; *"e daí, lamento. Quer que eu faça o que? Sou Messias, mas não faço milagre"*; *"se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso"*; *"não há nada comprovado cientificamente sobre essa vacina aí"*; *"temos que enfrentar os nossos problemas. Chega de frescura e de mimi. Vão ficar chorando até quando?"*. *"E eu apostei na hidroxiclороquina [...]. E, logicamente, eu comecei a pregar isso no Brasil, a dar exemplo, e comecei a andar no meio do povo"*. (QUEIROZ, 2022).

Estas falas e relatos refletem a realidade de uma condução negligente da pandemia e destacaram a falta de empatia, despreocupação com a saúde pública e desinformação por parte do governo federal.

As diferentes implicações da pandemia na realidade de cada uma das mulheres, causaram impactos em sua saúde. Sobre a percepção das mulheres em relação ao seu estado de saúde durante a pandemia, a maioria delas, aproximadamente 59%, afirmou que a pandemia resultou em mudanças em sua saúde geral, piorando suas condições de vida. Das quais, 33 mulheres receberam diagnósticos durante a pandemia, sendo a maioria relacionada à depressão e ansiedade, seguidos por doenças cardíacas e pulmonares. Na questão que se referia

ao estado de ânimo na pandemia, as mulheres tinham a opção de marcar mais de uma alternativa ou descrever o que sentiam, a partir disto foi possível evidenciar uma série de sentimentos expressados, evidenciados na Tabela 16.

**TABELA 16 PERCEPÇÃO QUANTO AO ESTADO DE ÂNIMO NA PANDEMIA DE COVID-19**

Me senti	Recorrências
Ansiosa, nervosa	72
Insegura	49
Irritada, estressada	58
Me senti bem	14
Medo	52
Sozinha	24
Triste, deprimida	43
Outros	-
Abandonada	1
Incapaz de fazer o que era preciso	1
<b>Total</b>	<b>314</b>

**Fonte: Autoria própria (2023).**

Ao todo foram 314 recorrências de sentimentos que fazem referência, respectivamente ao se sentir ansiosa, nervosa, irritada, estressada, com medo, insegura, triste ou deprimida, sozinha, abandonada, incapaz de fazer o que precisava ser feito. É importante destacar que, apesar dos sentimentos negativos que predominaram, algumas mulheres mencionaram que se sentiram bem durante a pandemia (Me senti bem). Porém, dentre as 14 recorrências, apenas 8 mulheres referiram se sentir bem, de forma isolada dos outros sentimentos. Os resultados apontam para a diversidade de situações enfrentadas pelas mulheres, expressas através de sentimentos em sua maioria desafiadores. A fim de destacar algumas situações evidenciamos a seguir algumas respostas e falas das mulheres.

Dandara não foi diagnosticada com Covid-19 e não havia recebido nenhuma dose da vacina até o momento em que nos encontramos. Fiquei me questionando sobre o acesso à informação e a negligência do governo em relação à pandemia. Pensei nas notícias falsas amplamente divulgadas e em todas as circunstâncias que poderiam ter influenciado sua decisão de não se vacinar. No entanto, ela não entrou em detalhes a respeito disso. Sobre suas condições de saúde, ela referiu piora com a pandemia, disse ter bronquite, asma, depressão e ser soropositiva, condições que foram agravadas neste período. Além disto, Dandara é usuária de crack e disse que seu consumo aumentou durante a pandemia. Ela também relatou que mais

peessoas começaram a fumar crack neste período. Quanto ao seu estado de ânimo, ela se sentiu triste, deprimida, irritada, estressada e insegura. A falta de crack a deixava ansiosa. Ela também mencionou sentir-se abandonada, destacando a palavra como se expressasse dor. Cada sílaba parecia transmitir uma carga de palavras que não cabiam em nossa conversa, mas que atravessavam sua realidade de vida. Ao final de nossa conversa tive a oportunidade de dar um abraço em Dandara, ela me abraçou forte e agradeceu pelo momento de trocas que tivemos juntas.

Tereza possui alterações de saúde que a limitam a desempenhar certas funções. Com a pandemia, enfrentou uma piora em suas condições e também teve dificuldades em acessar os tratamentos adequados. Ela disse ter recebido o diagnóstico de gastrite nervosa, mas não fez o tratamento porque o medicamento era caro e ela não tinha condições de comprar. Segunda ela, uma caixa com 7 comprimidos custava R\$235,00. Ela mencionou ter problemas na coluna: *“na coluna eu não sei explicar o que é, eu tenho todos os exames lá em casa. [...] tem que operar também e colocar pino e parafuso [...] o ano passado eu já fiz três tomografias da coluna”*. Além disso, ela disse ter 2 hérnias umbilicais e está aguardando a cirurgia, além de ter miomas no útero e precisar retirar o órgão. Tereza também compartilhou que passou por uma cirurgia de vesícula, que agora estava apresentando complicações e que precisaria refazer o procedimento. Além destas condições, ela possui depressão e é hipertensa. Relatou que se sentiu irritada e estressada durante a pandemia pela obrigatoriedade do uso de máscaras.

Vilma, também sentiu piora nas condições de saúde, vivia em constante estado de esgotamento, mas acabou não buscando tratamento no período. Ela sentiu-se sozinha, ansiosa, nervosa, irritada e estressada, estados que podem refletir como as cargas de dupla e tripla jornadas de trabalho das mulheres nos impossibilita vislumbrar o fim dos trabalhos, e voltar a nossa atenção aos próprio desejos e necessidades. Vilma, é mãe de uma criança com TEA e experimenta a carga de trabalho de cuidados para com crianças neurodiversas, aspecto que traz ainda mais desafios, se referindo a tristeza em evidenciar a regressão do filho sem as terapias presenciais. Um estudo de Jeane Barros de Souza *et al.* (2022) identificou como a pandemia de Covid-19 teve impactos sobre a saúde das mulheres mães de crianças autistas, elas apresentaram *“cansaço, desânimo e depressão [...], tiveram que ser mãe, esposa, dona de casa e terapeuta,”* (SOUZA, *et al.*, 2022, p.13).

Maria Bonita, 37 anos, branca, autônoma, mãe de 2 pré adolescentes, um deles com TEA registrou: *“Sofremos os danos da pandemia até o presente, na saúde mental, na aprendizagem das crianças, no equilíbrio financeiro”* (Maria Bonita, interlocutora, 2022).

Anita, que não especificou sua idade, branca, professora, mãe de 2 filhas(os) escreveu que *“o isolamento social me deixou deprimida e hoje não consigo ainda ficar com muita gente ao redor”* (Anita, interlocutora, 2022).

Mercedes, 44 anos, não-branca, professora, mãe de 2 filhas(os) deixou pontuado que *“as pessoas como um todo sofreram, acredito que o medo nos deixou perdidos e nos afetou psicologicamente, penso que todos deveríamos ter acompanhamento psicológico, pra superar alguns traumas e melhorar a autoestima”* (Mercedes, interlocutora, 2022).

As narrativas das mulheres destacam as dificuldades enfrentadas no acesso a informações confiáveis e tratamentos adequados, além das limitações financeiras e barreiras no sistema de saúde. A falta de suporte adequado do governo e a disseminação de notícias falsas contribuíram para a piora das condições de saúde das mulheres. Além disso, as cargas adicionais de trabalho e responsabilidades, incluindo o cuidado de crianças com necessidades especiais, são demandas que resultaram em esgotamento físico e emocional. Diante deste contexto fica evidente a necessidade de políticas públicas efetivas que priorizem a saúde e o bem-estar das mulheres, garantindo acesso à informações confiáveis, tratamentos adequados e suporte psicológico, principalmente em contextos de crise, como a da pandemia de Covid-19.

Outro ponto que cabe destacar, que também esteve presente na vida de algumas mulheres durante a pandemia diz respeito a gravidez. Tendo em vista que, 21 mulheres engravidaram ou tiveram filhas (os) durante a pandemia e 3 tiveram perdas gestacionais. Este fator, somado às características individuais e socioeconômicas de cada uma, além das alterações e sobrecargas de trabalho e de todos os sentimentos envolvidos por estar em meio a pandemia de Covid-19, fez com que elas experimentassem situações desafiadoras no período em questão. As condições enfrentadas pelas mulheres foram marcadas por dificuldades psicológicas, isolamento social e falta de apoio para a realização dos cuidados com o bebê e outras(os) filhas (os). O isolamento social imposto pela pandemia afetou diretamente o suporte emocional e a interação com amigas(os) e familiares, tornando a experiência

da gravidez e do puerpério ainda mais desafiadora. A falta de contato com pessoas próximas causou a sensação de solidão e a sobrecarga física e emocional.

Houve também relato da dificuldade de acesso a tratamento psicológico adequado, pela demora no atendimento pelo SUS para receber atendimento após uma perda gestacional. Outro desafio significativo foi o medo de contrair a doença e transmiti-la para o bebê durante a gestação. E ainda, o agravamento da pandemia e a necessidade de restrição de contato com pessoas que poderiam ajudar no cuidado do bebê também contribuíram para a sobrecarga emocional e física destas mulheres. O isolamento social e a falta de apoio foram mencionados repetidamente como desafios enfrentados durante a gestação e o puerpério. A impossibilidade de compartilhar experiências com amigas e familiares, bem como a falta de suporte no cuidado com o bebê, contribuíram para sentimentos de solidão, exaustão e sobrecarga. A ausência de uma rede de apoio adequada afetou o bem-estar das mulheres nesse momento crucial de suas vidas. Uma mulher também enfrentou situação específica decorrente da pandemia, de ter seu bebê durante o pior momento da crise sanitária, com hospital lotado e com riscos de contaminação. O recém-nascido foi infectado pelo vírus, adicionando ainda mais preocupação e estresse para esta mãe. Destacamos abaixo alguns registros de respostas que retratam as situações vivenciadas.

Clarice, 43 anos, servidora pública, segunda gestação, foi diagnosticada com depressão durante a pandemia, não teve a doença de Covid-19 e afirmou ter tomado vacina, sem especificar número de doses. “[...] o maior desafio foi permanecer em casa a maior parte do tempo, sem contato com amigas e parentes. Após o bebê nascer, o desafio foi ter meu filho mais velho comigo o tempo todo também, exigindo minha atenção enquanto eu cuidava do bebê” (Clarice, interlocutora, 2022).

Chiquinha, 36 anos, autônoma, segunda gestação, não teve a doença e afirmou ter tomado todas as doses de vacina recomendadas. Escreveu que os maiores desafios de estar grávida na pandemia incluíram: “medo de contrair a doença e passar para o bebê, isolamento social incluindo familiares e amigos, conciliar trabalho home office com cuidados com bebê” (Chiquinha, interlocutora, 2022).

Olga, 30 anos, autônoma, primeira gestação, teve a doença de Covid-19 diagnosticada uma vez. Tomou vacina, mas não especificou o número de doses. Os desafios que enfrentados no período foram registrados por ela. “Medo de pesquisas posteriores que apontassem alguma sequela em bebês cuja mãe contraiu Covid durante

*a gestação, agravamento da pandemia, ter restrição de pessoas que pudessem ajudar pelo risco de contágio da doença” (Olga, interlocutora, 2022).*

Em relação às três mulheres que tiveram perda gestacional durante a pandemia, suas idades são de 32, 41 e 46 anos, respectivamente, todas mulheres brancas. Nenhuma delas estava em sua primeira gestação e todas receberam a vacina contra a Covid-19. No entanto, apenas uma delas mencionou o número de doses recebidas, que foi de 3. Das 2 mulheres que foram diagnosticadas com a Covid-19, uma delas precisou ser internada. A mulher de 32 anos não especificou o motivo da perda ou a idade gestacional. A mulher de 41 anos relatou que perdeu o bebê devido a uma má formação e mencionou ter diabetes, mas desconhece o motivo pelo qual o bebê se desenvolveu desta maneira. Por fim, a mulher de 46 anos informou ter perdido o bebê com 21 semanas de gestação. Observa-se que as mulheres que passaram por experiências dolorosas e traumáticas, em um dos momentos que mais precisavam de apoio e assistência, experimentavam o isolamento social devido a pandemia.

Houve outras situações vivenciadas pelas mulheres durante a pandemia, situações que envolvem violências. Delas, 15 mulheres afirmaram terem sido vítimas de violência e uma respondeu que não se sentia à vontade para falar a respeito. As violências sofridas foram em sua maioria psicológicas, seguidas de violência moral, patrimonial, sexual e física. Das que descreveram a violência sofrida, as violências envolveram desde constrangimento por estar cumprindo isolamento social e fazendo uso de Equipamento de Proteção Individual EPI, também por ser mulher em cargo de chefia, até violência sexual por meio das redes sociais. Dandara, que já conhecemos, além de enfrentar diversos desafios, foi vítima de violência física durante a pandemia. Ela relatou que algumas pessoas foram até sua casa para confrontá-la sobre um determinado assunto e, em meio a uma briga, foi atingida na cabeça por uma garrafa de vidro. Como resultado do fato, ela perdeu uma quantidade significativa de sangue e precisou receber pontos, deixando cicatrizes visíveis que pude observar durante nossa conversa. Devido à situação, além de ser levada para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), ela também precisou recorrer à Delegacia da Mulher e ao Conselho Tutelar, pois havia o envolvimento de menores.

Por fim, destacamos que as interlocutoras dessa pesquisa enfrentaram desafios relacionados ao impacto da pandemia em sua saúde. Além da doença Covid-19, tiveram sequelas e receberam outros diagnósticos durante o período, e ainda

experimentaram sentimentos negativos que afetaram seu estado de ânimo. A condução negligente da pandemia pelos governos contribuiu para mortes evitáveis, entre outros problemas. A maternidade atravessou a vida de um pequeno número de mulheres pela primeira vez durante a pandemia, estas gestações ficaram marcadas por medos e inseguranças, e algumas delas não puderam ter suas(seus) filhas(os) em seus braços. Diante disto, com base nos vários relatos, é evidente que cada mulher enfrentou condições diversas, de acordo com suas realidades de vida e os indicadores que as atravessaram. As inter-relações entre mulheres, trabalho e pandemia se reforçaram em cada indicador analisado, e as resistências não deixaram de acontecer em nenhum dos momentos. As mulheres resistiram de maneiras diversas para enfrentar o período, que foi descrito por Juana como "*um momento de muito medo, coisa de filme de terror*" (Juana, interlocutora, 2022).

No geral, os dados revelam impactos significativos da pandemia na saúde das mulheres, tanto em termos de infecção pela Covid-19 e suas sequelas, quanto em relação à falta de ação adequada por parte das autoridades. De modo que, houve impactos agravados pela desigualdade social, com as mulheres de baixa renda e menor escolaridade. A realidade destas mulheres nos faz querer conhecer suas formas de resistência diante da crise, assim, vamos conhecê-las no próximo capítulo.

## 6 RESISTÊNCIAS

Neste capítulo, contextualizamos, em um primeiro momento, as resistências mais amplas das mulheres por meio dos movimentos feministas, contrapondo-se às formas de opressão moderno-coloniais. Em seguida, apresentamos as construções coletivas de resistência que as mulheres criaram durante a pandemia de Covid-19 e as redes de apoio mútuo por elas acessadas.

### 6.1 RESISTÊNCIAS CONTRA OS PROCESSOS DE OPRESSÃO

Resistimos diuturnamente diante das múltiplas opressões associadas ao gênero, raça, classe, condições de trabalho, escolaridade, maternidade que também se inter-relacionam com a pandemia de covid-19. Ainda subalternizadas pela história moderna/colonial, nossas vozes continuam sendo anuladas e temos dificuldades de encontrar meios para sermos ouvidas. Com Gayatri Spivak (2010) perguntamos: Afinal, nós podemos falar? Como fazer ecoar nossas vozes? Elas são potentes, precisam ser ouvidas, têm muitas coisas a dizer e muitos espaços para conquistar!

Com a ajuda dos movimentos feministas, ao longo da história, mulheres se mobilizaram, em todo o mundo, em busca de direitos e pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que as vozes diversas pudessem ser ouvidas. As lutas<sup>27</sup> e mobilizações mediante estes movimentos são uma das formas de assegurar direitos e espaços de escuta às mulheres, e de enfrentar os abismos produzidos pela violência. Adriana Piscitelli (2009) caracteriza-os em 3 ondas que estabelecem certa cronologia e permitem entender parte das mobilizações das mulheres, no entanto, não abrangem a totalidade das lutas. Ao final do século XIX iniciou-se a primeira onda feminista, que reivindicava a igualdade legal e formal entre os sexos, por meio do direito ao voto, acesso à educação, reconhecimento de leis trabalhistas e possibilidade de que as mulheres tivessem posses. Esses direitos eram garantidos somente aos homens àquela época. Ainda de acordo com a autora, na

---

<sup>27</sup>Algumas destas reflexões sobre a história e lutas das mulheres foram elaboradas por mim em conjunto com a amiga e colega da disciplina de Gênero, Etnicidade e Desenvolvimento (Alessandra de Lima). Alessandra é uma das mulheres que me compõe, é minha amiga há mais de 10 anos, foi minha companheira de gestação e tem uma filha que é “amiga de barriga” da minha filha Helena. Alessandra é uma mulher negra, mãe, trabalhadora, estudante de medicina e que luta por um mundo melhor para as mulheres.

década de 1930, difundiu-se o conceito de papéis sociais, que indicavam que os indivíduos tinham determinados comportamentos e assumiam seus papéis, conforme regras socialmente estabelecidas ou de acordo com os supostos atributos inerentes ao sexo biológico. Neste contexto, estava a perspectiva dos papéis sexuais e os comportamentos esperados para os homens e para as mulheres, o que colocava as mulheres em situações de desigualdade e subordinação.

Na década de 1960 deu-se início a segunda onda do feminismo, que passou a discutir sobre a construção do sujeito político “mulher”, no qual o pessoal se torna político. Pautas sobre a vida social das mulheres, como as dinâmicas domésticas, a maternidade e o aborto começaram a ser discutidas com enfoque na inferiorização das mulheres pelo patriarcado. Neste período, as pensadoras feministas formularam o conceito de gênero, que teve grande impacto na teoria social nos anos 1970, a fim de distinguir a dimensão biológica do sexo, da dimensão cultural que se caracteriza na percepção dos indivíduos em seus grupos sociais, nos comportamentos aprendidos e reproduzidos. Desta maneira, a naturalização das qualidades, comportamentos e atribuições das mulheres foi contestada, já que não fazem parte de sua biologia e sim da construção social de ser mulher (PISCITELLI, 2009).

Já na terceira onda do movimento feminista, a partir dos anos de 1980, começou-se a contestar a identidade e a unidade da categoria “mulher”. Neste contexto, a teoria *Queer* e o feminismo negro tomam força e há o entendimento de que não se pode compreender categorias de maneira isolada, o que permite a abertura para as discussões de marcadores sociais da diferença, como gênero, sexualidade, classe e raça, os quais adentram fortemente nas discussões, questionando os arranjos heteronormativos da sociedade moderna (PISCITELLI, 2009).

Entretanto, cabe considerar, que esta narrativa ligada às ondas feministas, está centrada em uma história ligada, geralmente, ao protagonismo de mulheres brancas, de classe média, burguesas, do norte global, porém, as lutas das mulheres que enfrentam a opressão racista e patriarcal, percorre as trajetórias de mulheres dos países que foram colonizados. Estas lutas passam a ter maior visibilidade com a escrita de obras de mulheres negras, a partir dos anos de 1980 e 1990, como Angela Davis (2016), hooks (2015), Patricia Hill Collins (2017), dentre outras. As lutas das mulheres negras, indígenas, do Sul Global, muitas vezes não foram contempladas

pelos discursos e escritos do movimento feminista dominante, das mulheres brancas e burguesas do norte global.

É preciso destacar, portanto, a importância de outras perspectivas dos feminismos: negro, decolonial e daqueles emergentes dos espaços subalternizados, que passaram a abordar marcadores sociais, a partir de conceitos como interseccionalidade, permitindo pensar categorias articuladas e tirando a centralidade universal do conceito de mulher (que, em geral remetia às mulheres brancas, de lugares privilegiados). Para o feminismo negro, que cunhou o conceito de interseccionalidade, corpos são permeados por diferentes marcadores de discriminação, e, existem privilégios para uns em detrimento de outros (HOOKS, 2015; COLLINS, 2017).

No Brasil, uma das autoras do feminismo negro, González (1988), afirma que temos uma América Latina, cujo processo constitutivo foi permeado pela herança político-cultural africana - a amefricanidade - e dos povos originários. A língua portuguesa carrega grande influência africana, que ela chama de “pretoguês”. A autora denuncia o que chama de neurose da cultura brasileira, que se imagina e se projeta branca, dando pouco ou nenhuma visibilidade as(os) intelectuais negras(os). A isto ela caracteriza como morte epistêmica, um apagamento da intelectualidade negra, fruto de um racismo disfarçado, contudo sofisticado o suficiente para manter negras(os) e indígenas em condição de subordinação, isto é, de racismo por denegação. Ela também destaca que para as mulheres amefricanas e ameríndias (como ela as nomeia), a opressão ocorre primeiramente por causa da raça. A exploração da classe e a discriminação racial são motivações básicas e comuns, tanto a homens quanto a mulheres pertencentes a grupos étnicos subalternizados.

Sueli Carneiro (2003), outra autora negra e brasileira, fala que o movimento das mulheres negras no país é referência internacional, que já conquistou muitas coisas com a ajuda de suas pautas e lutas. A exemplo está o fim da destituição do pátrio poder na Constituição de 1988, além da contribuição para políticas públicas, como as que instituíram as delegacias da mulher e também na geração de mudanças efetivas no mercado de trabalho, nos aspectos da violência contra a mulher, saúde e nos meios de comunicação. Segundo a autora, o movimento está identificado com as lutas pela democratização do país e utiliza a expressão “*enegrecendo o feminismo*” (grifo da autora) para estabelecer o caminho das mulheres negras no Brasil no combate às desigualdades e opressões. Caminho longo e que possui uma agenda de

pautas que visam entre outras, a denúncia do racismo e de sua dimensão na pobreza, bem como a necessidade de políticas públicas específicas para mulheres negras. Para a autora, “[...] a introdução dessas questões na esfera pública contribui, ademais, para o alargamento dos sentidos de democracia, igualdade e justiça social, noções sobre as quais gênero, raça e classe impõem-se como parâmetros inegociáveis para a construção de um novo mundo” (CARNEIRO, 2003, p.130).

Na busca por contemplar outras trajetórias e movimentos de resistência, caberiam citar inúmeros outros feminismos, como propostas críticas na luta pela emancipação e pelos direitos das mulheres. Porém, irei citar apenas mais um deles, que é o ecofeminismo, por considerar que também se conecta a esta proposta decolonial e que permite fazer entrelaçamentos com a pandemia, as relações sociedade/natureza e as mulheres nesse contexto. O ecofeminismo surge nas discussões da segunda onda dos movimentos feministas, e pode ser conceitualizado, de acordo com Emma Silliprandi (2000, p.61), como “uma escola de pensamento que tem orientado movimentos ambientalistas e feministas, desde a década de 1970, em várias partes do mundo, procurando fazer uma interconexão entre a dominação da natureza e a dominação das mulheres”.

O ecofeminismo também se apresenta como um movimento que luta contra o capitalismo, o patriarcado e a imposição de um modelo único e monocultural que destrói toda diversidade. Também é contra as formas de violência que sucumbem e exploram a terra, destituindo dos seres que nela habitam a possibilidade de coexistir com diferentes formas de vida. A violenta exploração da terra, a iminência de guerras nucleares, os desequilíbrios ambientais, o controle das biotecnologias por oligopólios e todo o pacote de desenvolvimento moderno se relacionam às violências contra as mulheres.

Segundo Maria Mies e Vandana Shiva (1993, p.22; 23; 39) a “economia baseada na desregulamentação comercial, privatização e mercantilização de sementes e alimentos, terra e água, mulheres e crianças, degrada os valores sociais, reforça o patriarcado e intensifica as condições de violência”. Acabar com este ciclo e por fim na violência contra a vida, contra a terra e as mulheres “exige deixar para trás a economia violenta do patriarcado capitalista e substituí-lo por [...] economias sustentáveis e pacíficas que respeitem o planeta e as mulheres”. O ecofeminismo se constitui como uma perspectiva de (r)existência, e, nesta perspectiva, o cuidado com o planeta exige participação ativa na luta pelo cultivo da vida, pela natureza, pela

diversidade, pela igualdade e pela justiça social. Com estas lutas as mulheres seguem resistindo, contra as imposições do sistema e a favor da vida humana e da natureza, as que estão inteiramente conectadas.

Diante do exposto, fica evidente que as mulheres buscaram ao longo do tempo, formar redes de apoio e abrir espaços de escuta em casa, na rua, no trabalho, no meio acadêmico e científico. Estes grupos têm se unido na luta pela emancipação e libertação do padrão hegemônico dominante, abrindo espaços para relações que respeitam os conhecimentos, culturas, religiões, sociedade e natureza. Contrapondo o privilégio de um ser sobre o outro, uma cor sobre a outra, uma condição econômica sobre a outra e um conhecimento sobre uma multiplicidade de outros. Assim sendo, os movimentos sociais de mulheres resistem e encontram outras formas de existência – (re)existindo diariamente contra as formas de dominação.

A discussão sobre as resistências contra os processos de opressão, se conecta com a próxima seção, que irá abordar as redes de apoio mútuo e resistência coletiva acessadas e criadas pelas mulheres da pesquisa no contexto da pandemia de Covid-19. As lutas das mulheres são contra as opressões de gênero, mas também abrangem a raça, classe, condições de trabalho, escolaridade e maternidade, que estão entrelaçadas com a pandemia.

## 6.2 REDES DE APOIO MÚTUO E DE RESISTÊNCIA COLETIVA

A pandemia de Covid-19 e as medidas de distanciamento social, necessárias no período, impossibilitaram, em grande parte, o compartilhamento de cuidados, encontros de amizade, acesso à serviços. Limitaram a união coletiva de mulheres de forma presencial e o acesso de mulheres a grupos e instituições. Reforçou as desigualdades existentes em relação à divisão sexual e racial do trabalho. Muitas mulheres enfrentaram dificuldades financeiras, também enfrentaram alterações nas suas condições de saúde além de sofrerem violências. Diante de tudo isto, não deixaram de resistir, acessaram e criaram redes de apoio mútuo que foram essenciais para o enfrentamento do período.

Em caráter nacional, conforme aponta o estudo de Mariana Oliveira Decarli (2021), as mulheres se organizaram na arrecadação e distribuição de alimentos, itens de proteção individual, entre outros. Márcia Bastos de Araujo (2020) também expõe a realidade de mulheres de favelas cariocas, as quais resistem cotidianamente a uma

série de opressões e que enfrentaram ainda mais desafios com a pandemia de Covid-19. Na favela Rio das Pedras, as mulheres se articularam pela sobrevivência coletiva auxiliando na disseminação de informações sobre prevenção e cuidados, para evitar a circulação do vírus. Elas produziram e divulgaram informações recorrendo a redes sociais e em carros de som, que passavam pelas ruas, com paródias educativas e que incentivavam os cuidados. Também trabalharam na arrecadação e distribuição de alimentos e demais suprimentos necessários. A resistência também acompanhou o cotidiano das profissionais da saúde, que representam o maior número de trabalhadores da linha de frente dos cuidados diretos com as pessoas doentes. Elas resistiram a cargas exaustivas, a estruturas precárias, falta de recursos básicos como os equipamentos de proteção individual, resistiram ao medo da morte e da contaminação (ANIDO, BATISTA, VIEIRA, 2021).

Também, Tauá Pires (2021) evidencia resistências de mulheres não-branca, de favelas brasileiras, diante dos desafios enfrentados com a pandemia de Covid-19. Por intermédio de iniciativas de solidariedade contribuíram para o bem comum de suas comunidades. Uma das iniciativas foi o uso de bicicletas equipadas com alto-falantes, para disseminar informações sobre a doença e medidas de proteção. Além disto, a implementação de um sistema de cores epidemiológicas para monitorar os números de casos da doença.

No cenário da pesquisa que desenvolvemos, as mulheres acessaram e também criaram redes de apoio mútuo e resistência coletiva. Abaixo, na Tabela, 17 seguem as principais redes de apoio acessadas pelas mulheres.

**TABELA 17 ACESSO A REDES DE APOIO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19**

<b>Você teve rede de apoio na pandemia?</b>	<b>Quant. Mulheres</b>
Não	45
Sim	84
<b>Total</b>	<b>129</b>

**Fonte: Autoria própria (2023).**

A maioria das mulheres, pouco mais de 65%, pode contar com redes de apoio durante a pandemia. Embora seja um número expressivo, ele não dá conta de superar os desafios enfrentados pela maioria das mulheres, os quais, se compartilhados poderiam ter sido minimizados de alguma forma. O fato de 45 mulheres não terem conseguido acessar uma rede de apoio reforça a necessidade de discutir a sobrecarga

imposta às mulheres, devido aos padrões instituídos desde o colonialismo, e de formular planos e estratégias que garantam que as mulheres tenham acesso às redes de apoio durante momentos de crise, como a da pandemia de Covid-19. É evidente que a necessidade de isolamento social limitou os contatos físicos, levando muitas famílias, que contam com a rede de apoio dos pais e avós, a manterem o distanciamento para proteger os grupos de risco, que incluem os idosos, por exemplo.

As redes de apoio acessadas pelas mulheres envolveram familiares, amigas(os), grupos de mães e mulheres, grupos de trabalho e terapia de grupo *online* acessada por meio do trabalho. Ademais, algumas mulheres mencionaram vizinhas(os) e igreja como fontes de apoio. Para mais de acessarem redes de apoio, as mulheres criaram redes coletivas de apoio e resistência para ajudar outras pessoas. Um total de 16 mulheres afirmaram que, em parceria com outras mulheres, organizaram ou estruturaram redes de apoio para si mesmas, suas famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade.

As redes de resistência coletiva incluíram a criação de grupos de conversa e apoio recorrendo aos aplicativos, como *WhatsApp*, nos quais as mulheres puderam compartilhar experiências, desabafar, trocar informações e se fortalecer emocionalmente. Os grupos envolveram desde o apoio de profissionais de psicologia, até a grupos de amigas(os) e grupos relacionados ao Sagrado Feminino<sup>28</sup>. Além disto, algumas famílias que estavam em isolamento social formaram uma espécie de “bolha social”<sup>29</sup>, para que as crianças pudessem ter contato com outras crianças e brincar. Também foram evidenciadas a organização de arrecadação e doação de alimentos e itens básicos para famílias em situação de vulnerabilidade, como também a confecção e distribuição de máscaras de pano.

Algumas situações evidenciadas pelas mulheres exemplificam as redes de solidariedade, apoio, cuidado e resistência. Dandara contou com uma rede de apoio familiar durante a pandemia, recebendo ajuda financeira de seu irmão e de sua mãe. Contou ainda com o auxílio de um amigo que sempre a apoiou em diversos momentos

---

<sup>28</sup>O Sagrado Feminino é um movimento de mulheres que tem o objetivo de promover cura, emancipação, autonomia, conexão e resgate de saberes ancestrais. Um movimento de olhar para dentro de si, em conexão com outras mulheres, por meio de musicoterapia, danças sagradas, rodas de conversa e conexão com a natureza. Em busca da construção de uma sociedade mais justa e igualitária (MACHADO, 2020).

<sup>29</sup>Bolhas sociais ou bolhas de convivência foram uma forma que algumas famílias encontraram para expandir seu núcleo familiar durante a pandemia. Ter contato social apenas com a “bolha” minimizando as chances de contágio e/ou disseminação da Covid-19 para outras pessoas.

e que também a ajudou financeiramente. Dandara mencionou que ela e sua vizinha criaram uma rede de apoio mútuo. Ela começou a trabalhar como diarista na casa da vizinha, que sofria de depressão. Além de contribuir com seu trabalho de diarista, Dandara também oferecia apoio emocional para a vizinha que vivia sozinha. Em troca, ela recebia o pagamento pela diária e também contava com o apoio emocional da vizinha, já que Dandara também enfrentava a depressão. Assim, elas se ajudaram mutuamente.

Já a Nísia, que após a perda do emprego precisou encontrar outros meios para obtenção de renda, passou a fazer trabalhos como artesã. Entre estes trabalhos começou a costurar, o resultado das costuras foram máscaras de pano para venda, mas também para doação para outras mulheres que precisavam.

Tereza, me tocou profundamente com a experiência que relatou sobre a construção de redes coletivas de apoio durante a pandemia. Ela é moradora de um dos bairros periféricos de Pato Branco, que, segundo ela, é esquecido pelas autoridades competentes. Segue o seu relato:

*Nós pegávamos um caderno e íamos até a casa das pessoas. As pessoas diziam o que estavam precisando, estavam sem alimento, nós pegávamos um caderno e íamos nas casas dos vizinhos, entre as ruas Baldoino Dartora e Nelson Formigueri. Então, nós íamos pedindo um pouco de alimento até conseguirmos ajudar outra pessoa. Fizemos isso por bastante tempo, porque lá em cima tem muita gente que precisa. Tem muita gente carente lá em cima que precisa e que precisa bastante de ajuda, mas não é ajudada. Por quê? Porque lá no bairro onde a gente mora tem muita difamação. Então, o que acontece? As outras pessoas, como o bairro é difamado, não ajudam porque tem o que presta e o que não presta, entende? Mas eles colocam tudo junto. Eles não veem o lado bom e o lado ruim, então por isso que nós somos todos unidos lá. Nós nos reuníamos com as vizinhas, com os vizinhos assim. Às vezes, éramos até doze pessoas. Porque lá nós somos em quarenta e três famílias. Nas duas ruas são quarenta e três famílias. (Tereza, interlocutora, 2023)*

Além de Tereza, de suas vizinhas(os) e das famílias daquelas ruas, o caderno representou muito pra mim! Um símbolo material de resistência, uma ferramenta de trabalho, de solidariedade. Um instrumento que foi valioso e serviu para registro e organização. Um instrumento de luta coletiva. Por muitos lugares como esse, em que as pessoas se unam, além dos laços familiares, e que cadernos se transformem em ferramentas de transformação social.

O relato das mulheres revela a resistência coletiva de pessoas que, mesmo enfrentando inúmeras dificuldades, se uniram para ajudar outras pessoas em meio à pandemia de Covid-19. No caso de Tereza, ao pegarem um caderno e irem de casa

em casa, ela e suas vizinhas(os) buscavam suprir as necessidades básicas das famílias do seu bairro, garantindo, pelo menos, o alimento diário. A fala de Tereza ressalta a existência de uma população pobre, pessoas necessitadas e um bairro estigmatizado. Ao mesmo tempo, ressalta a solidariedade e união destas pessoas, que compartilham o pouco que têm para ajudar as outras. Ao se reunirem, formaram uma rede coletiva de apoio, compartilhando responsabilidades e trabalhando juntas para ajudar quem mais precisava. Experiência que lembra hooks (2021, n.p), ao afirmar que

[...] cidades pequenas [...], em sua maioria, costumam ser os lugares onde os princípios básicos que sustentam uma ética amorosa existem e são os padrões segundo os quais grande parte das pessoas tenta viver sua vida. [...] existe um espírito de vizinhança — de companheirismo, cuidado e respeito. [...] como uma cooperativa, onde todos se conhecem. Nós nos protegemos e alimentamos o nosso bem-estar.

O relato de Tereza destaca a importância de uma ética amorosa para sustentar a vida, o que se reflete nas cidades pequenas conforme mencionado por hooks. O bairro e as ruas se tornam espaços onde Tereza e suas vizinhas(os) encontram companheirismo, cuidado e respeito, formando uma rede coletiva de apoio como uma cooperativa, na qual todas(os) se conhecem, se protegem e promovem o bem-estar mútuo.

Os exemplos de resistência das mulheres nos remetem a Federici (2017), que evidencia a importância de valorizar a cooperação mútua e as atividades relacionadas à reprodução de nossas vidas, para combater as contradições do capitalismo. Nas regiões em que as comunidades oprimidas mantêm estruturas comunitárias a resistência à exploração é mais bem-sucedida. No contexto da pesquisa, as crises em curso somadas à pandemia, demonstram como ocorre a desumanização de povos, evidencia formas de opressão e silenciamentos, mas também de resistências coletivas. Observa-se que as situações afetam, de forma muito mais intensa, as mulheres com opressão de raça e classe. Todavia, não deixam de ocorrer resistência por meio de experiências de redes coletivas de apoio, que são alimentadas pelos laços comunitários, como exemplificados no relato de Tereza.

Estas experiências de redes coletivas de apoio representam formas de resistência baseadas em solidariedade e compartilhamento, fortalecidas por laços comunitários. Segundo Federici (2019), a socialização dos meios de reprodução da

vida é fundamental para estabelecer interesses coletivos e laços mútuos. Para Lugones (2014) as resistências são as formas pelas quais se superam as estruturas opressivas do sistema moderno colonial de gênero. As resistências apontam para a capacidade de ação das mulheres que, apesar das opressões enfrentadas se engajam em ações de transformação social. Os relatos das mulheres dessa pesquisa vão ao encontro ao que a autora chama de subjetividades ativas, que se referem à capacidade de agir e interagir com o mundo de forma a contestar ativamente a opressão, de acordo com as diversas formas de existência e agência das mulheres, que desafiam as estruturas opressoras. Este conceito destaca a importância de reconhecer e valorizar a experiência das mulheres, suas vozes e lutas, e de romper com as estruturas opressivas que tentam silenciá-las.

Também, para Grada Kilomba (2019), que afirma que a resistência é “sobre uma fome coletiva de ganhar voz, escrever e recuperar nossa história escondida”. A autora ressalta a relevância da resistência como resposta à opressão e à marginalização. O relato apresentado acima, de Tereza, moradora de um bairro periférico, estigmatizado e à margem social, instiga a repensar a margem não apenas como um espaço periférico de perda e privação, mas como um local de resistência e possibilidade. Para Kilomba (2019), a margem é um espaço que nutre a capacidade de resistir à opressão, despertando uma consciência coletiva e uma vontade de lutar contra as estruturas de poder opressivas. É no espaço marginalizado que é possível encontrar força para questionar, transformar e imaginar novas possibilidades.

Finalizamos com González (2020), que também inspira a pensar nas resistências, principalmente ligadas às mulheres não-brancas, assim como Dandara, Tereza e muitas outras citadas nessa dissertação. Para González, estas mulheres não apenas enfrentam o racismo e o sexismo, mas também deixam legados para as gerações futuras. A luta contra as opressões destas mulheres já percorreu um longo caminho, e a resistência foi e continua sendo central no processo de contraposição às imposições de gênero, raça, classe, escolaridade, maternidade, pandemia, trabalho, entre outros.

Histórias de resistência e luta coletiva, como as apontadas na pesquisa, muitas vezes permanecem ocultas e esquecidas pela história dominante. Mas ao dar visibilidade a estas histórias, estou, juntamente com as mulheres, contribuindo com a descolonização dos padrões hegemônicos impostos. É possível, por meio de uma pesquisa decolonial e de uma perspectiva feminista, trazer à luz experiências como

essas, a fim de valorizar os saberes e as experiências da diversidade de mulheres. Essas experiências são exemplos de ação política que podem romper com os padrões de opressão impostos. As micro-políticas cotidianas, representadas por ações de solidariedade e apoio mútuo, desafiam as estruturas sociais desiguais. As experiências das mulheres reforçam que a criação de redes de apoio tornou-se essencial para enfrentar a pandemia, e as crises e as desigualdades evidenciadas por ela. Assim, compreendemos que as resistências são instrumentos poderosos para dar voz às histórias marginalizadas, desafiar os padrões impostos e buscar a transformação social.

## 7 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos caminhos percorridos nessa pesquisa tive a oportunidade de conhecer mulheres incríveis, que me ensinaram que nossa constituição ocorre ao longo do movimento, durante o percurso da vida. Cada uma de nós é atravessada por realidades diversas, experiências distintas, condições de vida cotidiana, trabalho e enfrentamento de crises, como a pandemia de Covid-19.

A pandemia exacerbou as desigualdades preexistentes e as mulheres enfrentaram dificuldades sobrepostas. Alterações em suas condições de trabalho remunerado, dificuldades financeiras, sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados, alterações em suas condições de saúde e enfrentamento de violências. No entanto, muitas delas resistiram e criaram coletivamente redes de apoio para enfrentar este período desafiador.

Ao analisar a diversidade de mulheres que compôs essa pesquisa, pudemos abranger diversas características, como faixa etária, identificação de cor/raça, localização geográfica, estrato socioeconômico, responsabilidade pela renda familiar, indicador de maternidade e condições de saúde das filhas(os). Tais características se inter-relacionam diretamente com o trabalho das mulheres e os desafios enfrentados durante a pandemia, bem como as estratégias de resistência desenvolvidas. Ficou evidente que as políticas de igualdade de gênero devem considerar e incluir análises interseccionais e perar outros marcadores, como maternidade, por exemplo, a fim de abranger as mulheres em suas diversas realidades. Políticas públicas padronizadas para todas as mulheres não são efetivas; o desenvolvimento local e regional deve considerar a multiplicidade de condições das mulheres em seus territórios.

Neste sentido, os movimentos de luta feministas primam para as resistências como espaços para pensar outros desenvolvimentos. De forma intermitente questionam o paradigma dominante do desenvolvimento, as relações de poder que o permeiam, incluindo a subordinação de gênero, a desigualdade racial, social e a exploração da natureza. Para Barragán, Lang, Chavéz e Santillana (2020), o desenvolvimento deve enfatizar uma abordagem que reconheça a diversidade e a potencialidade da vida. Assim sendo, os feminismos latino-americanos, como o movimento das mulheres do Sul, o feminismo pós-colonial e o ecofeminismo, por exemplo, têm desempenhado papel fundamental na construção de alternativas ao desenvolvimento, promovendo processos de descolonização e despatriarcalização.

Considerando o desenvolvimento integrado à gestão e uso responsável dos recursos, eliminando as hierarquias de gênero, de raça, de classe, denunciando o desenvolvimento como uma estratégia de colonização que domina tanto as mulheres quanto a natureza.

No âmbito econômico, a economia feminista e a economia do cuidado reconhecem a diversidade de formas econômicas e buscam construir igualdade no âmbito privado, distribuindo a carga de trabalho de forma equitativa e valorizando o trabalho de cuidado. Ainda, os feminismos andinos, que articulam ações e demandas das mulheres das classes populares, indígenas, mestiças, negras e camponesas na América Latina surgem como expressões de resistência e luta pela transformação e justiça social, de gênero e ambiental. Deste modo, os feminismos contribuem para repensar o desenvolvimento, propondo alternativas que considerem a justiça de gênero, a equidade social e a sustentabilidade ambiental.

Ao refletir sobre o tema do trabalho identificamos como ele permeia a vida das mulheres no espaço público e privado, especialmente no que diz respeito ao trabalho não remunerado de cuidados e doméstico. As cargas de trabalho foram intensificadas durante a pandemia, revelando um cenário complexo e diverso. As alterações nas condições e modalidades de trabalho, o trabalho autônomo, que inclui a informalidade, as condições precárias de trabalho, a falta de proteção dos direitos trabalhistas, a ausência de condições dignas de trabalho e a falta de uma renda justa são realidades frequentes neste enquadramento. Também, as desigualdades na divisão racial, sexual e social do trabalho e suas inter-relações com fatores como raça, classe, maternidade e escolaridade se tornaram ainda mais evidentes.

A pandemia agravou as desigualdades enfrentadas pelas mulheres, resultando em demissões, diminuição do trabalho autônomo, falta de remuneração e ampliação das dificuldades enfrentadas por diferentes grupos de mulheres. Importa destacar que o trabalho autônomo também é permeado pela informalidade e condições precárias de trabalho. Para reduzir estas desigualdades é fundamental garantir a proteção dos direitos trabalhistas, condições dignas de trabalho e renda justa, levando em consideração a diversidade e as intersecções que permeiam as experiências cotidianas das mulheres. As lutas dos movimentos sociais de trabalhadoras e trabalhadores desempenham um papel essencial neste contexto. Além disso, é necessário que a discussão sobre o trabalho doméstico e de cuidados, não remunerado, se expanda como debate público, reconhecendo sua importância

fundamental para a manutenção da vida e a necessidade de seu reconhecimento e remuneração. Promover a construção de redes coletivas e públicas de cuidado é fundamental, para que o cuidado não seja realizado à custa da saúde e da vida de quem o realiza, que são predominantemente, as mulheres.

Analisando as consequências da pandemia de Covid-19 pudemos compreender que as mulheres foram amplamente afetadas, tanto em termos financeiros quanto em sua saúde. A diminuição da renda domiciliar afetou mais da metade das participantes da pesquisa, especialmente mulheres não-brancas, que enfrentaram dificuldades para adquirir itens básicos, como alimentos e pagar contas. O acesso às políticas sociais de renda, como o Auxílio Emergencial, e aos serviços públicos, como assistência social e saúde, foi crucial para estas mulheres em situação de maior vulnerabilidade. Ademais, as mulheres também sofreram impactos diretos na saúde, com mais da metade sendo diagnosticada com a doença, e, algumas enfrentando sequelas, principalmente relacionadas a alterações neurológicas. A falta de acesso adequado à educação durante a pandemia também foi destacada, especialmente para crianças em situação de desigualdades raciais e socioeconômicas. A condução negligente da pandemia pelo governo contribuiu para agravar os impactos negativos nas mulheres. As dificuldades enfrentadas pelas mulheres durante a pandemia estão inter-relacionadas com aspectos socioeconômicos, de saúde e educacionais, ressaltando a importância de políticas sociais efetivas e de abordagens transversais para melhorar suas condições de vida.

Na análise sobre as resistências foi possível verificar como a pandemia de Covid-19 e as medidas de distanciamento social tiveram um impacto, significativo, no compartilhamento de cuidados, encontros sociais e acesso a serviços, afetando especialmente as mulheres. Estas restrições ampliaram as desigualdades existentes em termos de divisão sexual e racial do trabalho. Muitas mulheres enfrentaram dificuldades financeiras, mudanças em sua saúde e foram vítimas de violência. Contudo, apesar dos desafios, elas não deixaram de resistir e encontraram formas de apoio mútuo que foram essenciais durante o período. Os relatos delas mostraram exemplos concretos de solidariedade, apoio, cuidado e resistência. As experiências de resistência e redes de apoio refletem a importância da cooperação e da solidariedade para enfrentar as estruturas de poder opressivas, e que contribuem para a descolonização dos padrões hegemônicos impostos.

A fim de desenvolver estratégias que promovam igualdade de acesso para as mulheres durante períodos de crise, como a pandemia da Covid-19, é necessário considerar a implementação de infraestrutura de assistência pública e social. As participantes dessa pesquisa sugeriram a necessidade de programas de renda por parte do governo, cursos e capacitações gratuitos, garantia de renda para situações pandêmicas, como a da Covid-19, programas de emprego para mulheres, acesso gratuito a itens de proteção individual, criação de hortas coletivas e feiras para incentivar produtos artesanais. Além disto, foram mencionados, trabalhos flexíveis, assistência psicológica gratuita em larga escala, acompanhamento efetivo das famílias assistidas pela assistência social e um programa de renda com vale-alimentação para as mulheres, como garantia básica, que o Estado poderia proporcionar em períodos de crise. As propostas refletem a necessidade de políticas públicas que levem em consideração a diversidade entre as mulheres, a inter-relação de fatores que permeiam suas experiências cotidianas e a valorização do trabalho doméstico e de cuidados, como produtivo e remunerado.

É necessário ressaltar que a criação de políticas públicas para as mulheres deve considerar a interseccionalidade, e a análise das múltiplas realidades que as mulheres vivenciam. Políticas de um único padrão não são efetivas, pois cada mulher enfrenta desafios específicos com base em sua raça, classe social, maternidade, nível de escolaridade, entre outros aspectos. Para tanto, é fundamental promover políticas que levem em conta esta diversidade e que sejam sensíveis às diferentes realidades das mulheres em seus territórios.

Outro aspecto relevante é o reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados como fundamental para a manutenção da vida, destacando a necessidade de discutir e promover a construção de redes coletivas e públicas de cuidado. O trabalho doméstico e de cuidados deve ser valorizado, remunerado de forma justa e considerado produtivo dentro do sistema econômico. Ademais, é fundamental investir na economia do cuidado e considerá-lo como um investimento, não como um gasto social, ao elaborar políticas de recuperação econômica e igualdade de gênero.

Para promover condições igualitárias de acesso às mulheres durante períodos de crise, é necessário o apoio do Estado, fornecendo suporte às mulheres, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade e que são responsáveis pela vida de outras pessoas. Isto envolve a criação de políticas sociais efetivas, a implementação de estruturas de assistência pública e social, além do fortalecimento

dos movimentos sociais de trabalhadoras e trabalhadores. A garantia de direitos trabalhistas, condições dignas de trabalho e renda justa também são fundamentais para reduzir as desigualdades.

Embora o município de Pato Branco ainda não disponha de uma secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, é encorajador saber que o projeto de lei (PL 181/2002)<sup>30</sup> para a sua criação está em trâmite no legislativo local. A luta por condições dignas para as mulheres continua, e, é importante unir-se em aliança com mulheres que representam a diversidade para alcançar garantia e ampliação dos direitos.

Estas conclusões ressaltam a importância de revisar continuamente as políticas públicas, considerando as diferentes realidades das mulheres e promovendo a igualdade de gênero, por meio de abordagens que analisem a diversidade das mulheres. O reconhecimento das desigualdades existentes, o fortalecimento das redes de apoio, a valorização do trabalho doméstico e de cuidados, e a implementação de políticas sociais efetivas são passos essenciais para alcançar uma sociedade compatível com a vida, humana e não-humana, diminuindo também a possibilidade de reincidências de crises, como a da pandemia de Covid-19.

---

<sup>30</sup>Por meio da participação no CMDDHM acompanho as discussões em apoio ao Projeto de Lei 181/2022, que prevê a criação da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres. Além de participar de reuniões prévias e debates, estive presente na Audiência Pública, realizada no dia 15 de maio de 2023, que tinha a intenção de debater o projeto de lei em questão. O evento foi importante e contou com a participação de muitas mulheres, movimentos e entidades que lutam por nossos direitos. Durante a audiência fiz duas intervenções, que podem ser verificadas no vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/live/a39XrXiFnkU?feature=share>. No vídeo, minha primeira intervenção ocorre aos 22min:35s até 25min:07s, quando a procuradora da mulher faz a leitura da moção de apoio do Gesta Pato Branco ao projeto de lei. A segunda intervenção acontece às 2h20min.02s até 2h25min.00s do vídeo, quando falo em nome do Artemis, que também faz parte do Conselho da mulher e do qual eu também faço parte.

## REFERÊNCIAS

- ABEP, Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. **Critério Brasil**. CCEB 2020. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.abep.org/criterio-brasil>. Acesso em: 04 mar. 2023.
- AGÊNCIA SENADO FEDERAL. **Brasil poderia ter sido o primeiro do mundo a vacinar**, afirma Dimas Covas à CPI. Brasília, DF, Brasil. Publicado em 27 mai. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/27/brasil-poderia-ter-sido-primeiro-do-mundo-a-vacinar-afirma-dimas-covas-a-cpi>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- AGÊNCIA SENADO FEDERAL. **Pronampe tem mais R\$ 50 bilhões garantidos para pequenos empreendedores**. Brasília, DF, Brasil. Publicado em 26 mai. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/26/pronampe-tem-mais-r-50-bilhoes-garantidos-para-pequenos-empresarios>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- AGUIAR, B. F. *et al.*. Uma revisão integrativa das sequelas da COVID-19 / An integrative review of sequelae of COVID-19 / Una revisión integradora de las secuelas del COVID-19. **Rev. bras. promoç. saúde** (Impr.), v. 35, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1396132>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- ANIDO, I. G *et al.* . Relatos da linha de frente: os impactos da pandemia da Covid-19 sobre profissionais e estudantes da Saúde em São Paulo. **Interface** (Botucatu), 25 (Suppl 1), 2021. <https://doi.org/10.1590/interface.210007>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/icse/2021.v25suppl1/e210007/>. Acesso em: 8 mai. 2023.
- ANTUNES, R. **Capitalismo virótico**. Artigo de Ricardo Antunes. Instituto Humanitas Unisinos, 03 Janeiro 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/615588-capitalismo-virotico-artigo-de-ricardo-antunes>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- ANTUNES, R. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. 1ª ed. São Paulo: Boitempo. (Pandemia Capital), 2020a. [Edição do Kindle].
- ANTUNES, R. **Pandemia desnuda perversidades do capital contra trabalhadores**. Entrevistadora: Lu Sudré. Brasil de Fato Entrevista, Mundo do Trabalho, 27 de Junho de 2020b, às 09:17. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/27/ricardo-antunes-pandemia-desnuda-perversidades-do-capital-contra-trabalhadores>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- ARAÚJO, A. M. C.; LOMBARDI, M. R. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de Pesquisa**, 43(149), 2013, p. 452-477. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/SMHftPrryhLfxQKBftZBQWz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- ARAUJO, M. B. de. NA LINHA DE FRENTE DA COVID-19 NAS FAVELAS CARIOCAS: A resistência decolonial das mulheres de Rio das Pedras no enfrentamento da pandemia. **Revista Inter-Legere**, [S. l.], v. 3, n. 28, p. c21578,

2020. DOI: 10.21680/1982-1662.2020v3n28ID21578. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21578>. Acesso em: 8 mai. 2023.

BARRAGÁN, A. M. A. *et al.*. Pensar a partir do feminismo: críticas alternativas ao desenvolvimento. *In*: Buarque de Hollanda, H. (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

BIROLI, F. **Divisão Sexual do Trabalho e Democracia**. Dados rev. ciênc. sociais 59 (3); Jul-Sep 2016. <https://doi.org/10.1590/00115258201690>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/kw4kSNvYvMYL6fGJ8KkLcQs/?lang=pt>. Acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013**. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal. Brasília, DF, 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm). Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Brasília, DF, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm). Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília, DF, 2020a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm). Acesso em: 20 mai. 2023

BRASIL. **Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. Brasília, DF, 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm). Acesso em: 20 mai. 2023

BRASIL. **Medida provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020**. Institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv1000.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv1000.htm). Acesso em: 20 mai. 2023.

BRASIL. **Medida provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021**. Institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Brasília, DF, 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1039.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1039.htm). Acesso em: 20 mai. 2023.

BRASIL. **Medida provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023**. Institui o Programa Bolsa Família e altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento. Brasília, DF, 2023b. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=1164&ano=2023&ato=fa6ITWE10MZpWta62>. Acesso em: 20 mai. 2023.

BRASIL. Pracinhas da Cultura. **O programa**. Brasília, 2023b. Disponível em:

<http://pracinhas.cultura.gov.br/o-programa/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

BRASIL. Pracinhas da Cultura. **PR/Pato Branco**. Brasília, 2014. Disponível em:

<http://pracinhas.cultura.gov.br/project/pr-pato-branco/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

BRASIL. **Presidente Lula sanciona lei que garante igualdade salarial entre mulheres e homens**. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Brasília, DF, 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/presidente-lula-sanciona-lei-que-garante-igualdade-salarial-entre-mulheres-e-homens>. Acesso em: 04 jul. 2023.

BRUNO, M M. **Um retrato das mães solo na pandemia**. Gênero & Número, [S.l.], [23 marc. 2022]. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/um-retrato-das-maes-solo-na-pandemia-2/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

BUTLER, J. El capitalismo tiene sus límites. In: AGAMBEN, Giorgio *et al.* **Sopa de Wuhan**: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. S.l: Aspo, 2020. p. 59-65. Disponível em: <https://tiempodecrisis.org/wp-content/uploads/2020/03/Sopa-de-Wuhan-ASPO.pdf?fbclid=IwAR386959-q7FG9ZCeGsEFSxGBOerZNNMf3s1hmLn8nYjcieT4QA-yyx6zE>. Acesso em: 17 nov. 2021.

BUTLER, J. El capitalismo tiene sus límites. In: AGAMBEN, Giorgio *et al.* **Sopa de Wuhan**: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. S.l: Aspo, 2020. p. 59-65. Disponível em: <https://tiempodecrisis.org/wp-content/uploads/2020/03/Sopa-de-Wuhan-ASPO.pdf?fbclid=IwAR386959-q7FG9ZCeGsEFSxGBOerZNNMf3s1hmLn8nYjcieT4QA-yyx6zE>. Acesso em: 17 nov. 2021.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o Feminismo**: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Recuperado de Geledés – Instituto da Mulher Negra São Paulo SP, na seção questões de gênero - mulher negra. São Paulo, SP, 2011. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/?amp=1&gclid=CjwKCAjw4ZWkBhA4EiwAVJXwqaJpLT4MapNqvhkDfeQvxa0wnNalgjnWicVR6BeDoFwCjLhyOsOCpBoCABsQAvD\\_BwE](https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/?amp=1&gclid=CjwKCAjw4ZWkBhA4EiwAVJXwqaJpLT4MapNqvhkDfeQvxa0wnNalgjnWicVR6BeDoFwCjLhyOsOCpBoCABsQAvD_BwE). Acesso em: 11 jun. 2023.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, p. 117-132, 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Caring in times of COVID-19**. A global study on the impact of the pandemic on care work and gender equality. Nações Unidas, 2021. Disponível em:

[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46633/5/S2000740\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46633/5/S2000740_es.pdf). Acesso em: 06 mar. 2023.

COLLINS, P. H. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 51, p. 01-23, 18 dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510018>. Acesso em: 13 jan. 2022.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. 1 ed. São Paulo: Boi Tempo, 2021.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-139.

DAVIS, A. A obsolescência das tarefas domésticas se aproxima: uma perspectiva da classe trabalhadora. *In*: DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 225-244

DECARLI, Ma. O. **Habla América: resistência e emancipação das mulheres latino-americanas frente à pandemia de COVID-19**. 2022. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/31012>. Acesso em 08 mai. 2023.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos. Boletim Especial 8 de março Dia da Mulher. **As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho**. São Paulo: SP, 2023a. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.html>. Acesso em: 06 jun. 2023.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos. Caderno Metodológico. **Observatórios do trabalho: conhecer para transformar**. São Paulo: SP, 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/2016/cadernoMetodologicoObservatorio/index.html?page=4>. Acesso em: 28 jun. 2023.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos. Síntese Especial. Subsídios para Debate. **Emergência cresce, mas auxílio encolhe**. São Paulo: SP, 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/sinteseEspecialAuxilioEmergenciaI.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos. Infográficos. **Trabalho Doméstico 2023**. São Paulo, 2023b. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html>. Acesso em: 25 jun. 2023.

EVARISTO, C. **A noite não adormece nos olhos das mulheres (20-26)**. *In*: Cadernos Negros, vol.19, 1996. Disponível em: <https://peita.me/blogs/news/a-noite-nao-adormece-nos-olhos-das-mulheres-por-conceicao-evaristo>. Acesso em: 25 jun. 2023.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução de: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, I. “**Tratamento precoce**” e “**Kit Covid**”: a lamentável história do combate à pandemia no Brasil. Ciências da Saúde. USP, SP, 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/tratamento-precoce-e-kit-covid-a-lamentavel-historia-do-combate-a-pandemia-no-brasil/#:~:text=Referendado%20%E2%80%93%20sem%20comprova%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica%20%E2%80%93%20por,porque%2C%20supostament e%2C%20poderia%20tratar%20a>. Acesso em 03 jul. 2023.

FRANCESCHETTO, J. M. **A percepção ambiental dos moradores do bairro São João no município de Pato Branco - PR**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR câmpus Pato Branco. Pato Branco, 2016. 161 f. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/2375>. Acesso em: 20 mai. 2023.

GONZÁLEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. Publicado originalmente em 1988. *In*: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 38-51.

GONZÁLEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Org. Flavia Rios e Márcia Lima. Rio Janeiro: ZAHAR, 2020, n.p. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em 06 jun. 2023.

GRANDO, Alana. **Pesquisa do IBGE mostra enfraquecimento do mercado de trabalho em 2020**. Agência Brasil. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-12/pesquisa-do-ibge-mostra-enfraquecimento-do-mercado-de-trabalho-em-2020>. Acesso em: 28 jun. 2023.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H.; SUGITA, K. CUIDADO E CUIDADORAS: o trabalho de care no brasil, França e Japão. **Sociologia & Antropologia**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 151-180, jun. 2011. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752011v1n1>. Acesso em 14 jan. 2022.

HARAWAY, D. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **Climacom**, Campinas, v. 5, n. 3, p.139-148, abr. 2016.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *In*: **Cadernos Pagu**, n. 5/6, 1995, pp. 7-41. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 08 mai. 2023.

HIRATA, H. Comparando relações de cuidado: Brasil, França, Japão. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 25-40, jul. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/170421>. Acesso em: 02 abr. 2022.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.

Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/344>. Acesso em: 27 jun. 2023.

HOLLANDA, H. B. de. Introdução. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. n.p.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 16, p.193-210, abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>. Acesso em: 13 jan. 2022.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Efevante, 2021. 272p.

IAGNECZ, R. de S. F. **Ser mulher, mãe e trabalhadora**: a interseccionalidade na vivência da maternidade. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR câmpus Pato Branco. Pato Branco: 2021. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/25350/1/interseccionalidadenavivenciadamaternidade.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agência IBGE**. Notícias. Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoa. Estatísticas Sociais. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 08 mai. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022**. Prévia da população. Brasil, 2023a. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2022/Previa\\_da\\_Populacao/PR\\_POP2022.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/PR_POP2022.pdf). Acesso em: 25 fev. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Brasil/Paraná/Pato Branco. Brasil, 2023b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pato-branco/panorama>. Acesso em: 24 fev. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. SIDRA. **Censo Demográfico**. Tabela 3175 – População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade. Brasil, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175>. Acesso em: 24 jun. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malha Municipal**. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html>. Acesso em: 23. abr. 2023.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico**. Município de Pato Branco. Paraná, 2023. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85500>. Acesso em 25 fev. 2023.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Publicações. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise. Ano 27, 71. abr. 2021. Brasília, DF: 2021. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/210512\\_bmt\\_71\\_nota\\_tecnica\\_a3.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/210512_bmt_71_nota_tecnica_a3.pdf). Acesso em: 28 jun. 2023.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Publicações. **Notas técnicas**. Brasília, DF: 2020. Disponível em:

[https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=364&limitstart=120](https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=364&limitstart=120). Acesso em: 08 mai. 2023.

JOARTE. **O que é o JoArte?: Como surgiu o JoArte**. Pato Branco, 15 e 16 out. 2020. Instagram: @joarte\_pb. Disponíveis em: [https://www.instagram.com/joarte\\_pb/](https://www.instagram.com/joarte_pb/) e <https://www.instagram.com/p/CGax9PHDnsS/>. Acesso em 25 fev. 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LATOUR, B. **Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise**.

Tradução por Déborah Danowski. AOC, 2020. Disponível em:

<http://casadopovo.org.br/wp-content/uploads/2020/03/bruno-latour.pdf>. Acesso em 10 set. 2021.

LIMA, N. T.; BUSS, P. M.; SOUSA, R. P. A pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 36, p. 01-10, jul. 2020. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/11116/a-pandemia-de-covid-19-uma-crise-sanitaria-e-humanitaria>. Acesso em: 16 nov. 2021.

LORDE, A. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. *In*:

HOLLANDA, Heloisa buarque de (org.). **Pensamento feminista**: conceitos

fundamentais. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. np. ISBN 978-85-69924-51

LUGONES, M. **Colonialidade e gênero**. Tabula Rasa, Bogotá, v. 9, n.5, p.73-101, jul./dez. 2008.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 320, n. 223, p.935-952, set. 2014.

MACHADO, R. O sagrado feminino: poder que vem de dentro- despertar, cura e empoderamento de mulheres. **Anais do III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia**. CIFA - Feminismos, Ancestralidade e Agroecologia. v. 15 n. 3. Recife. PE: 2020. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6381#:~:text=O%20Sagrado%20feminino%20%C3%A9%20um,seu%20interior%20a%20energia%20feminina>. Acesso em: 03 jul. 2023.

Recife. PE: 2020. Disponível em: [https://cadernos.aba-](https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6381#:~:text=O%20Sagrado%20feminino%20%C3%A9%20um,seu%20interior%20a%20energia%20feminina)

[agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6381#:~:text=O%20Sagrado%20feminino%20%C3%A9%20um,seu%20interior%20a%20energia%20feminina](https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6381#:~:text=O%20Sagrado%20feminino%20%C3%A9%20um,seu%20interior%20a%20energia%20feminina). Acesso em: 03 jul. 2023.

MIES, M.; SHIVA, V. Prefacio a la nueva edición. *In*: MIES, Maria; SHIVA, Vandana.

**Ecofeminismo**. Teoría, crítica y perspectivas. Portugal: Instituto Piaget, 1993. p. 7-

39. Disponível em: <https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs//9788498886924.pdf>. Acesso em 02 abr. 2022.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOSSI, T. **Impacto da pandemia no trabalho informal**. [entrevista concedida a] Iguana Podcast. Notícias do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/impacto-da-pandemia-no-trabalho-informal>. Acesso em 28 jun. 2023.

NÚÑEZ, G. **A colonialidade dos afetos**. Arara Neon, [S.l.], 23 abr. 2021. Disponível em: <https://www.araraneon.com.br/post/a-colonialidade-dos-afetos>. Acesso em: 08 jun. 2023.

NÚÑEZ, G; OLIVEIRA, J. M. de; LAGO, M. C. de S. Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesanaria narrativa indígena. **Teoria e Cultura**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 16 n. 3 Dezembro. 2021. Dossiê Afetos, políticas e sexualidades não-monogâmicas. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2021. p.76-88. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/34439>. Acesso em: 8 jun. 2023.

ONU BRASIL. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: Igualdade de Gênero**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>. Acesso em: 10 jun. 2023.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Pandemia de COVID-19 afetou mulheres desproporcionalmente nas Américas**. Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde. Brasília – DF, 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/8-3-2022-pandemia-covid-19-afetou-mulheres-desproporcionalmente-nas-americas>. Acesso em: 10 mai. 2023.

OIT - Organização Internacional do Trabalho **ILO Monitor: COVID-19 and the world of work**. Seventh edition. Genebra – Suíça, 2021. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms\\_767028.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_767028.pdf). Acesso em: 04 mai. 2023.

OXFAM BRASIL. **Tempo de Cuidar: O Trabalho de Cuidado não Remunerado e Mal Remunerado e a Crise Global da Desigualdade**. São Paulo – SP. Oxfam Brasil, 2020. Disponível em: [https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/04/1579272776200120\\_Tempo\\_de\\_Cuidar\\_PT-BR\\_sumario\\_executivo.pdf](https://www.oxfam.org.br/wp-content/uploads/2021/04/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf). Acesso em: 10 jun. 2023.

PARANÁ, Secretaria da Saúde. **Informe Epidemiológico Coronavírus (Covid-19)**. Curitiba – Paraná, 2023. Disponível em: <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Coronavirus-COVID-19>. Acesso em: 21 set. 2023.

PATO BRANCO, Prefeitura de. **População**. Disponível em: <https://patobranco.pr.gov.br/>. Acesso em: 24 fev. 2023a.

PATO BRANCO, Prefeitura de. Secretaria Municipal de Assistência Social de Pato Branco- PR. Disponível em: <https://patobranco.pr.gov.br/secretaria-municipal-de-assistencia-social/>. Acesso em: 23 fev. 2023b.

PATO BRANCO. **Lei No 3905**, de 20 de agosto de 2012. Cria o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos da Mulher e dá outras providências. Leis Municipais, Paraná, Pato Branco, 2012. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/pato-branco/lei-ordinaria/2012/390/3905/lei-ordinaria-n-3905-2012-cria-o-Conselho-municipal-de-defesa-dos-direitos-humanos-da-mulher-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 04 abr. 2022.

PIRES, T. **Mulheres negras brasileiras**: poderosa resiliência em meio à pandemia de Covid-19. Oxfam Internacional, 2 fev. 2021. Disponível em: <https://oxfam.medium.com/brazilian-black-women-powerful-resilience-amid-the-covid-19-pandemic-4380ef13711b>. Acesso em: 10 jun.2023.

PISTICELLI, A. Gênero: a história de um conceito. *In*: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, pp. 116-148. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3100035/mod\\_resource/content/1/PISCITELLI%20Adriana.%20G%C3%AAnero%20a%20hist%C3%B3ria%20de%20um%20conceito..PDF](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3100035/mod_resource/content/1/PISCITELLI%20Adriana.%20G%C3%AAnero%20a%20hist%C3%B3ria%20de%20um%20conceito..PDF). Acesso em: 10 jan. 2022.

PNUMA. Programa Das Nações Unidas Para O Meio Ambiente. **O meio ambiente em estudo**. UNEP, 2016. Disponível em: <http://web.unep.org/regions/brazil/other/o-meio-ambiente-em-estudo>. Acesso em: 4 mar. 2021.

POWER, K. **The COVID-19 pandemic has increased the care burden of women and families**. Special Issue: COVID-19 as a Catalyst for a Sustainability Transition, 2020.

QUEIROZ, V. 2 anos de covid: Relembra 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia. 2022. **Poder360**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembra-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>. Acesso em 14 jun. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: Edgardo Lander (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, Argentina, 2005. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em: 20 ago. 2021.

RATTES, P. C. dos S. **A praça é do povo?** Diversidade e participação social na gestão das praças CEU de Feira de Santana (BA). Tese (Doutorado). Instituto de Humanidades, Artes e Ciência do Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/36325/1/Tese%20Rattes%20Final.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

RICHARDSON, R J.; colaboradores, José Augusto de Souza Peres; José Carlos Vieira Wanderley; Lindoya Martins Correia; e Maria de Holanda de Melo Peres. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. – 14. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

SAFFIOTI, H. I. B. Parte I – Mulher e capitalismo. O advento do capitalismo e o papel social da mulher; Trabalho feminino. *In*: SAFFIOTI, Heileieth Iara Bongiovani. **A mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976. p.13-

34. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3825626/mod\\_resource/content/1/Saffioti%20%281978%29%20A\\_Mulher\\_na\\_Soc\\_Classes.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3825626/mod_resource/content/1/Saffioti%20%281978%29%20A_Mulher_na_Soc_Classes.pdf). Acesso em: 29 jun. 2021

SCHALL, B. *et al.*. Gênero e Insegurança alimentar na pandemia de Covid-19 no Brasil: a fome na voz das mulheres. **Cien Saude Colet** [periódico na internet] (2022/Mai). Disponível

em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/genero-e-inseguranca-alimentar-na-pandemia-de-covid19-no-brasil-a-fome-na-voz-das-mulheres/18371?id=18371&id=18371>. Acesso em: 08 mai. 2023.

SEGATA, J.; MUCCILLO, L.; BECK, L. A Covid-19 e o capitalismo na carne.

**TESSITURAS**, Revista de Antropologia e Arqueologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal de Pelotas.V. 8, N. 1. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/19730> Acesso em: 17 nov. 2021.

SEGATA, J. A colonização digital do isolamento. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 163-171, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v29i1p163-171. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/171297>. Acesso em: 29 jun. 2023.

SEYFERTH, G. COLONIZAÇÃO, IMIGRAÇÃO E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL. **Revista USP**, [S. l.], n. 53, p. 117-149, 2002. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i53p117-149. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33192>. Acesso em: 23 abr. 2023.

SILLIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, V1, n1, Jan/Mar 2000. p. 61-71. Disponível em:

[http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n1/11\\_artigo\\_ecofemi.pdf](http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/n1/11_artigo_ecofemi.pdf). Acesso em: 02 abr. 2022.

SOF, Sempre Viva Organização Feminista. **Sem parar**. O trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Pinheiros, São Paulo, SP, 2020. Disponível em:

[https://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio\\_Pesquisa\\_SemParar.pdf](https://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf). Acesso em 17 mai. 2023.

SOUZA, J. B. de; *et al.* Repercussions of the COVID-19 pandemic on the health of women mothers of autistic children. **Rev. Enferm. UFSM**. 2022, vol.12 e32: 1-14. DOI:

<https://doi.org/10.5902/2179769267733>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/67733/48534>. Acesso em: 17 mai. 2023.

SPIVACK, G. Pode o subalterno falar? *In*: SPIVACK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010. Disponível em:

<https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2013/10/spivack-pode-o-subalterno-falar.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Nota Técnica: **Impactos da Pandemia na**

**Alfabetização de Crianças**. Org. Todos pela educação. Publicação em fevereiro de

2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/02/digital-nota-tecnica-alfabetizacao-1.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

VERDÉLIO, A. **Primeira morte por Covid-19 no Brasil**. Agência Brasil, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/primeira-morte-por-covid-19-no-brasil-aconteceu-em-12-de-marco>. Acesso em: 03 mai. 2021.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. Trad. Jamille Pienheiro Dias; Raquel Camargo. São Paulo: UBU, 2020. n.p.

WALSH, C. Interculturalidade e Decolonialidade do Poder: Um Pensamento e Posicionamento "Outro" a partir da Diferença Colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)**. Volume: 05 Número: 1 Período: Jan.-Jul. Ano: 2019 ISSN: 2448-3303. Tradução: PROENÇA, Daniele da Silva; KAHMANN, Andrea Cristiane; BERTOLDI, Márcia Rodrigues. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/revistadireito/article/view/15002>. Acesso em: 25 jun. 2023.

WALLERSTEIN, I. A mercantilização de tudo: produção de capital. *In*: WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. p. 13-40.

WHO, World Health Organization. **Pandemia da doença de coronavírus (COVID-19)**. Genebra: Suíça, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em: 03 abr. 2022.

WHO, World Health Organization. **Pandemia da doença de coronavírus (COVID-19). Painel do Coronavírus da OMS (COVID-19)**. Genebra: Suíça, 2023. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 21 set. 2023.

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA COM TERMO DE  
CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

## INTER-RELAÇÕES DE MULHERES, TRABALHO E PANDEMIA DE COVID-19

Olá, eu me chamo Mary Hellen e quero te convidar para participar da minha pesquisa de mestrado. Sou enfermeira e atualmente estudante do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Pato Branco. Integro dois grupos de pesquisa da universidade, o ARIADNE e o ARTEMIS e também faço parte do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos da Mulher de Pato Branco (CMDDDHM), através do Grupo de Apoio às Gestantes e ao Parto Ativo (GESTA).

A pesquisa tem o objetivo de analisar como se configuram as inter-relações entre mulheres, trabalho e a pandemia de Covid-19 e como se revelam as resistências das mulheres a este cenário.

A sua participação é de extrema importância e dará sentido especial a esta pesquisa.

Se você decidir participar é importante que saiba que todas as informações serão utilizadas de forma anônima, ou seja, sua identidade permanecerá em sigilo.

Desde já agradeço.

Se você necessitar de qualquer esclarecimento por eventuais dúvidas e inclusive para tomar conhecimento dos resultados desta pesquisa, por favor, entre em contato com Mary Hellen De Itoz Debastiani pelo telefone 46 99914 9186 ou pelo e-mail [marydebastiani@alunos.utfpr.edu.br](mailto:marydebastiani@alunos.utfpr.edu.br)

\* Indica uma pergunta obrigatória

1. Você concorda em participar desta pesquisa? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

*Pular para a pergunta 2*

Não

## INFORMAÇÕES INDIVIDUAIS E SOCIOECONÔMICAS

2. Qual é o seu nome? \*

3. Qual é a sua data de nascimento? \*

*Exemplo: 7 de janeiro de 2019*

4. Como você identifica sua cor/raça? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Preta

Parda

Branca

Amarela

Indígena

5. Você vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a)? \*

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

6. Se você vive com cônjuge ou companheiro(a), qual a natureza da sua união?

*Marcar apenas uma oval.*

Casamento civil e religioso

Só casamento civil

Só casamento religioso

União consensual

7. Qual sua Cidade e Estado? \*

8. Em relação a sua situação de moradia, você reside em: \*

*Marcar apenas uma oval.*

Área urbana

Área rural

9. Especifique seu bairro ou comunidade rural \*

10. Sua moradia é: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Própria
- Alugada
- Cedida ou emprestada

11. Qual o seu grau de instrução? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sem instrução
- Fundamental incompleto
- Fundamental completo
- Médio incompleto
- Médio completo
- Graduação incompleto
- Graduação completo
- Pós graduação
- Mestrado
- Doutorado

12. Qual a renda média total do seu domicílio? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Até R\$ 813,56
- Até R\$1.805,91
- Até R\$3.042,47
- Até R\$5.449,60
- Até R\$10.427,74
- Até R\$22.716,99

13. Você é a principal responsável pela renda em seu domicílio? \* EM CASO NEGATIVO: especifique (no campo "Outro") QUEM é a/o principal responsável pela renda.

*Marque todas que se aplicam.*

- Sim
- Não
- Outro:

14. Antes do início da pandemia de Covid-19, qual era a sua principal situação \* de trabalho?

*Marcar apenas uma oval.*

- Servidora pública
- Empregada COM carteira assinada
- Empregada SEM carteira assinada

- Autônoma
- Estudante
- Dona de casa
- Aposentada
- Aposentada com trabalho remunerado
- Não trabalhava por algum motivo

15. Qual a sua profissão ou ocupação atual? \*

16. Você recebe algum benefício previdenciário ou assistencial? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Não
- Sim, aposentadoria
- Sim, pensão
- Sim, Auxílio Brasil (Antigo Bolsa Família) Outro:

17. Você tem filhas(os)? \* EM CASO NEGATIVO: você será direcionada para a próxima sessão (questão 24)

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim *Pular para a pergunta 18*
- Não *Pular para a pergunta 24*

#### FILHAS(OS)

18. Quantas(os) filhas(os) você tem?

*Marcar apenas uma oval.*

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5 ou mais

19. Qual a faixa etária das(os) suas/seus filhas(os)? Se estiverem em diferentes faixas etárias pode marcar mais de uma opção.

*Marque todas que se aplicam.*

- 0 a 4 anos
- 5 a 9 anos
- 10 a 14 anos
- 15 a 19 anos
- Maiores de 20 anos

20. Quem está diretamente envolvida(o) nos cuidados da(os) filhas(os)? Se necessário pode marcar mais de uma opção.

*Marque todas que se aplicam.*

- Eu cuido sozinha
- Compartilho os cuidados com cônjuge/companheiro(a)
- Compartilho os cuidados com avós
- Compartilho os cuidados com demais parentes
- Compartilho os cuidados com filhas(os) mais velhas(os)
- Compartilho os cuidados com amigas(os), vizinhas(os)
- Tenho uma pessoa contratada que me ajuda nos cuidados
- Já não necessita(m) de cuidados diretos Outro:

21. Sobre o compartilhamento dos cuidados para com as crianças:

*Marcar apenas uma oval.*

- Compartilho os cuidados de forma igual com outra/s pessoas
- Recebo ajuda, mas sou responsável pela maior parte do trabalho

22. Suas/seus filhas(os) frequentam escola? Em caso de filhas(os) com diferentes situações pode assinalar mais de uma opção.

*Marque todas que se aplicam.*

- Não
- Sim, escola pública em período integral
- Sim, escola pública por meio período
- Sim, escola particular em período integral
- Sim, escola particular por meio período
- Já se formaram

23. Suas/seus filhas(os) possuem algum problema de saúde? Doença diagnosticada ou limitação em alguma atividade? Se necessário pode marcar mais de uma opção. EM CASO DE "Outro" ESPECIFIQUE.

*Marque todas que se aplicam.*

- Não
- Epilepsia
- Paralisia Cerebral
- Síndrome de Down
- Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)
- Transtorno do Espectro Autista (TEA)
- Outro:

COTIDIANO NA PANDEMIA DE COVID-19  
(Considerar anos de 2020 até momento atual)

24. Durante a pandemia houve diminuição da renda total em seu domicílio? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

25. Durante a pandemia você passou por dificuldades financeiras? \* Se necessário pode marcar mais de uma opção. EM CASO DE "Outro" ESPECIFIQUE.

*Marque todas que se aplicam.*

- Não
- Sim, dificuldade para comprar alimentos
- Sim, dificuldade para pagar contas (água, luz, aluguel, outras)
- Sim, dificuldade para comprar medicamentos
- Outro:

26. Você ou alguém do seu domicílio recebeu algum benefício financeiro governo ou município relacionado à pandemia da Covid-19?\* EM CASO AFIRMATIVO: Especifique QUEM e QUAL foi recebido no campo "Outro".

*Marque todas que se aplicam.*

- Sim
- Não
- Outro:

27. Sobre sua situação de trabalho remunerado durante a pandemia: \* Se necessário pode marcar mais de uma opção. EM CASO DE "Outro" ESPECIFIQUE.

*Marque todas que se aplicam.*

- Meu trabalho foi mantido como antes da pandemia
- Fui demitida
- Fui afastada do trabalho sem remuneração
- Fui afastada do trabalho com parte da remuneração
- Fui afastada do trabalho com remuneração integral
- Troquei de emprego
- Consegui um novo trabalho
- Fui realocada em uma nova função
- Não consegui realizar meu trabalho como autônoma
- Tive diminuição do meu trabalho como autônoma
- Não tinha trabalho remunerado antes e continuei sem remuneração
- Optei por um trabalho informal

- Consegui mais um trabalho para obter renda extra
- Tive férias remuneradas Outro:

28. O trabalho remunerado na pandemia foi realizado: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Em caráter presencial (Fora de casa durante todo o isolamento social)
- A partir de casa (Home Office, Trabalho Remoto, On-line)
- De forma híbrida (presencial e on-line)
- Não trabalhei de forma remunerada durante a pandemia

29. Se você trabalhou de forma remota (Home Office, on-line) em algum período da pandemia, você sentiu alguma dificuldade? Se necessário pode marcar mais de uma opção. EM CASO DE "Outro" ESPECIFIQUE.

*Marque todas que se aplicam.*

- Acúmulo de atividades profissionais com atividades domésticas e de cuidado
- Não possuía computador ou equipamentos necessários para desenvolver o trabalho
- Não tinha internet ou internet com baixa velocidade
- Não tinha um lugar adequado para trabalhar – mesa, cadeira, escritório
- Não conseguia me concentrar pois a família estava em casa
- Não tive dualidades
- Outro:

30. Você teve acesso a equipamentos de proteção individual adequados para o seu trabalho durante a pandemia (máscara, óculos, face shield, outros)? Se necessário pode marcar mais de uma opção. EM CASO DE "Outro" ESPECIFIQUE.

*Marque todas que se aplicam.*

- Não tive acesso
- Sim, foram fornecidos pela empresa/empregador
- Sim, eu adquiri o que era necessário
- Trabalhei em casa e não precisei de equipamentos de proteção individual Outro:

31. Em função do seu trabalho remunerado na pandemia, durante o isolamento social, você precisou estar em lugares de ambientes fechados com grande concentração de pessoas? Se necessário pode marcar mais de uma opção. EM CASO DE "Outro" ESPECIFIQUE.

*Marque todas que se aplicam.*

- Não
- Sim, no transporte coletivo
- Sim, no local de trabalho
- Outro:

32. Durante a pandemia: \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Trabalhei mais que usualmente
- Trabalhei muito mais que usualmente, me senti sobrecarregada
- Trabalhei da mesma forma que costumava
- Trabalhei menos do que usualmente

33. A pandemia afetou/modificou a quantidade de trabalho doméstico em seu \* domicílio?

*Marcar apenas uma oval.*

- Não
- Aumentou
- Aumentou muito
- Diminuiu

34. A pandemia afetou/modificou o trabalho de cuidado com crianças, idosos, \* pessoas doentes, entre outras(os)?

*Marcar apenas uma oval.*

- Aumentou um pouco
- Aumento muito
- Persistiu igual
- Diminuiu
- Não tenho/tive nenhum trabalho de cuidados com outra/s pessoas durante a pandemia

Outro:

35. Durante a pandemia, no isolamento social, você foi vítima de algum tipo \* de violência? Se necessário pode marcar mais de uma opção. EM CASO DE "Outro" ESPECIFIQUE.

*Marque todas que se aplicam.*

- Não
- Sim, violência física (Ex.: tapas, empurrões, puxões de cabelo, socos)
- Sim, violência psicológica (Ex.: ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, vigilância constante, perseguição, insulto, chantagem)
- Sim, violência sexual (Ex.: participar de relação sexual não desejada, impedimento de uso de qualquer método contraceptivo)
- Sim, violência patrimonial (Ex.: retenção, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos)
- Sim, violência moral (Ex.: calúnia, difamação ou injúria)
- Sim, violência obstétrica (Ex.: procedimentos sem necessidade e sem seu consentimento, sem presença de acompanhante no parto) Não me sinto à vontade para falar a respeito
- Outro:

36. Você engravidou ou teve filhas(os) durante a pandemia? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Fiz tratamento para engravidar
- Tive perda gestacional

37. Se engravidou ou teve filhas(os) durante a pandemia, quais foram os maiores desafios desse período de gestação; puerpério (após nascimento) ou perda gestacional:

38. Você acha que a pandemia provocou mudanças no seu estado de saúde geral? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Não
- Minha saúde melhorou
- Minha saúde piorou um pouco
- Minha saúde piorou muito

39. Durante a pandemia você recebeu algum diagnóstico médico de alguma doença crônica?\* Se necessário pode assinalar mais de uma opção. EM CASO DE "Outro" ESPECIFIQUE.

*Marque todas que se aplicam.*

- Não
- Diabetes
- Hipertensão
- Asma / Enfisema/ Doença respiratória crônica ou outra doença do pulmão
- Doença do coração
- Depressão
- Câncer
- Outro:

40. Se você recebeu diagnóstico médico durante a pandemia de alguma doença crônica, você conseguiu acesso a tratamento?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não
- Não busquei tratamento

41. Em relação ao seu estado de ânimo no decorrer da pandemia: \* Se necessário pode marcar mais de uma opção. EM CASO DE "Outro" ESPECIFIQUE.

*Marque todas que se aplicam.*

- Me senti sozinha
- Me senti com medo
- Me senti ansiosa, nervosa
- Me senti triste ou deprimida
- Me senti irritada, estressada
- Me senti insegura
- Me senti bem Outro:

42. Você precisou contar com o auxílio de algum órgão público durante a pandemia?\* Se necessário pode marcar mais de uma opção. EM CASO DE "Outro" ESPECIFIQUE.

*Marque todas que se aplicam.*

- Não
- Sim, Assistência Social
- Sim, CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
- Sim, CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- Sim, Delegacia da Mulher
- Sim, Conselho Tutelar
- Sim, CAPS - Centro de Atenção Psicossocial
- Outro:

43. Você teve rede de apoio na pandemia? Pessoas, instituições que te ajudaram de alguma forma?\* Entenda-se rede de apoio como pessoas que se ajudam mutuamente. Seja para conversar; rir; chorar; auxiliar ou compartilhar cuidados, atividades; auxiliar no trabalho; auxiliar com alimentação; renda. etc. Se necessário pode marcar mais de uma opção. EM CASO DE "Outro" ESPECIFIQUE.

*Marque todas que se aplicam.*

- Não
- Sim, familiares
- Sim, amigas(os)
- Sim, vizinhas(os)
- Sim, grupo de trabalho
- Sim, grupo de mulheres
- Sim, grupo de mães Sim, grupo de idosos
- Outro:

44. Você, em parceria com outras mulheres, organizaram ou estruturaram alguma rede de apoio? Para vocês mesmas, família, ou para pessoas em situação de vulnerabilidade?\* Exemplo: Grupos em geral; rodas de conversa; alimentação coletiva; plantação e distribuição de alimentos; caronas; etc. EM CASO AFIRMATIVO: especifique que rede foi essa no campo "Outro".

*Marque todas que se aplicam.*

- Sim
- Não
- Outro:

45. Você teve a doença COVID-19 diagnosticada? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Não
- Sim, uma vez
- Sim, duas vezes
- Sim, três ou mais vezes

46. Se você teve a doença COVID-19, quais sintomas apresentou? Se necessário pode marcar mais de uma opção. EM CASO DE "Outro" ESPECIFIQUE.

*Marque todas que se aplicam.*

- Não tive sintomas - Assintomática
- Tosse
- Febre
- Diarreia
- Perda de olfato
- Perda de paladar
- Dor de garganta
- Dor de cabeça
- Outro:

47. Precisou de internação devido a COVID-19 ou suas consequências?

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

48. Você ficou com alguma sequela decorrente da COVID-19? EM CASO AFIRMATIVO: especifique que no campo "Outro".

*Marque todas que se aplicam.*

- Sim
- Não
- Outro:

49. Você tomou a vacina contra a COVID-19? \* EM CASO AFIRMATIVO: especifique O NÚMERO DE DOSES no campo "Outro".

*Marque todas que se aplicam.*

- Sim
- Não
- Outro:

50. O que você acharia importante que as mulheres tivessem acesso durante períodos de crise como esse que envolvem a pandemia da Covid-19? \* Se necessário pode marcar mais de uma opção. EM CASO DE "Outro" ESPECIFIQUE.

*Marque todas que se aplicam.*

- Auxílio de renda por parte do governo
- Programas de emprego
- Curso e capacitações gratuitos
- Hortas coletivas
- Feiras de incentivo a produtos artesanais
- Possibilidade de ficar em casa
- Acesso gratuito a itens de proteção individual
- Outro:

51. Mais alguma coisa que considere importante relatar sobre seu cotidiano na pandemia?

52. Você se dispõe a participar de uma segunda etapa desta pesquisa? \* Em caso afirmativo você poderá ser selecionada e entraremos em contato posteriormente para agendarmos uma conversa.

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim *Pular para a pergunta 53*
- Não

#### CONTATO PARA SEGUNDA ETAPA DA PESQUISA

Telefone e/ou e-mail

53. Por gentileza nos deixe seu contato telefônico e/ou endereço de e-mail para que possamos entrar em contato e combinarmos sobre a segunda etapa da pesquisa.

Muito obrigada por ter colaborado com a construção dessa pesquisa que nos permitirá conhecer a realidade de diversas mulheres, refletir a respeito dos impactos da pandemia sobre nossas vidas e pensar em possibilidades/estratégias que possam nos auxiliar em períodos de crise. Um abraço carinhoso, continue se cuidando!

**ANEXO A - ATA PÚBLICA DE REUNIÃO ORDINÁRIA N. 10/2021 DO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS HUMANOS DA MULHER DE PATO  
BRANCO PR**



## REUNIÃO ORDINÁRIA ATA nº 010/2021

Aos catorze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às dez horas e quinze minutos, reuniram-se as representantes do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos Humanos da Mulher, em reunião ordinária on-line, tendo como pauta: 1) Organização de Comissões e Formação de Comissão para Reformulação do Regimento Interno; 2) Ofício com proposta de Lei Municipal relativa a pobreza menstrual; 3) Apresentação de proposta de trabalho: MulheresXPandemia. Participaram da reunião on-line as conselheiras: Caroline Dambrós Marçal, Helen Karina Ilha, Rachel de Souza Fonseca Iagnecz, Rebecca Lumy Nunes Yoshikawa, Raquel Ceni Davoglio Kajewski, Mary Hellen De Itoz Debastiani, Angela Zolet Palma, Priscila Renata Hackbart França, Marli Gomes, Kelli Vargas e Poliana Hoffmann. Participantes: Maria Cristina de Oliveira Hameira, vereadora e a assistente social do Ministério Público, Gabriella Mariano Munhoz Zeneratti. Aline Talita Pilati, representando a Secretaria Executiva dos Conselhos. Caroline, presidente do CMDDHM, dá as boas vindas, inicia a reunião e fala sobre a possibilidade de trocar a data das reuniões ordinárias e o Colegiado decide que serão realizadas nas segundas sextas-feiras do mês, às oito horas e quinze minutos. Caroline comenta que as Comissões terão que ser organizadas de forma paritária (governamental e não governamental), com um coordenador e sugere que o processo seja realizado nos grupos de WhatsApp das Comissões, o Colegiado concorda. Caroline ressalta a necessidade de formar uma Comissão para reformular o Regimento Interno do CMDDHM, sendo decidido que as conselheiras governamentais Caroline e Kelli, e as conselheiras não governamentais Rachel e Mari integrarão a Comissão. Caroline apresenta o ofício que será encaminhado ao executivo, referente a pobreza menstrual e explica que será realizada uma reunião, na próxima terça-feira, dia dezanove, com a Secretária de Assistência Social, Luana Varaschim Perin e possivelmente com a Secretária de Saúde, Liliam Cristina Brandalise para falar sobre o assunto. A vereadora Maria Cristina comenta que a pobreza menstrual se encaixa na política de saúde e Caroline fala sobre a questão do princípio da universalidade na saúde. Maria Cristina comenta que tentará através das emendas impositivas da saúde e educação. Caroline faz a leitura do ofício elaborado para o executivo, sobre a pobreza menstrual e Angela questiona sobre o que esperar com o encaminhamento do documento. Caroline fala que o CMDDHM espera que seja elaborada uma lei municipal e propõe que todas as conselheiras assinem o ofício. Fica acordado que o documento será encaminhado no grupo de WhatsApp e Rachel sugere a realização de entrega formal do ofício no gabinete do Prefeito, o Colegiado concorda com a sugestão. Caroline passa a palavra para Mary apresentar proposta de trabalho: MulheresXPandemia. Mary apresenta o projeto de pesquisa para o CMDDHM, que concorda em auxiliar no processo. Caroline relata que vai expor o projeto de pesquisa para a Secretária de Assistência Social e Rachel comenta sobre a importância de realizar levantamento de dados no município. Caroline explica que em relação ao dia vinte e cinco de novembro, Dia Internacional de Luta Contra a Violência à Mulher, vai conversar com Luana, pois a Secretaria de Assistência Social, tem a intenção de realizar um Seminário.

Rachel pergunta sobre a Casa da Mulher Brasileira e Maria Cristina esclarece que Pato Branco e Francisco Beltrão foram contempladas, entretanto o processo de implantação é demorado, sendo que tem a intenção de encaminhar ofício solicitando uma Casa de Passagem para Mulheres. Caroline agradece a participação da vereadora Maria Cristina e da assistente social do Ministério Público Gabriella. Nada mais havendo, encerra-se a presente reunião, e para constar, eu, Aline Talita Pilati lavrei a presente ata que segue anexa à lista de presença assinada por mim e por todos os presentes.